



FACULDADE DE LETRAS

UNIVERSIDADE DO PORTO

Isabel Maria Sottomayor Vasques de Carvalho

2º Ciclo de Estudos em Ciências da Comunicação: Estudos dos Media e
Jornalismo

Informação local e regional num jornal de distribuição nacional

O caso do jornal Público

Relatório de Estágio

2012

Orientador: Professor Doutor Paulo Frias

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Versão definitiva

Agradecimentos

Ao longo dos seis meses de estágio na redação do Porto do jornal Público, formou-se na minha cabeça a ideia – e quase se tornou numa frase recorrente nos contactos que fazia com outros alunos do mestrado – de que não imaginaria um local onde os estagiários fossem tão, ou tão bem, acompanhados. Esta ideia surge como resultado do apoio de várias pessoas que não posso deixar de referenciar: Álvaro Vieira, Abel Coentrão, Sérgio Costa Andrade, Aníbal Rodrigues, Raposo Antunes, Manuel Carvalho, Inês Nadais, Paula Leite, Joana Lima, José Augusto Moreira, Ana Chaves, Inês Rios e Sandra Mesquita. Em algum momento, ou em muitos dos momentos, todos foram fundamentais na minha experiência. Espero ter conseguido fazê-los compreender a sua importância.

Nunca deixaria de referir, enquanto orientador, acompanhante e incentivador do estágio, o Prof. Paulo Frias. Foi incansável na forma como supervisionou todo o percurso.

Este trabalho é, no entanto, para o Pedro, que está a começar a aprender tudo. Um dia, vai saber que o conhecimento é o bem mais precioso que podemos ter. Mas só vale a pena se o pudermos passar aos outros.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
1. A IMPRENSA LOCAL E REGIONAL	5
1.1. SUAS DEFINIÇÕES E PAPÉIS QUE DESEMPENHA	5
1.2. DESENHANDO UM PANORAMA DA IMPRENSA LOCAL E REGIONAL EM PORTUGAL	11
2. O PÚBLICO	19
2.1. CARACTERÍSTICAS DO JORNAL E EVOLUÇÃO DA SECÇÃO LOCAL	19
2.2. EXPERIÊNCIA NA REDAÇÃO REGIONAL DO PÚBLICO	24
2.2.1. INICIATIVAS LOCAIS	28
2.2.2. O LOCAL COMO CHAMADA DE ATENÇÃO	32
2.2.3. SOLIDARIEDADE NO CONTEXTO LOCAL	39
2.2.4. INFORMAÇÃO CULTURAL LOCAL E O REGIONAL NO PÚBLICO	42
2.2.5. AINDA DOIS APONTAMENTOS	46
REFLEXÕES FINAIS	49
BIBLIOGRAFIA	52
ANEXOS	1

Introdução

O presente relatório visa caracterizar o estágio curricular realizado entre 8 de Agosto de 2011 e 8 de Fevereiro de 2012 na redação do Porto do jornal Público. Durante esse período, exerci funções de jornalista na secção Local, tendo experimentado funções transversais à prática do jornalismo – entrevista, reportagem, pesquisa de informação, escrita de notícias a partir de comunicados, *press releases* e *takes* de agências. Ainda que com breves incursões noutras áreas do jornal – secção Portugal, suplementos Fugas e P2 e ainda P3 – praticamente todo o trabalho e experiência adquirida baseiam-se na escrita de notícias para a secção Local, em que a proximidade é, regra geral, o primeiro dos valores notícia a ter em conta.

A par da reflexão sob o trabalho desenvolvido no decorrer do estágio, este relatório debruça-se sobre o tema da imprensa regional e local, as suas especificidades, a sua importância e, paralelamente, o estado de debilidade em que o sector se encontra, no caso português. Esta opção justifica a necessidade que senti, enquanto estagiária, de compreender a diversidade e as possibilidades do universo da informação local e regional.

Uma primeira incursão no jornalismo está sempre repleta de expectativa, vontade de mostrar trabalho e, não sejamos hipócritas, certezas de que, em alguma altura, haveremos de realizar algo realmente relevante no campo noticioso. Tais anseios parecem limitados quando nos informam que iremos desempenhar funções numa área que, à partida, parece ser relegada para segundo plano, como o é o da informação de cariz regional e local.

Esta é uma das falácias que levaram a comunicação regional e local ao estado debilitado em que se encontra. Muitas rádios locais, por exemplo, perderam a sua identidade, e eventualmente deixaram mesmo de existir, fruto da vontade de alargar os seus limites – geográficos – de interesse. Não é à toa que a proximidade¹, a par de outros critérios como a atualidade, importância, excepcionalidade, o interesse e outros

¹ E, por proximidade, entenda-se proximidade geográfica, afetiva ou cultural.

que variam consoante a apreciação dos autores² que sobre o assunto se debruçam, é um dos valores-notícia³. E também não é menos verdade que o leitor demonstra aptidão pela leitura de jornais locais. Vários estudos comprovam⁴, se dúvida houvesse, que uma fatia muito considerável da população portuguesa lê as notícias veiculadas por publicações de carácter local ou regional.

Partindo deste pressuposto, analisei alguns estudos relevantes dentro da área, para confirmar precisamente as potencialidades, decorrentes da importância, da imprensa local e regional. Deparei-me, em quase todos eles, com descrições de debilidades, a nível financeiro, de recursos humanos e de qualidade de informação, que espelham bem o estado geral deste sector da imprensa em Portugal.

Perante este estado de coisas, e que interessante, estagiando na secção Local/Porto do jornal Público, tinha a hipótese de contribuir de forma positiva para uma informação de cariz regional de qualidade, porquanto veiculada por um jornal assente numa estrutura sólida, com princípios que visam a prática do bom jornalismo e, consequentemente, da informação de qualidade.

O estágio durou seis meses. Durante esse tempo, muitas peças foram construídas tendo a proximidade como um dos valores-notícia principais. O enquadramento na secção Local/Porto, permitiu-me a prática do jornalismo sob diversas áreas e através de diferentes géneros jornalísticos. Foi uma experiência riquíssima que conduziu ao trabalho agora apresentado.

É sempre ingrato, no entanto, caracterizar meio ano de trabalho num relatório final. Haverá algum tipo de documento que possa traduzir o grau de envolvimento com o trabalho, a paixão com que foram escritas tantas notícias e reportagens, a alegria de ver uma peça assinada sair a público?

² Galtung e Ruge (1965); Van Dijk (1990); Nosselt e Ross (1980); Shoemaker (1991) são alguns dos autores que incluem a “proximidade” na lista de critérios de noticiabilidade. (Sousa, 2001:38-46)

³ Sousa (2001:39) defende uma boa definição para a expressão valores notícia, ou critérios de noticiabilidade, ao afirmar que estes se constituem como “mecanismos que se sobrepõe à subjetividade jornalística”.

⁴ Os dados apresentados no Bareme Imprensa Regional, apresentado pela Marketest em 2009, indicavam que aproximadamente metade da população portuguesa afirmava ler ou folhear jornais de cariz local ou regional.

Relatam-se aqui vários processos de trabalho, como que contando a estória das histórias que foram escritas ao longo do estágio. Procurei introduzir o tipo de jornalismo que tantas vezes pratiquei, tentando com isso poder demonstrar, de alguma forma, que o trabalho realizado na secção Local do jornal Público, em geral, e aquele em que me envolvi durante o estágio, em particular, é, sem dúvida, uma mais valia que se presta ao leitor. Chama-se a isso serviço público?

1. A Imprensa Local e Regional

1.1. Suas definições e papéis que desempenha

Importa, em primeiro lugar, encontrar uma definição que nos permita enquadrar o tema de que se fala. A questão da imprensa regional, ou do jornalismo de proximidade, dois conceitos que se entrecruzam, tem sido objecto de diversos estudos no campo das ciências da comunicação. O tema é também debatido ao nível político, nomeadamente no que respeita à importância do sector e à necessidade imperiosa de o Estado incentivar e subsidiar a prática do jornalismo de proximidade em Portugal, através de apoios que, como veremos no capítulo seguinte, têm sofrido mutações no decorrer dos tempos.

Começemos pela definição legal do sector. A imprensa regional e local assume, em Portugal, desde 1988, um estatuto próprio porquanto apresenta características particulares que a distinguem da imprensa em geral. O Decreto-Lei n.º 106/88, de 31 de Março, aprovado no decorrer do XI Governo Constitucional (1987-1991), o segundo governo com Cavaco Silva a primeiro-ministro, considera como sendo partes integrantes do sector da imprensa regional

“todas as publicações periódicas de informação geral, conformes à Lei de Imprensa, que se destinem predominantemente às respectivas comunidades regionais e locais, dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redatorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes e não estejam dependentes, diretamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico”.

Esta é, portanto, a definição legal de quais as publicações que constituem a imprensa regional em Portugal. Mas em que consiste, especificamente a imprensa regional? Que características a diferenciam?

Vários estudos têm tentado encontrar uma definição científica, apontando características particulares e, em paralelo, colocando em relevo a importância que as

mesmas assumem na informação dentro de uma comunidade, localidade ou região.

A imprensa regional e local é o sector da comunicação social “que se vincula à realidade regional e local, à vida quotidiana da comunidade em que se insere, à vida comercial dessa comunidade, à dinamização sociocultural comunitária” (Sousa 2002: 4), apresentando uma informação concreta daquilo que o leitor reconhece e necessita saber, decorrente das temáticas correntes na opinião pública local.

Carlos Camponez afirma que “a imprensa regional se articula em torno de conceitos como território, comunicação e comunidade”. Por isso, defende “uma definição de imprensa regional a partir de critérios como o espaço geográfico de implantação do projeto editorial; o lugar de apreensão, recolha e produção dos acontecimentos noticiados; o espaço de difusão privilegiada da informação; o tipo de conteúdos partilhados e de informação disponibilizada; enfim, a definição dos públicos” (2002:3).

Relativamente aos papéis que esta deve exercer, o Estatuto da Imprensa Regional atribui ao sector as seguintes funções específicas:

a) Promover a informação respeitante às diversas regiões, como parte integrante da informação nacional, nas suas múltiplas facetas;

b) Contribuir para o desenvolvimento da cultura e identidade regional através do conhecimento e compreensão do ambiente social, político e económico das regiões e localidades, bem como para a promoção das suas potencialidades de desenvolvimento;

c) Assegurar às comunidades regionais e locais o fácil acesso à informação;

d) Contribuir para o enriquecimento cultural e informativo das comunidades regionais e locais, bem como para a ocupação dos seus tempos livres;

e) Proporcionar aos emigrantes portugueses no estrangeiro informação geral sobre as suas comunidades de origem, fortalecendo os laços entre eles e as respectivas localidades e regiões;

f) Favorecer uma visão da problemática regional, integrada no todo nacional e internacional.

Jorge Pedro Sousa (2004), em jeito de síntese, afirma que os papéis que devem ser atribuídos à imprensa regional, nomeadamente aqueles que o leitor espera que esta assuma, são os de veicular informação, promovendo e mobilizando o local; assumir-se como um meio de chamada de atenção para os anseios e projetos locais; funcionar como elo social e identitário, e como elemento socializador e agregador; e amplificar, através das suas publicações, o espaço público local.

Falar, nos dias que correm, de comunicação destinada a uma comunidade, localidade, ou região, é “esbarrar” constantemente no conceito de globalidade.

Esta globalização, das comunicações e da informação, teve efeitos na seleção noticiosa, que se verificam, por exemplo, “quando as notícias longínquas nos chegam à hora dos noticiários da noite, [e nos] apercebemos que nada sabemos do que se passou ao fundo da nossa rua” (Camponez cit. Duarte, 2002:2). No entanto, o mesmo autor considera que os dois conceitos, “o local e o global não são extremos que se opõem, mas espaços que interagem, ainda que de forma desequilibrada. (...) O local é o lugar de compromissos comunicativos, que tanto podem direccionar-se para as lógicas denominadas de lugar como para as lógicas globais mais desterritorializadas” (Camponez cit. Duarte, 2002:2).

O papel da imprensa regional é valorizado precisamente quando o encaramos como funcionando numa lógica de “de elo unificador das comunidades locais e regionais, hoje cada vez mais fragmentadas, por via dos efeitos da globalização” (Ferreira, 2008:76).

Estas definições permitem justificar aquilo que Cecília Peruzzo, num estudo acerca dos aspetos conceptuais da imprensa regional, constatava, ao afirmar que “a globalização da economia e das comunicações chegou a pressupor, num primeiro momento “o fim da comunicação local, para em seguida se constatar o contrário: a revalorização da mesma, sua emergência ou consolidação em diferentes contextos e sob múltiplas formas”. (2005:70)

A globalização da informação veio alterar, ou consolidar, como dizia Peruzzo, o papel da imprensa regional, na medida em que “agora a proximidade deve ser entendida não apenas segundo a sua vertente geográfica mas, também, sob as vertentes sociais,

culturais e, inclusivamente, psicológicas”⁵ (Garcia, 1999).

Não raras vezes, o jornalismo regional e local é apontado como uma espécie de “tábua de salvação” face aos efeitos perversos da globalização, mas também, quiçá até mais relevante, face aos efeitos da evolução das técnicas jornalísticas, nomeadamente no que à informação política diz respeito, onde esta se encontra diluída “em detrimento do marketing político” (Correia, 1998). A informação local e regional poderá assumir, neste contexto, a função de chamar novamente o cidadão comum à intervenção social e política. Com efeito, o abstencionismo crescente, o desinteresse e, mais importante, o descrédito do cidadão-comum pela política, está, em muitos casos, relacionado com uma “espectacularização crescente da informação, entendida como uma menor incidência nas questões que dizem respeito à intervenção cívica em detrimento de notícias centradas no sensacionalismo e na agradabilidade”. (Correia, 1998). Mesmo o jornalismo de referência, defende Cristina Ponte, se debate hoje em dia “entre o seu ideal de “responsabilidade social” e de informação dos cidadãos para uma maior participação da vida pública, e a contaminação da informação pelas lógicas do espetáculo e do melodrama” (2004:403). Nesse sentido, a informação de proximidade constitui-se como o meio de comunicação através do qual, como define López, “a comunidade discute temas do seu interesse”. Nesse debate, o leitor, ou o espetador, assume o papel de cidadão ativo, mais do que o papel de mero consumidor, factor que dá origem a uma “pluralidade de vozes, (...) um elemento essencial da democracia.” (1998:3)

Afirmando pelo mesmo diapasão, Alfredo Maia, presidente do Sindicato dos Jornalistas (SJ), afirmava, em declarações ao JPN⁶, no ano 2009, que "os meios de informação estão a subestimar a importância da informação local e regional", sector que, na sua opinião, é fundamental à promoção da cidadania.

Também Feliciano Barreiras Duarte, secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado e da Presidência dos XV e XVI Governos Constitucionais, com a tutela, entre outras, da comunicação social, e um dos responsáveis pelas alterações recentes ao regime de apoios do Estado ao sector da imprensa local e regional, como se verá

⁵ Tradução da autora

⁶ Notícia disponível no site Jornalismo Porto Net, em http://jpn.c2com.up.pt/2009/03/18/crise_nos_ocs_jornalismo_regional_pode_ser_alternativa.html

adiante, defende que a informação de proximidade, veiculada pelos meios de comunicação local e regional, “representa um importante capital de formação, socialização e, em última análise, de formação para a cidadania, fatores decisivos na construção de massa crítica para o desenvolvimento local e regional” (2005:14).

Outro dos papéis a que o sector é chamado diz respeito, como vimos, à veiculação da informação local e regional às comunidades emigrantes, que constituem uma parte importante do volume total de leitores de jornais de cariz local e regional e, muitas vezes, dependem deles para se inteirarem dos acontecimentos do seu local de origem. O próprio Estatuto da Imprensa Regional coloca em relevo o “papel altamente relevante”, que esta desempenha, “não só no âmbito territorial a que naturalmente mais diz respeito, mas também na informação e contributo para a manutenção de laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes dispersas pelas partes mais longínquas do Mundo.”⁷

Azeredo Lopes, presidente do Conselho Regulador da Entidade Reguladora da Comunicação em 2009, ano em que foi realizado um estudo aprofundado do estado da imprensa local e regional em Portugal, sob o qual refletiremos mais à frente, sintetizou, na apresentação do estudo, a importância da imprensa regional da seguinte forma:

“A imprensa regional, pude comprová-lo se dúvidas tivesse, desempenha um papel notável de reforço de um conceito rico de cidadania. Cultiva a proximidade, é útil para quem a lê, estimula ou, pelo menos, conserva, laços identitários, culturais e históricos da maior importância – e muitos exemplos concretos conheci. Acarinha o particular, numa altura em que só se prega o global. Cultiva a língua portuguesa, num plano cada vez mais raro na Imprensa em geral. É, por isso e não só por isso, fascinante, e justifica, plenamente, que, sempre que possível, os poderes públicos – na ponderação de decisões – tenham estes aspectos presentes, a pesar favoravelmente num dos pratos da balança.” (2010:18)

Pese embora a sua importância, a realidade da imprensa regional e local em Portugal revela fragilidades a todos os níveis. A economia é débil, os modelos de

⁷ Decreto-Lei n.106/88

negócio são desajustados, as publicações dependem dos subsídios do Estado, que são cada vez mais escassos. O panorama de crise nacional afecta toda a publicidade comercial e as empresas tornam-se ainda mais dependentes da publicidade institucional que, como veremos, coloca muitas vezes em causa a independência e isenção da informação por eles veiculada.

Numa reflexão acerca da importância do jornalismo de proximidade, João Carlos Correia (1998) considerava que a “intervenção de meios de comunicação social local e regional humanamente apetrechados, tecnicamente dotados e financeiramente autossuficientes, exigentes no que respeita ao desidrato de levarem o objectivo de contribuírem para a formação de uma forte opinião pública regional”, como sendo, “uma necessidade imperiosa no que respeita à mobilização dos cidadãos para o desenvolvimento e aprofundamento da sua qualidade de vida” (Correia,1998).

A realidade da imprensa regional e local em Portugal, como denotaremos já de seguida, apresenta, no entanto, contornos bem distintos daquela idealizada por João Carlos Correia.

1.2. Desenhando um panorama da Imprensa Local e Regional em Portugal

“(...) as atuais características do sector [imprensa local e regional] são inversamente proporcionais à importância que este tipo de publicações pode – e deve – assumir nas comunidades locais e regionais”

(Ferreira, 2005:849)

“As especificidades do jornalismo regional constituem a sua força ou a sua debilidade”

(Correia (I), 1998)

Compreender o jornalismo local e regional em Portugal é, em primeiro lugar, fazer uma incursão pela política – ou políticas – que têm sido direccionadas para o apoio ou estímulo à produção de conteúdos noticiosos em pequenas e médias publicações locais ou regionais, não deixando de tentar perceber até que ponto essas políticas tiveram efeitos contrários aos desejáveis.

Até 1988, a imprensa regional não era, legalmente, considerada um sector diferenciado da imprensa em geral. Tal facto pode ser facilmente explicado à luz da história política do país que, em 1974, saiu de uma ditadura e necessitou de se reestruturar profundamente em diversas áreas, das quais a comunicação social não foi exceção. Mário Mesquita considera mesmo que após o 25 de Abril de 74 foi necessária uma transformação radical no sistema de comunicação social (Mesquita, 1994:361). O estatuto da imprensa foi alterado em profundidade, abrindo-se portas à liberdade de expressão e informação, à liberdade de imprensa e, durante mais de uma década, foram-se reestruturando, definindo – ou redefinindo – todos os sectores de comunicação social: rádio, televisão e imprensa.

É no XI Governo Constitucional (1987-1991), o segundo governo com Cavaco Silva a primeiro-ministro, que se começaram a dar os primeiros passos no sentido de reconhecer a importância do sector da imprensa local e regional, atribuindo-lhe um Estatuto específico e diferenciado da imprensa geral. O Decreto-Lei nº106/88, de 31 de Março reconhece a Imprensa Regional e Local, como um sector de “inegável interesse público” (Cavaco Silva, 1995:24) dentro do universo comunicação social. Através do

documento, o estado define as características particulares e atribui alguns benefícios financeiros, sob a forma de subsídios, de estímulo à profissionalização, modernização – nomeadamente através da adoção das novas tecnologias – e expedição, a empresas que se encaixem no perfil da imprensa regional e local.

Se decorrente das medidas tomadas pelo Estado e enumeradas no Estatuto da Imprensa Regional, se originada por quaisquer outros motivos, a verdade é que, no período que medeia entre 1991 e 1998, o número de títulos de imprensa regional quase duplicou, mas a circulação efetiva de jornais teve um incremento de apenas 11% (Assis Ferreira cit. Sousa, 2002). Feliciano Barreiras Duarte acredita que os apoios que o Estado concedeu aos meios de comunicação regional e local, nomeadamente no que diz respeito ao porte pago, no qual o Estado assumiu uma parte significativa dos custos fixos de distribuição, ao invés de estimularem a leitura, beneficiando o assinante, transformaram-se “na prática, num incentivo à criação de jornais” (2005:187).

A falta de recursos técnicos e humanos qualificados, o amadorismo na seleção, tratamento e publicação da informação, a falta de controlo, nomeadamente ao nível das tiragens, aliadas a outros factores, requeriam uma intervenção, que foi proposta, pela primeira vez, no decorrer do XIII Governo Constitucional (1995-1999), pela mão de Arons de Carvalho, então secretário de Estado com a tutela da Comunicação Social. Arons de Carvalho propôs, entre outras medidas de menor envergadura, alterar as regras do porte-pago – em que o estado assumia a totalidade dos custos de expedição dos jornais regionais e locais, retirando daí dividendos que servissem para criar outros estímulos ao sector. No entanto, só durante o segundo governo de António Guterres (no qual o PS contava com 115 deputados na assembleia, um número próximo da maioria absoluta), e com o apoio da bancada parlamentar do Bloco de Esquerda, Arons de Carvalho consegue ver aprovado o Decreto-Lei n.º56/2001, no qual estavam explícitas algumas restrições às ajudas do porte-pago, além da concessão de incentivos financeiros à modernização, inovação, desenvolvimento empresarial, formação e qualificação profissional.

A curto prazo a medida não teve, porém, grandes efeitos no estado da imprensa regional, como reconheceu o próprio Arons de Carvalho:

“Os dados mais recentes dos CTT demonstram que o número de exemplares distribuídos baixou pouco, se os compararmos com os anteriores à entrada em vigor da lei. (...) o que revela que nem mesmo o fim do período transitório, que decorrerá desde Março até ao final do ano, provocou qualquer diminuição significativa no número de jornais ou mesmo na circulação.” (2002:115)

Paulo Ferreira defende, no entanto, que o aparente fracasso da medida foi minimizado pelas consequências que teve em medidas aprovadas nas legislaturas seguintes. Com efeito, Feliciano Barreiras Duarte, Secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado e da Presidência, com a tutela da Comunicação Social, dos XV e XVI Governos Constitucionais, faz aprovar três documentos fundamentais para a compreensão da imprensa local e regional em Portugal tal como a temos hoje – o Decreto-Lei n.º 7/2005, de 6 de Janeiro, que diz respeito ao Sistema de Incentivos do Estado à Comunicação Social, o Decreto-Lei n.º 6/2005, de 6 de Janeiro, relativo ao novo Regime de Porte-Pago e a Portaria n.º 158/2005, respeitante ao Programa de Emprego para a Comunicação Social Regional e Local – e nos quais se estipula o papel do Estado relativamente aos apoios concedidos às publicações regionais e locais, reduzindo as despesas do Estado na comparticipação nos custos do porte-pago (com cortes faseados até 2007, ano em que estabilizaram numa comparticipação, em média de 50% do custo total), responsabilizando as empresas, estimulando a contratação de profissionais e distinguindo o apoio concedido a jornais locais e regionais, entre outras medidas. (2008:81)

Alguns estudos têm sido levados a cabo desde o início do milénio com o objectivo de compreender e caracterizar o estado do jornalismo local e regional em Portugal. Na sua maioria, esses estudos baseiam-se na compreensão dos hábitos de leitura por parte da população, permitindo concluir que existe uma percentagem elevada de leitores para os jornais locais e regionais. Os dados apresentados no Bareme Imprensa Regional, estudo levado a cabo pela Marketest em 2009, indicavam que 49,7% da população tinha o hábito de ler ou folhear os jornais da sua localidade ou região. Desta percentagem de leitores, 62,5 % inserem-se nas classes média e média baixa. Apenas um número residual de leitores de classe alta afirma ler, por hábito, jornais de cariz local ou regional.

Veremos, no entanto, que o estado debilitado da imprensa local e regional a impede de responder de forma consistente às necessidades do elevado número de leitores que mostra propensão para a leitura de publicações de cariz regionalizado.

Aquando da apresentação do documento que serviu de base à Reforma da Comunicação Social Regional e Local, levado a cabo por Feliciano Barreiras Duarte, no decorrer do XV Governo Constitucional, foram apresentados dados relativos ao estado do sector que ilustram bem as suas dificuldades, ou debilidades: num universo de mais de 900 publicações, (em Espanha o universo total rondava os 200 títulos), registavam-se menos de 30 jornais diários, sendo a maioria de periodicidade mensal. A tiragem média rondava os 4000 exemplares por publicação. Metade dos jornais que beneficiavam do apoio estatal (direito a porte-pago) apresentavam tiragem inferiores a 2500 exemplares e não apresentava nos seus quadros nenhum profissional com contrato de trabalho. (Ferreira, Paulo, 2008:83)

Já em 2009, a ERC levou a cabo um aprofundado e ambicioso estudo, com o objetivo de traçar um perfil aproximado do panorama local e regional da imprensa em Portugal. Importa, em primeiro lugar, lembrar que tal perfil se refere a uma área deveras instável, em constante mutação. A título de exemplo, “em 2009 inscreveram-se na ERC 230 novas publicações periódicas, ao mesmo tempo que se constatou o fim de edição de outras 430, cujos registos foram cancelados. No mesmo lapso temporal, inscreveram-se 18 novas empresas jornalísticas (5 sociedades unipessoais, 11 sociedades por quotas e 2 sociedades anónimas) e outras 17 cessaram atividade” (2010:32). Parece-me, no entanto, que a profundidade do estudo apresentado se afigura como o melhor ponto de partida para o desenho do sector que queremos aqui construir.

Em 2009 encontravam-se em situação de registo ativo na base de dados da ERC, 2942 publicações periódicas. Desse universo, 438 diziam respeito a empresas jornalísticas devidamente registadas na ERC e 12 a empresas noticiosas. Para o estudo apresentado foram consideradas apenas aquelas empresas com títulos de carácter informativo, de periodicidade mensal, ou de intervalo temporal inferior, pertencentes a cada um dos 18 distritos de Portugal Continental, ou às regiões autónomas da Madeira e dos Açores, num total de 728 empresas. Dessas, apenas 2,5% (valor referente a 18 títulos) dizem respeito a publicações diárias, sendo que a maioria (37,5) é composta por publicações mensais, seguida pelas publicações quinzenais, com 29,4% do total de

títulos considerados.

Para o estudo, a ERC contou com a colaboração de responsáveis de algumas das publicações, tendo sido apurado um total de respostas voluntárias por parte de 441 títulos, distribuídos por todo o país. Desse universo, foi possível apurar que se tratam de empresas diminutas – mais de metade (52%) conta com menos de 5 trabalhadores, sendo que 14,4% não tem qualquer trabalhador contratado, sobrevivendo da colaboração voluntária. O número de jornalistas com carteira profissional é ainda mais reduzido, sendo que quase um quinto das empresas não apresenta nenhum jornalista contratado e em metade dos casos observados existem menos do que 3 jornalistas nos quadros. Regra geral, as empresas apresentam redações minimalistas, concentrando-se muitas vezes no diretor as tarefas de seleção, produção e edição dos conteúdos informativos.

As tiragens são relativamente reduzidas; menos de um quarto (22,3%) dos títulos analisados apresenta tiragens superiores a 5 mil exemplares, sendo que uma percentagem maior (26,6%) tem tiragens reduzidas – entre 1000 e 2000 exemplares. Aqui reside um dos grandes celeumas ligados à imprensa regional e local. Com efeito, existem ainda muitas publicações regionais e locais não auditadas pela Associação Portuguesa de Controlo de Tiragens e, portanto, não sujeitas a qualquer tipo de controlo no que diz respeito à apresentação de números. Decorrente desta situação, as tiragens apresentadas são, muitas vezes, “fantasiosas” – conseguindo assim captar mais publicidade, em prejuízo daqueles títulos cujas tiragens são controladas.

A publicidade comercial é a maior fonte de receitas dos títulos locais e regionais, constituindo mais de metade das suas receitas. Um quarto das receitas provém das assinaturas, logo seguidas pela publicidade institucional (18,2%). Ora, por aqui se pode ver uma das principais debilidades do sector. Os modelos de negócio revelam-se cada vez mais desajustados e incapazes de responder às necessidades reais do sector. Os cortes encetados pelo Estado nomeadamente através da redução na comparticipação no porte-pago, levaram a um aumento do preço das assinaturas, o que diminuiu o número de assinantes por título. Ao mesmo tempo – revelam os responsáveis da maioria dos jornais inquiridos – os preços praticados pelos CTT são altos e a expedição postal é de má qualidade, traduzindo-se por vezes em atrasos nas entregas. A publicidade comercial é inconstante e irregular, tendo diminuído

significativamente no decorrer dos últimos anos, fruto da fragilidade do comércio local e do tecido empresarial regional, ambas potenciadas pela crise económica.

Os jornais locais e regionais continuam a necessitar sobremaneira da publicidade institucional. Neste contexto, refira-se, 23,4% dos responsáveis inquiridos afirma que logo após à publicidade comercial, os mais importantes anunciantes são os órgãos e os serviços das autarquias, sendo que algumas destas publicações (11,7%) têm celebrados protocolos com órgãos autárquicos, na sua maioria com câmaras municipais. Neste sentido, entramos numa “lógica de dependência da publicidade institucional que pode, ainda mais do que em qualquer outro tipo de órgão de comunicação social, gerar uma perversidade oficialista merecedora das maiores cautelas.” (Correia (I), 1998)

Importa, a este propósito, fazer referência a uma das reuniões que serviram de base ao estudo apresentado pela ERC, com os representantes de publicações locais e regionais, pertencentes ao distrito do Porto. De entre os vários pontos discutidos, aquele que originou mais polémica diz respeito à independência e às suas consequências a nível financeiro⁸:

“das intervenções transparece que não existirá um ponto de equilíbrio entre, por um lado, ser independente e ser ostracizado pelas autarquias e, por outro, não ser independente beneficiando de apoios privilegiados”. (2010:54)

De forma mais concreta, refira-se algumas das queixas particulares. Uma das publicações refere um

“boicote ao nível da informação por parte da autarquia, depois da publicação da primeira reportagem sobre a reunião de câmara, quando o jornal deixou de receber as notas informativas da autarquia. Também nunca recebeu publicidade desta instituição. Afirma que a publicidade comercial é escassa, referindo que o

⁸ Reunião realizada em 27.02.2009, com a presença de representantes dos seguintes jornais do distrito do Porto: A Voz de Ermesinde; Entre-as Margens – O Jornal de Vila das Aves; Imediato; JL - Jornal de Lousada; Jornal A Verdade; Jornal da Trofa; Jornal de Matosinhos; Jornal de Vila do Conde; Jornal dos Carvalhos; Jornal Maia Hoje; Jornal Paiva; Notícias de Gaia; Notícias de Penafiel; O Comércio de Leixões; O Gaiense; O Penafidense; Primeira Mão; Repórter de Gondomar; Repórter de Valongo; Repórter do Marão; Voz Portucalense

comércio acha que não vale a pena investir no jornal porque “a Câmara pode não gostar”. (2010:54)

Noutro caso, um dos representantes afirma que o jornal do qual faz parte,

“ “está proibido de circular” na câmara da localidade, só circulando na Assembleia Municipal. Afirma que o jornal entrou numa espiral de conflito com a autarquia , deixando de receber informação e publicidade. Desabafa que se for “a favor” vive bem.” (2010:55)

Um último apontamento no que diz respeito à caracterização: a presença online dos jornais locais e regionais apresenta ainda muitas limitações. Dos 411 títulos observados, permitiu-se concluir que as percentagens entre os que apresentam páginas online, quer seja em regime de shoveware, quer seja para publicação efetiva de conteúdos distintos dos da publicação impressa, são mais ou menos semelhantes (45% possuem uma edição electrónica, 41% possui apenas a edição impressa). Aproximadamente 5% das publicações utiliza o blog como forma de presença online. De acrescentar ainda que as publicações que possuem edição electrónica são, tendencialmente, aquelas que empregam um maior número de trabalhadores e jornalistas.

A falta de visão empresarial, os poucos recursos económicos que, como vimos, tendem a diminuir, aliados às pressões a que os jornais estão sujeitos e aos fracos recursos humanos e tecnológicos, são, vistas as coisas, os grandes desafios que enfrenta este sector da imprensa em Portugal. Existem, no entanto, outros desafios crescentes que não podem ser ignorados e aos quais os jornais de distribuição nacional – pagos ou gratuitos – não são alheios.

Efetivamente, a concorrência de jornais gratuitos, como o Metro ou o Destak, e de jornais de circulação nacional, com edições regionalizadas – dos quais o Público foi pioneiro – podem constituir outra dificuldade para a imprensa local e regional.

Segundo afirma Luísa Teresa Ribeiro, a “vontade de produzir conteúdos locais não é nova e já foi experimentada antes, por exemplo, com as edições regionalizadas do Jornal de Notícias ou do Público e a constituição da “Rede Expresso”” (Ribeiro, 2006:96) Face aos relevantes dados estatísticos apresentados, no que diz respeito aos

potenciais leitores de jornais regionais e locais, afigura-se evidente, defende Luísa Teresa Ribeiro, que o interesse dos leitores por este sector da empresa tem um peso considerável na incursão dos jornais de distribuição nacional no jornalismo local e regional. A autora não deixa, no entanto, de fazer notar que as justificações dos dirigentes dos jornais em causa ultrapassam a barreira do mero factor comercial, alegando, por exemplo no caso do Público, que “o aumento da oferta de edições diferenciadas regionalmente é justificado com a convicção de que, no jornalismo moderno, o conceito de proximidade torna-se importante porque a vida pública local passa pouco pelos “media” nacionais”. Da mesma forma, José Leite Pereira, ex-diretor do Jornal de Notícias, relacionava o “aumento das edições regionalizadas com a «maior procura do público, que quer proteger o seu espaço local» e quer «saber as notícias de ao pé da porta, a par das globais», bem como com as condições técnicas que permitem fazer edições diferenciadas” (Ribeiro, 2006:96).

Paulo Faustino, por seu lado, defende que a constituição da “Rede Expresso” veio “colocar em evidência a necessidade que os media em geral – e os jornais de circulação nacional em particular – têm de fazer uma melhor cobertura noticiosa do país, como forma de aumentar a sua circulação junto dos públicos residentes fora dos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto”. (2004: 31)

O Metro e o Destak, originalmente distribuídos em Lisboa e Porto, alargaram depois as suas redes de distribuição a Guimarães, Leiria, Aveiro e Setúbal. Em 2006, ambas as publicações estabeleceram parceria com a empresa Metro do Porto, facto que lhes permitiu alargar a sua rede de distribuição às 72 estações que fazem parte da rede do Metro do Porto, e que incluem cidades como Matosinhos, Maia ou Póvoa de Varzim.⁹ A importância do universo local e regional levou mesmo o diretor-geral do Metro Portugal, Tiago Bugarin, a afirmar que a publicação estava a «repensar a estratégia de fazer o jornal a partir de Lisboa», perspectivando ter «equipas locais e fazê-lo através da redação do Porto, que será mais uma redação Norte». (Ribeiro, 2006:96).

⁹ Jornal "Metro" assina acordo de distribuição com o Metro do Porto, 07.11.2006, disponível no site do Público, em <http://www.publico.pt/Media/jornal-metro-assina-acordo-de-distribuicao-com-o-metro-do-porto-1275817>; Destak vai ser distribuído no Metro do Porto, 07.11.2006, disponível no site Dinheiro Digital, em http://dinheirodigital.sapo.pt/news.asp?section_id=&id_news=73646

2. O Público

2.1. Características do jornal e evolução da secção Local

O caso do Público e do seu interesse pelo local, ou pela região, é paradigmático no contexto das ligações dos jornais de circulação nacional ao jornalismo praticado na generalidade da imprensa regional e local. A secção Local faz parte do jornal desde a sua génese. O Público nasce, de raiz, com duas edições diferenciadas, tal como acontece hoje, distinguidas entre edição Porto e edição Lisboa. Foi, de resto, “o primeiro jornal a imprimir, em simultâneo, duas edições locais, em Lisboa e no Porto” (Mata, 2002:66-67).

Aquando do lançamento do jornal, o Local ocupava um caderno distinto do caderno principal, com capa, que incluía roteiros e classificados e poderia atingir uma dimensão considerável, de 16 ou mais páginas. Quando, a partir de 2002, nascem as edições diferenciadas Minho e Centro, estas adoptam a mesma configuração que até aí era atribuída às outras duas edições – equipas diferenciadas alimentavam o seu caderno próprio, onde se incluíam acontecimentos de destaque dentro da sua região, e onde poderiam também figurar assuntos respeitantes a outras regiões, embora com menor incidência e relevância.

As edições Minho e Centro foram, no entanto, projetos experimentais, iniciados com uma duração prevista de dois anos. No final desse período não existiram incrementos visíveis nas vendas, eventualmente até terá existido uma quebra nas mesmas, o que acabou por ditar a descontinuação das referidas edições Minho e Centro.¹⁰

Como veremos à frente, o Local ocupa agora uma secção dentro do caderno principal, e a sua influência fazia-se notar também, na altura em que decorreu o estágio¹¹, em alguns aspectos diferenciados no P2, nomeadamente no que diz respeito a

¹⁰ Informação cedida gentilmente pelo jornalista do Público Abel Coentrão, que participou no projeto da edição Minho, integrado depois a redação do Porto.

¹¹ Como será explicado à frente, o formato do jornal foi remodelado de forma profunda, surgindo com uma “nova cara” no dia 5 de Março de 2012. Uma das alterações a assinalar foi o desaparecimento do segundo caderno – o P2 – das edições diárias.

eventos culturais a acontecer na região.

Chegados a este ponto, importa caracterizar o jornal Público, onde decorreu o estágio, e onde existe uma secção dedicada exclusivamente às notícias de carácter local e regional, bem como a apontamentos culturais, diferenciados nas edições Porto e Lisboa. A caracterização que aqui se pretende visa sobretudo mostrar de que forma os princípios e o estatuto editorial do jornal permitem inferir uma diferenciação face às debilidades que, como vimos, se encontram na generalidade da imprensa local e regional em Portugal.

O Público assume-se como um jornal diário, de distribuição nacional, que se rege pelos “grandes princípios fundadores do jornalismo moderno”¹², à semelhança dos jornais ditos de “referência” espalhados pelo Mundo, como sejam o “The Washington Post”, “El País” e “Le Monde”. A primeira edição do jornal surge em 1990, depois de, em 1989, ter sido criada a Público Comunicação Social S.A., cujo principal acionista foi – e continua a ser – o grupo empresarial Sonae. Na altura da sua fundação, a equipa que criou o jornal – quase totalmente formada por elementos da redação do semanário Expresso – surge com o objectivo revolucionário de se constituir como um “projeto de renovação dos “media” portugueses”¹³.

De entre os vários princípios que compõe o seu Estatuto Editorial, o Público reconhece-se como “um jornal diário de grande informação, orientado por critérios de rigor e criatividade editorial, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política e económica”, inclusive numa lógica de independência face à Sonae, empresa detentora da maioria do capital da Público Comunicação Social, S.A. O próprio modelo no qual se baseia a instituição é um modelo institucional, inédito até então na sociedade portuguesa, no qual coexistem um Conselho Geral e uma Direção, com o objectivo de garantir “a independência jornalística, além de atribuir à Direção, composta por três elementos da direção editorial e dois da direção administrativa e comercial, uma responsabilização permanente pela resolução de todo o tipo de problemas perante o mercado e os acionistas”.

O jornal responsabiliza-se “apenas perante os leitores, numa relação rigorosa e

¹² Introdução de Vicente Jorge Silva, no livro de Estilo do Público

¹³ Magna Carta, apresentada por Belmiro de Azevedo, presidente do grupo Sonae e Vicente Jorge Silva, primeiro diretor do Público

transparente, autónoma do poder político e independente de poderes particulares”. Desta forma, o “Público não aceita publicidade eleitoral ou político partidária, exceptuando as situações previstas pela lei quanto à convocação de comícios, manifestações e sessões de esclarecimento”. (1998:129)

Antes de iniciar a caracterização física do jornal, importa fazer notar que esta será uma caracterização desatualizada, tendo em conta que o jornal foi remodelado de forma profunda, surgindo com uma “nova cara” no dia 5 de Março de 2012¹⁴, altura em que o estágio sobre o qual versa este relatório estava já terminado.

Posto isto, anteriormente à remodelação apresentada em Março de 2012 e durante todo o período de duração do estágio aqui retratado, a edição impressa do jornal dividia-se em dois cadernos: o caderno principal, ou P1, onde se inseriam, as secções Portugal, Mundo, Economia, Local, Desporto, e ainda a secção Espaço Público, que dava lugar à opinião – cartas, editoriais, crónicas e outros artigos de opinião –, e o segundo caderno, ou P2, dedicado a temas como sociedade, artes e cultura, e onde se incluíam também bandas desenhadas, passatempos, agenda cultural e programação televisiva (é importante ressaltar que também o P2 aparecia diferenciado nas edições Lisboa e Porto, nomeadamente com a agenda cultural relativa a cada uma das regiões). Em dias específicos da semana, os dois cadernos surgiam acompanhados de suplementos e/ou revistas que versavam diversas áreas. A saber: à sexta-feira o Público era – e continua a ser, mesmo depois da remodelação – acompanhado pelos suplementos Inimigo Público, um suplemento humorístico apresentado sob o lema “Se não aconteceu... podia ter acontecido!”, e Ípsilon, o suplemento dedicado às artes. Ao Sábado, o jornal surge acompanhado pela Revista Fugas¹⁵, com secções dedicadas a viagens, prazeres e motores. Com a edição de Domingo, saía a revista Pública.

A secção Local, diferenciada para as regiões norte (edição Porto) e sul do país (edição Lisboa), ocupa um espaço que pode variar entre duas e seis páginas, no primeiro caderno do jornal e apresenta a atualidade local e regional, sob um estilo fundamentalmente noticioso.

¹⁴ Para mais informações sobre o novo formato do jornal, pode ser lida a explicação da diretora, Bárbara Reis, acerca da nova configuração em <http://blogues.publico.pt/publicolab/2012/03/05/o-salto/>

¹⁵ A Fugas continua a acompanhar o jornal de Sábado, mesmo após a renovação introduzida a 5 de Março de 2012

Semanalmente, inclui-se o editorial, e o “sobe e desce”, caixas onde se destacam 3 figuras públicas ligadas à região, com ação relevante no decorrer dessa semana, com um breve comentário acerca das mesmas, indicando se se destacam pela positiva (sobe), negativa (desce) ou numa posição neutral. Pontualmente são incluídos ainda artigos de opinião, com textos considerados pertinentes quer de jornalistas do Público, quer cidadãos que podem, ou não, estar ligados à vida pública.

Independentemente de dizer respeito a um espaço geográfico concreto, a secção Local pode incluir, por vezes, notícias que tenham lugar noutras regiões, fora do seu âmbito de interesse. Essas notícias são “importadas” da secção Local à qual dizem respeito, integralmente ou em parte, assumindo, porém, um lugar de menor destaque dentro do esquema da página. Para melhor se perceber esta questão veja-se dois casos.

No Sábado, dia 10 de Setembro de 2011, a edição Porto do Público, abria a secção Local com uma notícia, escrita por mim, sobre um explicador do Porto que tinha criado um Banco do Livro Escolar e que, após anunciar o mesmo no *Facebook*, começou a receber contactos de outros pontos do país, de pessoas interessadas em fazer o mesmo trabalho voluntário: disponibilizar um espaço onde, quem quisesse, de forma gratuita, entrega os seus livros escolares e recolhe aqueles de que necessita¹⁶. De todas as formas, a notícia que foi abertura da secção Local/Porto¹⁷, foi também aproveitada e inserida dentro da secção Local, na edição de Lisboa¹⁸, em tamanho mais reduzido e disposta sob outro espaço no *layout*, que não o local privilegiado dentro do plano de páginas para essa edição.

Outro caso, diz respeito à detenção de um pescador furtivo, levada a cabo pela Polícia Marítima. Este assunto foi noticiado mais pelo insólito que propriamente pelo crime a que se referia. Um homem, residente em Gaia, foi abordado pelas autoridades quando se encontrava numa pequena embarcação, próximo da barragem de Crestuma, durante a madrugada. Como procedia à pesca do meixão (enguia-bebés), proibida por lei, tentou fugir, acabando por cair ao rio. O seu salvamento foi dificultado porque o próprio homem se recusava colaborar com as autoridades no sentido de se salvar a si

¹⁶ Este trabalho será explicado mais pormenorizadamente no capítulo seguinte.

¹⁷ Cf. Anexo I

¹⁸ Cf. Anexo II

próprio. Esta notícia¹⁹, publicada a 23 de Janeiro de 2012, foi incluída também na edição de Lisboa²⁰, num espaço mais pequeno, omitindo algumas das informações e sem utilização de caixa com números.

¹⁹ Cf. Anexo III

²⁰ Cf. Anexo IV

2.2. Experiência na redação regional do Público

O estágio no jornal Público, com início em Agosto de 2011, foi definido à partida, como foi já referido, como uma experiência na secção Local/Porto. Na redação, o coordenador do estágio seria o editor da secção Local, o jornalista Álvaro Vieira. Na primeira conversa foi explicado que, para a secção Local/Porto, “interessariam” todos os acontecimento que constituíssem matéria noticiosa e tivessem lugar de Coimbra até aos limites norte de Portugal. A proximidade, que neste caso se alargaria a toda a metade norte do país, seria, portanto, o primeiro dos valores-notícia a ter em consideração ao abordar os acontecimentos. No caso de a envergadura dos acontecimentos poder constituir matéria de dimensão nacional – quando o critério da proximidade assumisse menor importância que outros – o acontecimento seria incluído em outras secções do jornal, como Portugal ou Economia. Durante o estágio, verificou-se precisamente este princípio, aquando da greve geral dos transportes, a 8 de Novembro de 2011. Foi-me incumbida a missão de observar os efeitos que a greve estaria a ter para os habituais utilizadores dos transportes públicos na zona do Porto. Um relato, em tom de reportagem, foi depois enviado para Lisboa, sendo integrado na notícia do dia seguinte, da autoria da jornalista Raquel Almeida Correia, com o título *Sector dos transportes arrisca nova paralisação*²¹, acerca da greve e seus efeitos por todo o país, na secção Economia.

Da mesma forma, a 3 de Outubro de 2011, fui encarregue, a pedido do editor da secção Local, de cobrir um conferência de imprensa na Câmara Municipal do Porto, onde seria anunciado, de surpresa, um evento de grande envergadura que teria lugar na cidade do Porto. O anúncio foi o de que a cidade do Porto tinha sido “escolhida” para expandir internacionalmente o festival *San Miguel Primavera Sound*, um festival de música alternativa que teve início em Barcelona, em 2001. Pela importância do festival catalão e pelo facto de ter sido em Portugal que o festival iria ser realizado pela primeira

²¹ Cf. Anexo V

vez além fronteira-espanhola, a notícia foi inserida na secção Portugal²² e não na secção Local, como estava, à partida, previsto.

Os primeiros dias enquanto estagiária foram marcados por duas atividades concretas. A primeira, que é comum a todos os novos estagiários, foi a realização das rondas, ou telefonemas para entidades específicas e pré-estabelecidas, como a PSP ou a GNR, bombeiros ou Proteção Civil, que podem ser fontes de informação privilegiada no que diz respeito à rapidez com que é passada a informação. As rondas são rotinas de suma importância para a obtenção de informação imediata e, à partida, fidedigna, porquanto se pressupõe que uma entidade pública de responsabilidade social terá sempre informação de ocorrência em “primeira-mão”. O recurso às rondas permite, em muitos casos, começar a tratar a informação antes dos outros meios de comunicação. Esse facto é tão mais importante se tivermos em conta a sociedade em que vivemos, onde a imediatez da informação e a atualização das notícias, quase ao minuto, é uma das “exigências” do leitor. Muitas vezes, logo após um contacto com uma das fontes de rotina, durante as rondas, do qual surge uma informação que constitui matéria noticiável, é lançado imediatamente para a página *online* do Público a notícia que vai sendo atualizada ao longo do dia. Porque importa para o tema deste trabalho, refiro aqui que se contactava, por rotina, entidades das seguintes localidades: Braga; Viseu; Vila Real; Porto; Maia; Aveiro; ou Gaia, bem como as sedes regionais dessas entidades.

A matéria noticiável obtida através das rondas é depois proposta ao editor e adaptada às especificidades do plano de páginas para a secção Local da edição do dia seguinte. Regra geral, os acontecimentos informados pelas entidades acima descritas referiam-se a acidentes e casos de polícia que, na sua grande maioria, eram noticiados sobre a forma de notícias breves. Há, no entanto, casos em que a informação pode constituir matéria de maior interesse jornalístico e dar origem a notícias mais elaboradas.

Um caso particularmente interessante, aconteceu em Setembro, aproximadamente um mês após ter começado o estágio. Durante o fim de semana havia sido noticiado o desaparecimento de um pescador junto ao molhe da Foz do Douro, enquanto praticava pesca lúdica. Na segunda feira, numa das rondas realizadas foi-me

²² Cf. Anexo VI

dada a informação de que um cadáver tinha sido retirado do rio Douro, numa zona junto à ponte do Infante. A primeira questão que coloquei foi logo no sentido de saber se poderia corresponder ao pescador desaparecido. Os Bombeiros Sapadores do Porto não sabiam dar essa informação. Foi necessário um contacto extra para perceber que o corpo encontrado não tinha sido identificado e, dadas as condições da corrente do rio, contrárias às da praia da Foz, também não poderia ser o do pescador desaparecido, que continuava, efetivamente, a ser procurado com recurso a meios marítimos. Esta notícia foi inserida na edição de terça-feira, dia 13 de Setembro²³. No dia seguinte, durante as rondas, surge novamente a informação de que tinha sido retirado um corpo de um indivíduo do sexo masculino que, pela idade aproximada, poderia corresponder ao pescador desaparecido, desta vez junto ao molhe da Foz do Douro. Acompanhada pelo fotógrafo Paulo Pimenta, fui enviada ao local onde teria sido retirado o cadáver. Antes de sair da redação, a Lusa avançava que o cadáver seria do pescador desaparecido no fim de semana, justificando que o reconhecimento tinha sido feito por um dos familiares. No local, onde se encontravam elementos da polícia e alguns curiosos, foi-me confirmado que um irmão do pescador, que se encontrava na praia quando foi retirado o corpo, havia identificado o corpo. Em conversa com o Piquete da Polícia Marítima, pude perceber – pelas indicações que ele ia recebendo via rádio – que, afinal, os filhos do pescador não reconheceram o cadáver no Instituto de Medicina Legal. Foi necessário proceder então à pesquisa no campo, de quem poderia ser eventualmente o homem encontrado, procurando perceber – até para enquadrar o facto de, em três dias, pelo menos três corpos terem, ou desaparecido, ou sido encontrados – o perigo que aquela zona representa, não só para os pescadores, como para todos os cidadãos que circulam na área.²⁴

A segunda das funções que assumi, ao longo da primeira semana, foi o controlo e atualização dos incêndios circunscritos à área de interesse já referida. Importa relembrar que o estágio teve início em Agosto, altura do ano propícia à ocorrência de incêndios. O cobrir deste tipo de acidentes permitiu uma percepção das práticas de pesquisa de informação, bem como de acompanhamento e monitorização do evoluir dos acontecimentos, que frequentemente só terminava tarde – dias houve em que a saída da

²³ Anexo VII

²⁴ Anexo VIII

redação ultrapassou as 21h00 – para permitir uma informação mais fidedigna e atual do curso dos acontecimentos para a edição do dia seguinte.

Nesta função, além dos telefonemas para fontes de rotina, urgia consultar as páginas *online* de entidades como a Proteção Civil e, muito importante, consultar frequentemente os *takes* da Lusa.

A agência noticiosa é uma ferramenta de carácter indispensável no jornalismo moderno. Da consulta regular dos *takes* noticiosos da Lusa surgiram muitas das notícias e reportagens realizadas durante o estágio. A grande maioria das notícias breves era construída a partir de *takes* enviados pela Lusa. Idealmente, estes deveriam servir de base da notícia, sendo depois explorados pelos jornalistas, por forma a recolher dados de fontes próprias.

2.2.1. Iniciativas locais

Num contexto regional, a informação ganha uma relevância tanto maior quanto maior for a sua projeção para um contexto nacional, ou global. Duas das notícias de abertura da secção Local que escrevi espelham precisamente este factor.

Pela projeção que imprimem ao factor local, as empresas do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto (Uptec), incubadora de empresas empreendedoras, que foram seleccionadas para participar no programa *StartUp* Chile, foram notícia na edição de 4 de Setembro de 2011. O projeto surgiu como o meu primeiro grande trabalho de pesquisa. O tempo para a realização da notícia era muito maior que o ritmo diário de escrita de notícias a que estava habituada. Permitia um maior apuramento de factos e de tratamento da informação, mas exigia, ao mesmo tempo, um resultado que o justificasse. Uma semana foi o tempo despendido para a realização dos contactos necessários, que envolveram telefonemas, contactos via Skype, troca de e-mails e entrevistas com os representantes das 6 empresas que se haviam já instalado no Chile.

O meu “plano de trabalhos” foi definido da seguinte forma, se bem que, por vezes, disponibilidades de terceiros tenham invertido um ou outro ponto da ordem de trabalhos:

1. Compreensão do programa StartUp Chile
 - a. O que é
 - b. Como surgiu
 - c. Que tipo de empresas selecciona
 - d. Como funciona
 - e. Duração do programa e possibilidade de prolongamento
2. Enquadrar a Uptec e perceber porque é que 6 das suas empresas haviam sido seleccionadas.
3. Contactos com as empresas
 - a. Qual o projeto?

- b. Motivação para se deslocarem para o Chile
- c. Como tem sido a experiência

A informação avolumava-se. Em primeiro lugar, porque o programa *StartUp Chile* nasceu com um propósito relevante: a economia chilena tem prosperado mas uma das suas maiores fontes de rendimento – a extração de minérios – terminará num prazo de 40 anos. O Chile pretende, portanto, transformar-se no *hub* de empreendedorismo de toda a América Latina, substituindo os rendimentos que provém da extração de minérios pelos rendimentos que, a médio prazo, poderão advir da aposta na inovação. Em segundo lugar, o trabalho desenvolvido pela Uptec tem sido notável, na aposta e incentivo ao nascimento e crescimento de empresas inovadoras, as *StartUp*. Em terceiro, e aqui se aplica bem a expressão inglesa *the last but not the least*, porque estávamos a falar de seis empresas distintas, todas elas apresentando projetos interessantes, experiências diversificadas no contexto do *StartUp Chile*, e todas elas com perspectivas de futuro diferentes. Com tanta informação, o espaço de duas páginas (que, de resto, me deu imensa alegria constatar ser tão amplo), tornava-se quase minúsculo. E, como se tudo isto não bastasse, ao mesmo tempo que trabalhava na elaboração da notícia surge uma nova informação: decorria, na Uptec, a partir do dia em que a notícia seria publicada, o evento *StartUp Pirates*, no qual, em tempo quase record, seriam criadas e desenvolvidas ideias de negócio na área do empreendedorismo. Os três projetos vencedores – aqueles que apresentassem um maior potencial – dariam origem a empresas que seriam incubadas na Uptec e cujo futuro poderia também, eventualmente, passar pelo Chile.

Embora a dimensão do trabalho me parecesse, a certa altura, maior que as minhas possibilidades, acabou por ser um dos trabalhos que mais apreciei ao ler o resultado final, que ocupou, como disse, duas páginas da edição Porto de domingo, sob o título *Chile é destino de empresas inovadoras do Porto*²⁵.

A outra notícia que espelha a importância da projeção do local como valor notícia, foi já aqui referenciada, diz respeito ao Banco do Livro Escolar, uma iniciativa que começou num centro de explicações no Porto e se espalhou por todo o país. A ideia

²⁵ Cf. Anexo IX

para a notícia surgiu após uma partilha no meu *Facebook*, que dava conta de um explicador que dava livros escolares a toda a gente que necessitasse. A iniciativa, que tinha começado apenas naquele centro de explicações, ganhou projeção nacional a partir do momento em que Henrique Cunha, o explicador, colocou um *post* na sua página do Facebook, que se tornou quase viral dentro da rede social. Daí aos telefonemas de outros pontos do país, mostrando interesse em aderir à iniciativa e criar outros pontos de recolha e entrega de livros escolares usados, foi um passo.

Quando falei pela primeira vez ao telefone com Henrique Cunha, já estavam abertos seis Bancos do Livro por todo o país, mais um no Faial, Açores. No dia seguinte, quando fui entrevistá-lo ao Banco do Livro, a iniciativa contava já com mais três pontos de distribuição, que se tinham voluntariado e aberto no dia anterior. A título de curiosidade, em Agosto de 2012, menos de um ano volvido, o Banco do Livro Escolar contava já com mais de 100 pontos de distribuição, em várias zonas de Portugal.

A iniciativa pareceu-me constituir interesse noticioso para os leitores, encaixando perfeitamente dentro do Local, uma vez que o conceito tinha partido do Porto e estava a espalhar-se por todo o país. Propus ao Álvaro que realizássemos a notícia, ele aceitou e, no dia seguinte, fui ao Banco do Livro entrevistar o explicador Henrique Cunha.

A experiência foi muito interessante. Henrique Cunha tinha concebido um projeto que poderia mesmo resultar, falava dele de forma apaixonada e fugia ao cliché da reutilização dos livros ser uma prática daqueles que não têm dinheiro. Para ele, reutilizar deveria ser a palavra de ordem, para todos os alunos do país. Foi interessante ainda porque, enquanto decorria a entrevista, a azáfama de pais e alunos a procurarem e selecionarem livros que lhes convinhassem não parava. Nas alturas mais complicadas, tive de ser eu mesma a dar uma ajuda que permitisse “despachar” os “clientes” para poder continuar a entrevista.

A par da entrevista foram feitos contactos, telefónicos, com todos os responsáveis pelos outros bancos do livro, que revelaram como estava a correr a experiência. Todos eles foram unânimes na afirmação do sucesso da iniciativa, traduzido em números elevados de transações de livros escolares.

A notícia foi publicada na abertura da secção Local/Porto, sob o título *Explicador do Porto fundou um Banco do Livro Escolar que luta pela “nacionalização”*²⁶ e também na secção Local Lisboa, com o título *Explicador do Porto fundou Banco do Livro Escolar, que tem cada vez mais depositantes*²⁷, como vimos mais em cima.

²⁶ Cf. Anexo I

²⁷ Cf. Anexo II

2.2.2. O Local como chamada de atenção

Jorge Pedro Sousa (2002) ressaltava que uma das expectativas dos leitores da imprensa local e regional se prende com a “chamada de atenção para anseios e projetos locais”.

Muitos dos trabalhos que realizei no Público enquadram-se dentro do corresponder a esta expectativa. Alguns, como de resto em todas as outras áreas, assumem uma maior relevância e por isso destaco os seguintes.

Numa reunião de Câmara aberta à comunicação social, em Matosinhos, em que se falou, e foi essa a matéria que constituiu notícia na edição do dia seguinte, acerca da especulação imobiliária nos terrenos adjacentes à Exponor, um grupo de cidadãos foi ouvido, por causa de uma queixa, com quase vinte anos. A queixa dizia respeito a uma urbanização em Leça da Palmeira, denominada “O Sonho”, onde, desde a sua inauguração, tinham sido concedidas licenças de funcionamento a bares e restaurantes até às 2 horas da madrugada. Ora, a estrutura dos prédios não permite um isolamento sonoro adequado e os moradores são incomodados até ao fecho dos bares com valores-limite de exposição sonora muito acima dos permitidos por lei. Na altura da reunião, Guilherme Pinto, presidente da Câmara de Matosinhos, afirmou que aquela queixa dizia respeito a um dos piores erros urbanísticos da Câmara de Matosinhos e que a autarquia realizaria as diligências necessárias para promover o bem estar dos moradores do condomínio. No final da reunião, a par das informações relevantes acerca dos terrenos da Exponor, como já referi em cima, fiz referência à queixa ao Álvaro Vieira, editor da secção Local.

Paralelamente, não sei se antes se depois da reunião de Câmara em que estive, chegaram à redação um dossier com documentos relativos à urbanização – queixas de moradores, reclamações apresentadas a diversas entidades, medições dos níveis de ruído, etc. – comprovando as queixas que tinha ouvido na reunião. Foi-me entregue esse dossier para realizar uma notícia que desse conta da situação. O assunto tornou-se mais delicado que aquilo que, à partida, poderia supor. A primeira conversa que tive com um dos elementos da comissão de ruído (sim, o condomínio da urbanização contava com

uma comissão de ruído), revelou que, a par do incómodo provocado pelo ruído nos bares, os moradores já se tinham sido alvo de agressões, ameaças e intimidações, físicas e verbais, perpetradas pelos proprietários dos bares.

A investigação desenrolou-se em três fases. A primeira consistiu em entrevistas com dois proprietários e análise de uma série de queixas apresentadas por outros moradores. Na segunda, conversei com os proprietários de três dos bares sob os quais pendiam as queixas e, por fim, entrevistei o presidente da Câmara de Matosinhos, pedindo que clarificasse a posição da autarquia e que avançasse algumas das medidas que pretendia – se fosse o caso – tomar.

A primeira fase permitiu perceber o panorama geral das queixas dos moradores. Os dados oficiais – nomeadamente medições de níveis de ruído – eram claros. Outros, como uma possível ligação, ou conhecimento, entre os proprietários dos bares e elementos policiais que, segundo afirmavam os moradores, avisariam os bares quando um carro patrulha se estivesse a dirigir ao local, para que baixassem ou desligassem a música e fechassem o estabelecimento, não poderiam ser comprovados, pelo que optei por não inserir essa informação.

A conversa com os proprietários dos bares decorreu num contexto mais amigável que aquele que esperava, à partida. Todos se mostraram solícitos em responder às questões colocadas, negando – como eu esperava – as acusações de agressões ou ameaças, e alegando que uma alteração dos horários de funcionamento dos estabelecimentos arruinaria o negócio.

Ambas as posições estavam clarificadas. Urgia, portanto, saber qual a palavra da Câmara acerca da questão. Guilherme Pinto esclareceu que compreendia a questão, escusando-se de culpas porquanto o licenciamento dos bares tinha sido uma decisão da anterior autarquia. Garantiu, no entanto, que a sua decisão passaria por antecipar o horário de encerramento dos bares, zelando, em primeiro lugar, pelo bem estar dos cidadãos.

A notícia foi publicada como abertura da secção Local/Porto, a 14 de Outubro de 2011, com o título *Câmara promete fechar mais cedo bares de prédios de “Sonho”*.²⁸

Ainda a este propósito, refira-se que, aproximadamente dois meses depois da publicação da notícia, recebi novo contacto dos membros da Comissão de Ruído da urbanização “O Sonho”, revelando que nenhuma medida havia sido tomada pela autarquia. Por sugestão do Abel Coentrão, que substituíra o Álvaro Vieira na edição desse dia, realizamos outra notícia, de formato mais reduzido, sob o título *Moradores de Leça esperam há mais de sete anos por uma solução*²⁹, dando conta da situação.

O conserto do relógio da Torre dos Clérigos foi um dos acontecimentos que cobri e pode ser enquadrado dentro do contexto das ansiedades e problemas locais, que cobri enquanto jornalista da secção Local. O trabalho transformou-se numa grande lição, menos pelo assunto sobre o qual escrevi, mais por um erro meu que, felizmente, fomos a tempo de corrigir.

O problema com o relógio dos Clérigos era fácil de explicar: na mudança para o horário de Inverno, no último Domingo de Outubro de 2011, detetou-se uma falha no relógio que o impedia de mostrar a hora certa. A resolução desse “contratempo” era mais difícil de executar – para consertar o relógio foi necessário contratar alpinistas que consertariam os ponteiros do relógio suspensos a uma corda presa ao topo da torre. Uma primeira incursão dos alpinistas já tinha sido efectuada e o dia em que fui acompanhar os trabalhos seria aquele em que o relógio seria posto de novo a funcionar. O trabalho de campo correu bem, recolhi opiniões de transeuntes curiosos e impressionados com a técnica “radical” do conserto, de lojistas locais a quem o conserto iria “restaurar” a normalidade e do responsável pelo conserto, do Padre Américo Aguiar, responsável pela Irmandade dos Clérigos e ainda do responsável pela empresa que procedeu ao arranjo do relógio. Numa manhã, o trabalho de campo propriamente dito estava feito, portanto dirigi-me à redacção para começar a escrever o texto. No intervalo da hora de almoço, aproveitei para passar mais uma vez perto da Torre dos Clérigos e confirmar se

²⁸ Cf. Anexo X

²⁹ Cf. Anexo XI

o trabalho estava terminado, como me tinha garantido o responsável da empresa e o Padre Américo Aguiar. Não estava. Tornei novamente a contactá-los, para receber a explicação de que faltariam apenas uma a duas horas para que o trabalho fosse concluído. Pelo sim, pelo não, fiquei com o número do telemóvel do responsável da empresa. Ainda bem.

De regresso ao jornal, escrevi toda a notícia, pautando-a com notas de reportagem, dando como certo o conserto do relógio. Depois de terminada a escrita, já tarde, vi o telejornal da RTP1 e da SIC, que davam conta da conclusão dos trabalhos. Revi o texto com o Álvaro Vieira e saí.

Já em casa, perto das 22h, lembrei-me que teria sido mais correto se tivesse confirmado com o responsável da empresa a conclusão dos trabalhos. Não que achasse necessário, uma vez que tinha confirmado através da notícia de outros dois meios de comunicação mas, ainda assim, resolvi ligar. E o relógio ainda não estava consertado! Anoiteceu antes que tivessem sido concluídos todos os trabalhos e o relógio só estaria a funcionar no final da manhã seguinte – e agora eu já nem nisso podia acreditar – depois de uma nova intervenção. Liguei de imediato ao Álvaro Vieira, que ainda estava na redação, que me pediu explicações, não tanto da minha falta de profissionalismo, mas mais acerca da intervenção que seria feita no dia seguinte. Novo contacto com o responsável da empresa, nova recolha, exaustiva, de dados, que depois passei ao Álvaro, e este, por sua vez, emendou a notícia, e o título, que anunciava em letras grandes que o relógio dos Clérigos já estava a dar a hora certa! O resultado final foi publicado na edição de 19 de Janeiro de 2012³⁰.

Nesse dia, foi necessário escrever ainda uma outra notícia, de tamanho mais reduzido, dando conta da conclusão dos trabalhos, e acrescentando algumas das informações importantes, nomeadamente no que dizia respeito aos pagamentos.

Um outro trabalho que não posso deixar de referir, pois integra o tema deste subcapítulo e diz respeito a todo o tema geral deste relatório. Foi publicado a 9 de

³⁰ Cf. Anexo XII

Dezembro de 2011³¹ e a ideia era falar acerca da problemática da diminuição das iluminações natalícias nas ruas, desencadeada pelos cortes nos apoios da Câmara do Porto, integrando também dados relativos a outras cidades importantes da área de abrangência da secção Local/Porto. A par disso, o *layout* escolhido – desta feita pelo Abel Coentrão – incluía uma caixa onde deveria ser colocada uma pequena entrevista que dissesse respeito à notícia em questão.

A primeira parte, escrita em tom de reportagem, dava conta das dificuldades dos lojistas da Baixa do Porto, dos cortes levados a cabo pela autarquia e da iniciativa de alguns lojistas, nomeadamente na Rua do Bonjardim, que se uniram e assumiram as despesas para conseguir conferir à rua o tal aspeto natalício.

O retrato de outras cidades importantes da região – Guimarães, Aveiro, Coimbra, Braga, Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa de Varzim – foi construído com a ajuda do Samuel Silva, colaborador do Público e do Aníbal Rodrigues, então jornalista da secção Local.

Faltava a entrevista para a caixa “3 perguntas a...”. Por sugestão do Abel Coentrão, tinha já contactado o presidente da Associação de Comerciantes do Porto, Nuno Camilo, que me deu boas informações acerca do assunto, revelando dados interessantes sobre os efeitos da crise no comércio local. Foi, portanto, o entrevistado escolhido para responder a três questões que me pareceram pertinentes:

1. Que participação tem a Associação de Comerciantes do Porto na iluminação das ruas na altura de Natal?
2. Há uma ideia de quantas artérias do Porto serão iluminadas este ano?
3. Que estratégias estão pensadas pela ACP para fazer face à diminuição drástica da iluminação das ruas?

Após a resposta às questões, nas quais a palavra crise encontrou sempre lugar,urgia questionar quais seriam os seus efeitos a curto prazo. Acrescentei, portanto a questão: Há uma ideia do número de lojas que poderão encerrar devido à crise, até ao final do ano? Esta pergunta, e a sua resposta, acabou por ocupar o lugar que estava

³¹ Cf. Anexo XIII

reservado à segunda pergunta referida em cima, cuja resposta foi integrada no texto principal.

Um dos trabalhos mais complicados com que me deparei enquanto jornalista do Local foi a realização de uma reportagem após uma visita a uma fábrica de prata, a Alcino pratas, uma empresa centenária, situada na rua de Santos Pousada, no Porto. A visita foi muito interessante – o espaço onde eram fabricados as peças que a Alcino comercializava estava ainda sob os moldes de uma indústria antiga, ou de uma oficina de grandes dimensões, as peças eram todas trabalhadas de forma manual, portanto cada uma era única, o sucesso das suas criações já tinha levado a empresa além fronteiras, nomeadamente a uma exposição no palácio real da Dinamarca, a convite da rainha, o negócio era familiar desde a sua génese, tendo passado já por várias gerações da mesma família, entre outras coisas interessantes que me foram reveladas pelo atual CEO da empresa, representante da 5ª geração da família nos comandos da Alcino.

Havia matéria, muita, e boa, para construir a reportagem. O problema era o de que não conseguia encontrar o melhor elemento, ou, melhor dizendo, qual o critério mais evidente para justificar a reportagem. Isto porque, dependendo da forma como fossem selecionadas e editadas as informações recolhidas, a reportagem podia contribuir para uma maior informação e interesse do público ou, pelo contrário, constituir-se mais como uma publi-reportagem. Muitas vezes, em casos semelhantes, “o tempo pode ser usado como “cabide” para outras notícias. Por exemplo, a notícia de um aniversário (...) pode servir de pretexto para a difusão de outros enunciados jornalísticos” sobre o assunto (Traquina cit. Sousa, 2001:43). Um importante aniversário, o centésimo, tinha sido, porém, festejado há quase dez anos atrás. Outra possibilidade, a atualidade, que “em sentido estrito, é já um elemento que decorre do facto de uma notícia ser notícia” (Sousa, 1999) poderia ser utilizado se, por exemplo, o convite para a exposição no palácio dinamarquês se tivesse verificado há pouco tempo, ou ainda um outro elemento que constituísse valor notícia, poderia servir de impulso inicial justificativo da reportagem apresentada. Mas, de toda a informação disponível para realizar o trabalho, nenhum ponto se me afigurava como critério noticioso pertinente, à partida. E não poderia correr o risco de servir mais os interesses da empresa em ser notícia que o dos

leitores em ler um texto noticioso de carácter local.

Depois de várias conversas com o Abel Coentrão, que me tinha pedido para realizar a visita à fábrica e escrever a reportagem, acabamos por concluir que faria sentido incidir o texto sobre a informação nova de que a empresa tinha aberto, há aproximadamente um ano, a sua primeira loja de venda ao público.

Foi partindo desse pressuposto que iniciei a escrita do texto. Os três resultados finais apresentados, porém, nunca satisfizeram de forma total o Abel, de maneira que foi necessário reformular várias vezes o texto, acrescentar informação nova, substituir informação existente e que não seria tão interessante, inserir mais o leitor no panorama geral da fábrica, ou oficina, enriquecer mais as descrições para tornar a reportagem fluída.

O modelo de construção da notícia foi pois o de colocar todo o interesse da Alcino no facto de, mantendo uma tradição ao longo do tempo se ter transformado numa empresa com modelos de trabalho quase únicos no Mundo – era original porque tinha preservado as tradições – e descrever as vantagens que daí lhe advieram, nomeadamente a projeção internacional, que é motivo de interesse não só para a empresa mas para todos os portugueses e, em particular, dos portuenses, de onde a empresa é originária.

Paralelamente, e porque o assunto assim o exigia, falou-se da crise, do preço da prata, dos custos de produção e das formas como a empresa gere as suas vendas de forma a garantir a sua continuação no mercado. Daqui se garantia a pertinência da informação acerca da abertura da loja no Hotel Intercontinental, no Palácio das Cardosas, na baixa do Porto.

A notícia foi publicada apenas depois da conclusão do estágio, em 11 de Março de 2012, sob o título *A Fábrica de prata portuense que se mostra ao público ao fim de um século*³².

³² A notícia pode ser lida online, através do endereço <http://www.publico.pt/Local/a-fabrica-de-prata-portuense-que-se-mostra-ao-publico-ao-fim-de-um-seculo-1537350?all=1>

2.2.3. Solidariedade no contexto Local

A reportagem é um género jornalístico particularmente gratificante. Primeiro porque permite uma maior liberdade de escrita, segundo, porque permite um envolvimento maior no assunto a reportar. Ao mesmo tempo, reportar obriga a um apuramento mais abrangente dos factos, incluindo pormenores dispensáveis aquando da construção de uma notícia. Exige mais do jornalista, mas o resultando geralmente é mais satisfatório. No decorrer do estágio, três dos trabalhos de “campo” consistiram na elaboração de reportagens, acompanhando associações de trabalho social, duas com os sem abrigo, outra com a comunidade de ciganos do bairro da Biquinha, em Matosinhos.

A primeira das reportagens, com o título *Legião dos coletes amarelos é uma luz na noite dos desvalidos* foi realizada em Setembro, na altura das comemorações dos 18 anos das rondas da caridade da Legião da Boa Vontade. Por comemorar um aniversário, a associação faria a habitual ronda semanal noturna por vários pontos da cidade, “visitando” os sem-abrigo, oferecendo, para assinalar a data festiva, jardineira em vez de sopa, e roupas novas, às pessoas carenciadas que vivem nas ruas do Porto. O trabalho começou às 21 horas, na sede da associação, no Porto. Juntamente com o Nélson Garrido, da fotografia, e a equipa de televisão do Porto Canal, acompanhei os preparativos antes da saída e a distribuição dos alimentos pelas ruas. Nesse período de tempo (acompanhamos a ronda aproximadamente até às três da manhã) fui recolhendo depoimentos, quer de responsáveis, quer de voluntários, quer daqueles que beneficiam deste tipo de ajuda. Explicando o trabalho meritório da associação e demonstrando, através de exemplos, quais os benefícios do seu trabalho, foi possível informar o que são as rondas da caridade e como funcionam.

Este tipo de informação, acredito, é também uma ajuda às associações envolvidas, porquanto lhes permite uma visibilidade pública. Por isso, decidiu-se incluir também, numa caixa, o número de telefone de valor acrescentado e o NIB da associação, para aqueles leitores que, após ter um pequeno vislumbre do trabalho realizado, se sentissem impelidos a participar, ajudando a associação.

A segunda reportagem, sob o título “*Pequeno almoço na “cama”, um mimo das crianças para os sem-abrigo do Porto*”³³, surgiu depois do acompanhamento da associação ADRA, que apoiava também os sem-abrigo, mas num modelo de ajuda distinto. A Legião da Boa Vontade fazia as rondas noturnas, a Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência (Adra) distribuía pequenos almoços ao domingo. Esta iniciativa contava ainda com o apoio de crianças, em grupos, que se revezavam a cada domingo. No domingo de 27 de Novembro, dia em que eu e o fotógrafo Fernando Veludo acompanhamos a distribuição, o grupo escolhido era composto por aproximadamente vinte escuteiros de Guimarães.

Também durante esta reportagem foram recolhidos diversos depoimentos dos responsáveis, dos voluntários e dos sem-abrigo.

Poderia parecer, à partida, que o resultado final, as reportagens propriamente ditas, contariam história tristes, escritas num tom meio cinzento, se é que se pode associar uma cor a um texto. Na realidade não aconteceu assim em nenhuma das reportagens. A alegria dos voluntários acabou por “colorir” sempre o texto de um tom mais animado e positivo.

A história da reportagem realizada no bairro da Biquinha, em Matosinhos, assume contornos de investigação mais profundos ou, pelo menos, mais prolongados no tempo.

Um primeiro contacto com a Associação para o Planeamento Familiar (APF) na Biquinha tinha sido realizado em meados do mês de Outubro, aquando da apresentação dos resultados referentes ao programa RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) que tinha estado em vigor no bairro. Os resultados apresentados não se revelaram de grande interesse noticioso e, além disso, o plano de página não permitia a disponibilização de um espaço para a elaboração de uma notícia acerca da apresentação referida.

³³ Cf. Anexo XIV

A ida ao bairro da Biquinha serviu, no entanto, de incentivo para a recolha de dados interessantes relativos às famílias de etnia cigana que se concentraram no mesmo bloco de apartamentos do bairro. As histórias recolhidas – nessa, e numa visita posterior, à laia de curiosidade, - indicaram que poderíamos estar quase perante uma sociedade dentro da sociedade, com cultural, hábitos e práticas completamente distintos.

A oportunidade de noticiar a comunidade de etnia cigana do bairro da Biquinha surgiu na altura do Natal. Fui convidada pela associação a estar presente na festa de Natal que iam organizar e a proposta que fiz foi no sentido de tentar perceber os costumes e tradições da etnia cigana nessa quadra festiva. A reportagem foi publicada na antevéspera de Natal, com o título *Entre os ciganos, às vezes nem a banca da feira chega para juntar toda a família*³⁴.

³⁴ Cf. Anexo XV

2.2.4. Informação cultural local e o regional no Público

A primeira notícia de abertura da secção Local/Porto que escrevi foi de natureza cultural. Mais à frente, no decorrer do estágio, outra notícia de abertura escrita por mim, dizia também respeito a um tema cultural. Mas começemos pela primeira. O tema era a exposição que abriria em breve na Reitoria do Porto e onde seria – finalmente – mostrado ao público a segunda maior coleção de arte egípcia do país, pertencente à Universidade do Porto³⁵. O editor, neste dia o cargo era ocupado pelo Abel Coentrão, passou-me a informação que ele próprio havia recebido e que dizia respeito à abertura da exposição, e ao número de peças do acervo que seriam mostradas ao público.

Dois telefonemas revelaram-se fundamentais para o resultado final. O contacto com o pró-reitor da Universidade do Porto, Dr. Manuel Janeira, responsável pela área da Cultura, Desporto e Lazer da instituição e o contacto, efectuado posteriormente, após recomendação do Dr. Manuel Janeira, com o Dr. Luís Manuel Araújo, comissário científico da exposição. Do primeiro contacto surgiram todas as informações relativas aos motivos que conduziram à exposição, bem como informação acerca das coleções pertencentes à Universidade, o segundo, para uma visão mais técnica e informada acerca da coleção que iria estar em mostra, da sua importância cultural e da história, ou histórias, que estavam por trás da pertença de tal espólio à Universidade do Porto. A notícia foi relevante. Acredito que uma grande maioria das pessoas que leram a notícia não tinham conhecimento de que a Universidade do Porto detinha a segunda maior coleção de arte egípcia do país. Menos ainda (e talvez por isso) sabiam que essas peças milenares estavam guardadas e empacotadas numa reserva da universidade, indisponível ao público. Além de noticiar a existência da coleção, noticiamos a exposição e ainda conseguimos que o pró-reitor “abrisse a porta” à possibilidade de existirem mais exposições de peças importantes que, como esta (que contava com centenas de peças únicas referentes a quase todos os períodos da história do Antigo Egito), se encontram guardadas em reservas fechadas ao público.

³⁵ Cf. Anexo XVI

A segunda notícia no âmbito da cultura que referi acima, foi realizada aquando da inauguração do Centro de Arte Moderna em Matosinhos, e foi a notícia de abertura da secção Local/Porto a 14 de Dezembro de 2011³⁶. Esta notícia surgiu como resultado de uma visita guiada pelo espaço físico da exposição, realizada no dia anterior à inauguração da mesma, e destinada apenas à comunicação social. A importância cultural desta exposição para o país em geral, e para a região em particular, é facilmente explicada. Mais de duzentas obras de artistas de renome no contexto da arte do século XX, como Miró, Saura ou Millares, parte do espólio de um dos artistas que ajudaram a escrever a história da arte desse século, Gerardo Rueda, estariam em exposição aberta ao público, a partir desse dia, em Portugal. Importa acrescentar que a coleção de Gerardo Rueda é um dos mais significativos espólios de arte de Madrid – o segundo, em dimensão, logo após o museu do Prado.

Curiosamente, e serve como informação relevante para o assunto no qual se baseia este trabalho, no dia da visita guiada, além do jornal Público, apenas estava presente outro meio de comunicação, o Porto Canal. No dia seguinte, em que também comparecemos para acompanhar a inauguração da exposição, que contaria com a presença do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, todos os grandes meios de comunicação estavam presentes. Terá sido um caso em que o interesse local foi substituído pelo interesse mediático, em que, como afirmava João Carlos Correia (1998) se denotou uma “espectacularização crescente da informação, entendida como uma menor incidência nas questões que dizem respeito à intervenção cívica em detrimento de notícias centradas no sensacionalismo”. A cobertura do acontecimento – a inauguração da exposição foi relegada para segundo plano uma vez que o evento se transformou na primeira vez que Passos Coelho foi vaiado e apupado publicamente. De referir que das duas notícias, a primeira publicada a 14 de Dezembro, explicando o que seria o CAM e a sua importância dentro do contexto da história da arte do século XX, e a segunda, publicada a 15 de Dezembro³⁷, e que abria dando conta das vaias ao primeiro-ministro, foi esta última a que encontrou lugar na edição de Lisboa³⁸ (secção Local/Lisboa) do Público.

Pese embora de menor importância, outras notícias foram escritas no âmbito da

³⁶ Cf. Anexo XVII

³⁷ Cf. Anexo XVIII

³⁸ Cf. Anexo XIX

cultura, assumindo dimensões mais reduzidas. Pela sua importância no panorama cultural da cidade do Porto, as inaugurações simultâneas na rua Miguel Bombarda têm, desde há alguns anos, assumido uma importância social que quase extravasa a importância cultural da iniciativa. É matéria noticiável, pois, num contexto de informação local e/ou regional. Em Novembro de 2011, um espaço considerável (aproximadamente metade) de uma das páginas para a edição do dia seguinte foi dedicado a uma notícia acerca das inaugurações simultâneas que aconteceriam durante o fim de semana na rua da Baixa portuense.³⁹ Divulgar a agenda cultural regional e local da área de abrangência era, no entanto, uma função atribuída mais aos destaques culturais do P2, para onde foram realizados vários trabalhos, como veremos já de seguida.

2.5.1. Experiências no P2

O P2 era⁴⁰ o segundo caderno do jornal Público, de periodicidade diária onde figuravam temas ligados à sociedade, cultura, artes, agenda cultural e programação televisiva diária. Como dito anteriormente as edições diferenciadas Porto/Lisboa, apresentavam alguns elementos distintos, nomeadamente no que diz respeito à agenda cultural, com a edição Porto a apresentar eventos culturais – como concertos, exposições, festivais, animações de rua, cinema, conferências, etc. – que tivessem lugar no Norte e Centro-Norte do país e a edição Lisboa a cobrir os acontecimentos culturais passados no Sul e Centro-Sul de Portugal. A agenda cultural apresentada destacava sempre dois dos eventos, considerados de relevância maior, sobre os quais era escrito uma pequena descrição. Dois tipos de destaque era permitidos. Um mais pequeno, em formato de coluna, que deveria ter aproximadamente 600 caracteres e um outro, numa

³⁹ Cf. Anexo XX

⁴⁰ A extinção do P2 enquanto segundo caderno, de periodicidade diária, foi uma das alterações feitas aquando da remodelação do jornal, em 5 de Março de 2012. A partir dessa data o Público passou a contar com uma nova revista semanal, a 2 que “herda alguns “clássicos” do P2 e da Pública”, explicou, na altura, a diretora do jornal, Bárbara Reis. Acerca do novo formato, pode ser lida a explicação integral através do endereço <http://blogues.publico.pt/publicolab/2012/03/05/o-salto/>

caixa centrada no topo da página, com uma descrição maior, incluindo fotografia, que atingia, em média, os 1000 caracteres.

Uma das tarefas frequentemente atribuída aos estagiários do Público é a redação desses pequenos destaques culturais. Regra geral, o tema era dado pelo Sérgio Costa Andrade – ou pela Inês Nadais, no período das férias ou folgas daquele – que revia depois os textos. Durante o período de estágio foram realizados por mim aproximadamente oitenta destaques, sobre os mais diversos eventos culturais, inclusive alguns deles propostos por mim e dos quais tomava conhecimento no decorrer dos trabalhos realizados para a secção Local. Curiosamente, esses destaques originaram também peças para a secção Local. Um exemplo pode ser observado no Anexo XXI. A ideia original seria fazer um destaque sobre a peça Cola-Canela, uma peça de teatro infantil, acerca da importância da fita-cola nos preparativos para o Natal, produzida pela ACE Teatro do Bolhão e inserida no contexto das iniciativas de Serralves para a quadra natalícia de 2011. Como as outras iniciativas incluíam propostas igualmente interessantes para o leitor, como um bazar de Natal, uma oficina para crianças e outra para famílias e outras atividades, optou-se por incluir toda a informação numa notícia que figurou depois na secção Local sob o título *Várias propostas de Serralves para preparar o Natal em família*.

Os destaques eram realizados após um processo de recolha de informação, ou na internet, com base em material enviado pelos responsáveis da comunicação dos acontecimentos a destacar, ou em conversas telefónicas com responsáveis pela organização.

2.2.5. Ainda dois apontamentos

Mesmo não constituindo matéria pertinente para este trabalho, porquanto não inseridos dentro da secção Local, dois momentos foram de extrema importância durante o período do estágio, e portanto têm lugar também neste relatório.

O primeiro tem que ver com a pesquisa e elaboração da reportagem, publicada na edição de domingo de 27 de Novembro de 2011 com o título *João queria um jantar romântico e roubou dois pacotes de camarão*⁴¹. Toda a história da realização desta reportagem permitiu um aprofundar de diversas matérias ligadas à prática do jornalismo. A primeira é a repercussão que uma notícia pode ter.

A “história” começa vinte dias antes, a 7 de Novembro desse ano, quando, a pedido do jornalista Raposo Antunes, editor da secção Portugal, escrevi uma notícia – já antes noticiada noutros meios de comunicação – acerca do julgamento de um sem-abrigo do Porto sob o qual pendia uma acusação pelo furto de seis chocolates num supermercado da cadeia Lidl⁴².

No seguimento da publicação online da notícia – que apresentava como dados novos relativamente a outros meios de comunicação social os comentários do bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho Pinto – a redação de Lisboa do Público recebe um e-mail de um antigo gerente de loja de um supermercado Lidl afirmando ter informações acerca desse assunto e de outros casos semelhantes. Uma vez que a notícia que tinha dado origem a esse contacto tinha sido escrita por mim, foi-me confiada a tarefa de conversar com o tal ex-funcionário da cadeia de supermercados. Numa conversa telefónica demorada – o homem em causa deixara de exercer funções como gerente da loja do Porto porque mudara de residência para Lisboa – foram-me concedidas, sem pedido de proteção de privacidade, várias informações detalhadas acerca de tentativas de furto e da forma como estas eram tratadas. Por exemplo, que todas as tentativas de furto registadas eram alvo de apresentação de queixa-crime, que os funcionários que as participavam estavam obrigados a comparecer em tribunal para

⁴¹ Cf. Anexo XXII

⁴² <http://www.publico.pt/Sociedade/semabrigo-julgado-por-furtar-seis-chocolates-em-supermercado-1519905>

servirem de testemunhas de acusação e que eram ressarcidos pela perda de horas de trabalho, por conta do Estado, que havia casos em que os roubos atingiam valores inferiores a 5 euros (em alguns o valor nem atingia os 2 euros), entre outro tipo de informações interessantes.

Pela relevância das mesmas, e pelo facto, considerado importante, de serem informações “*on the record*”, foi decidido, pelo Raposo Antunes e pelo Manuel Carvalho, que se deveria proceder a uma investigação aprofundada de casos e mecanismos judiciais acionados após uma queixa-crime por tentativa de roubo em qualquer supermercado com o objectivo de elaborar uma reportagem que sairia numa edição de Domingo.

O trabalho de investigação levou-me até ao Tribunal de Pequena Instância Criminal (TPIC) do Porto, onde decorreram entrevistas, consulta de processos e conversas com funcionários que me permitiram compreender o assunto, enriquecer a matéria que já tinha recolhido e elaborar uma reportagem que informasse e interessasse o leitor. Pese embora um ou outro comentário relativamente à criatividade – que poderia ter sido maior – o trabalho teve repercussões positivas.

A segunda experiência que não posso deixar de lembrar foi uma viagem ao Luxemburgo como repórter da revista Fugas, para realizar uma notícia para a secção Motores. O trabalho foi-me proposto pelo Aníbal Rodrigues, editor da secção e também jornalista na secção Local/Porto. O convite ao Público foi feito pela *Goodyear Dunlop*, que realizaria um encontro de dois dias para apresentação aos jornalistas europeus dos novos pneus da marca, inseridos no contexto das novas regras de etiquetagem de pneus, definidas pela União Europeia.

O tema (inserido no contexto da secção Motores), a participação num grande encontro de jornalistas, praticamente todos estrangeiros, e o local (nunca tinha viajado para Luxemburgo), eram todos novidades para mim. Foi, no entanto, uma experiência muito gratificante, com dois dias de conferências de imprensa, visitas ao centro de treinos da empresa e testes reais de pneus em diversas condições, e partilha de

informação e experiências com jornalistas muito mais velhos que eu, que trabalhavam há anos em jornais como o *El País* ou *ABC Madrid*.

O resultado final, incluído na edição de 5 de Novembro da revista Fugas⁴³, cumpriu os objectivos – informar o leitor acerca das novas regras de etiquetagem de pneus para a União Europeia – mas não espelha, nem em metade, a riqueza da experiência que me foi proporcionada.

⁴³ Cf. Anexo XXIII

Reflexões finais

Ao longo dos seis meses de estágio no Público, muitas notícias, reportagens e destaques foram escritos e não encontraram lugar no relatório agora apresentado. Fazem parte da riqueza do trabalho desenvolvido e, acredito, fizeram sentido na altura da sua publicação, a algum, ou alguns, dos leitores.

O papel do leitor não foi, porventura, suficientemente debatido no decorrer deste relatório, exceptuando os casos em que se falou do elevado número de leitores que mostrava interesse no consumo de notícias veiculadas por publicações regionais e locais. O seu papel é, no entanto, o elemento fundamental para o jornalista. Escreve-se para ser lido. Seleciona-se informação com os olhos postos no interesse do público. Relata-se os dados recolhidos de forma a envolver o leitor no assunto a tratar. E, neste capítulo, a informação de proximidade reveste-se de um papel fundamental, quiçá, de uma responsabilidade acrescida. Ela informa o leitor da realidade que ele conhece, dos locais onde ele se insere, dos acontecimentos de que ele tomou, ou poderá tomar, parte. A informação de proximidade é, muitas vezes, a primeira das necessidades do leitor. Vendo as coisas deste prisma, faz todo o sentido que as estatísticas apresentem números elevados de potenciais leitores para a imprensa local e regional, como se demonstrou.

É precisamente nesse sentido que quis conduzir todo este relatório. A imprensa de carácter regional e local assume uma importância fulcral, ao responder às primeiras necessidades de informação do leitor. Que seja relegada para segundo plano, ou mesmo desconsiderada, também não causa estranheza. O estado do sector em Portugal, como se procurou mostrar, as suas fragilidades ao nível da informação de qualidade, compactuando muitas vezes com pressões dos poderes políticos locais, descredibilizaram a informação veiculada pela maioria destas publicações. Não deve, no entanto, ser esquecida a sua importância. E com a existência de uma secção dedicada ao Local, num jornal de circulação nacional, como o Público, essa importância é valorizada.

Uma série de questões surgirão após a leitura do relatório aqui apresentado. Para muitas, eu própria não encontrarei resposta. Para algumas das que poderão surgir gostaria de ressaltar que não defendo que a secção Local do jornal Público seja a resposta, para os leitores, à crise da informação que se faz sentir em quase todas as

publicações locais e regionais.

Concordo também que o facto de, por estar inserida num jornal de circulação nacional com preocupações globalizadas e modelos pré-estabelecidos de funcionamento, a secção Local do jornal Público não substitui uma publicação regional ou local. Por um lado, a área de abrangência geográfica é bastante alargada, dizendo respeito a metade do país. Por outro, o sentimento de proximidade ou, digamos, de familiaridade ou de pertença, estará mais, ou de forma mais intensa, presente nas publicações que se enquadrem no sector da imprensa local e regional.

Alinho ainda com a ideia de que um jornal de âmbito nacional, de grande circulação, tem outras preocupações que restringem a informação puramente factual, convertendo-a por vezes em informação mediática, que não se apresentam da mesma forma às pequenas publicações regionais e locais.

Que não seja mal entendido: aquilo que procuro fazer é mostrar a importância da secção Local/Porto, onde estagiei, enquanto veículo para uma informação dita de proximidade, em diversas áreas. Procurei demonstrar, exemplificando por diversas vezes, é que a existência da secção Local do jornal Público permite ao leitor um jornalismo de proximidade, praticado no contexto de um jornalismo marcado pela globalidade da comunicação a que hoje assistimos. E porque no Local encaixam notícias e assuntos que dificilmente conseguiriam encontrar espaço numa imprensa voltada para o nacional e o internacional e se promovem encontros com realidades que nos são, efetiva e geograficamente, próximas, a existência desta secção no Público é uma mais valia.

Numa perspectiva mais particular, defender a importância do Local/Porto é, também, valorizar o trabalho que desenvolvi ao longo dos seis meses de estágio.

Foquei, ao longo do relatório, as principais áreas de interesse em que participei e que considero serem fundamentais no exercício do jornalismo de proximidade. As iniciativas locais, a solidariedade, a cultura, as preocupações e anseios da comunidade. Outras áreas existirão que constituam interesse para o leitor. A política é, sem sombra de dúvida, uma delas, e apenas não está aqui referenciada porque foi uma área sobre a qual desenvolvi poucos trabalhos relevantes.

No geral parece-me que o balanço final do estágio é bastante positivo. Se antes era interessada pelo jornalismo porque gostava muito de escrever, hoje interessa-me escrever porque sinto necessidade de informar. O contacto com profissionais como aqueles com quem convivi no Público foi o melhor ensinamento que poderia receber em termos de prática jornalística. Inúmeras vezes fui corrigida e, por isso, melhorei. Hoje escrevo melhor, abordo melhor os assuntos, comunico melhor. Este resultado prende-se muito com o espírito com que os estagiários são tratados no Público – há liberdade para aprender, trabalhando, ainda que daí possam resultar erros, prontamente corrigidos pelos editores. Mas também, e aqui assumo com gosto a minha quota parte de responsabilidade, a atitude de pro-atividade, a atenção para os acontecimentos que vão ocorrendo e a sugestão dos mesmos ao editor, conduzem a um tempo de estágio mais feliz e mais profícuo em resultados apresentados.

Bibliografia

Camponez, Carlos (2002). “Jornalismo de Proximidade. Rituais de comunicação na imprensa regional”. Coimbra: Minerva.

Carvalho, Alberto Arons (2002), *Valerá a pena desmenti-los?*. Coimbra: Minerva.

Correia, João Carlos (1998) *A Região e o Espaço Público: um contributo crítico*, Covilhã: UBI.

Correia, João Carlos (1998), *Jornalismo Regional e Cidadania*, Covilhã: UBI, disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.html>

Correia, João Carlos (2006) *A imprensa regional e a comunicação política. As eleições autárquicas de 2005*, Covilhã: UBI.

Duarte, Ângela (2010). *Jornalismo de Proximidade. O papel Informativo da Imprensa Local*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Duarte, Feliciano Barreiras (2005). *Informação de Proximidade – Jornais e Rádios*. Lisboa: Âncora Editora.

ERC (coord.). (2010). *Imprensa local e regional em Portugal*. Entidade Reguladora para a Comunicação Social, disponível em <http://www.erc.pt/documentos/ERCImprensaLocaleRegionalfinal.pdf>

Faustino, Paulo (2004). *A Imprensa em Portugal – transformações e tendências*. Lisboa: Media XXI.

Ferreira, Paulo. (2005). *O lugar da Imprensa local e regional nas políticas de comunicação*, Livro de Actas – 4ª SOPCOM pp. 849-859, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ferreira-paulo-lugar-imprensa-local-regional-politicas-comunicacao.pdf>

Ferreira, Paulo. (2008). *Imprensa local e regional: à beira do sobressalto? Análise do quinquénio mais importante da história do sector*, in *Os Media em Portugal nos primeiros cinco anos do século XXI*, Manuel Pinto e Sandra Marinho (org.). Porto: Campo das Letras.

López García, Xosé (1999): *La información de proximidad en la sociedad global. Estrategias de comunicación local en la era global o como mantener la identidad en un mundo gloca*. Revista Latina de Comunicación Social, 13, disponível em <http://www.ull.es/publicaciones/latina/a1999c/140xose.htm>.

Mata, Maria José (2002). *A Autocrítica no Jornalismo*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Peruzzo, Cicila M. Krohling. (2005). *Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências*, in *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp.

Pinto, Manuel e Marinho, Sandra (org.). (2008). *Os media em Portugal nos primeiros cinco anos do século XXI*. Porto: Campo das Letras.

Ponte, Cristina. (2005). *Imagens de crianças na imprensa de referência*, in *Jornalismo de Referência. Atas do I Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos/II Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Público. (1998) *Livro de Estilo*. Público Comunicação Social, S.A.

Santos, S. (2007). *Imprensa Regional – Temas, Problemas e Estratégias da Informação Local*. Lisboa: Livros Horizonte.

Silva, Aníbal Cavaco. (1995) *As Reformas da Década 1986-1995*. Venda Nova: Bertrand Editores.

Sousa, Jorge Pedro. (1999) *As notícias e os seus efeitos*. Universidade Fernando Pessoa. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>

Sousa, Jorge Pedro. (2002). *Comunicação Regional e Local na Europa Ocidental. Situação Geral dos casos Português e Galego*. Universidade Fernando Pessoa. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-comunicacao-regional-na-europa-ocidental.html>

Sousa, Jorge Pedro. (2001). *Elementos do jornalismo impresso*. Disponível em <http://chile.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>

Wolton, D. (2004) *A Outra Globalização*. Algés: Difel.

Notícias e outras publicações

Decreto-Lei n.º 106/88, de 31 de Março, disponível em <http://www.gmcs.pt/index.php?op=fs&cid=93>

Decreto-Lei n.º 6/2005 de 6 de Janeiro, disponível em http://www.aacs.pt/legislacao/DL6_2005.htm

Decreto-Lei n.º 7/2005, de 6 de Janeiro, disponível em <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03p.php?lei=3217>

Decreto-Lei n. 56/2001, de 19 de Fevereiro, disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/2001/02/042A00/09020913.pdf>

Jornal "Metro" assina acordo de distribuição com o Metro do Porto, 07.11.2006, disponível em <http://www.publico.pt/Media/jornal-metro-assina-acordo-de-distribuicao-com-o-metro-do-porto-1275817>

O salto, disponível em <http://blogues.publico.pt/publicolab/2012/03/05/o-salto/>

Portaria nº158/2005, de 9 de Fevereiro, disponível em <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=3267>

Sem abrigo julgado por furtar seis chocolates em supermercado, disponível em <http://www.publico.pt/Sociedade/semabrigo-julgado-por-furtar-seis-chocolates-em-supermercado-1519905>

Crise nos OCS: Jornalismo regional pode ser alternativa, disponível em http://jpn.c2com.up.pt/2009/03/18/crise_nos_ocs_jornalismo_regional_pode_ser_alternativa.html

Anexos

Local Porto

Iniciativa Projecto lançado no Facebook está a ganhar âmbito nacional

Explicador do Porto fundou um Banco do Livro Escolar que luta pela “nacionalização”

Henrique Cunha lançou a iniciativa animado pela “preocupação cívica” de promover a reutilização. Rejeita a ideia de que os livros usados só interessam aos mais desfavorecidos

Isabel Sottomayor

● Neste banco podem “depositar-se” e “levantar-se” livros de todas as disciplinas, do ensino primário ao secundário, com a particularidade de as “transacções” serem absolutamente gratuitas. Fundado há anos pelo explicador Henrique Cunha, proprietário de um centro de estudos no Porto, o Banco do Livro Escolar (BLE) tem vindo a ganhar dimensão, desde que se instalou no Facebook, há cerca de duas semanas. Em poucos dias, espalhou-se por todo o país e abriu oito novas “agências”, com o apoio de voluntários. Nos próximos dias, com o regresso às aulas, espera-se a abertura de mais pontos de entrega e recolha de manuais em várias cidades de Portugal.

Henrique Cunha explica que o projecto, “mais do que uma acção de solidariedade”, é uma iniciativa que visa “educar para a reutilização”. O Banco do Livro Escolar não foi criado para apoiar apenas as famílias desfavorecidas - todas as crianças em idade escolar podem, e devem, entregar os livros que já não usam e levar aqueles de que precisam. “Há o estigma de que só os mais pobres usam os livros usados. Isso não tem de ser verdade. Reutilizar deve ser uma atitude cívica”, explica.

A ideia da partilha dos manuais escolares surgiu há três anos, de uma forma simples: Henrique Cunha, no seu centro de estudos, pedia, no final do ano, aos explicandos que deixassem os livros no centro, para que fossem novamente utilizados. Da partilha de livros de Matemática e Geometria Descritiva - as disciplinas que Henrique Cunha lecciona - à criação do BLE foi um passo. Há dois anos que, no mês de Setembro, Henrique Cunha disponibiliza um espaço do centro de estudos para alojar o Banco do Livro. Mas foi só este ano, graças ao Facebook, que a ideia se espalhou por Portugal.

“Até agora, o Banco do Livro tinha uma dimensão local, estava reservado quase a amigos, alunos e amigos dos meus alunos.” Um post explicando o que era o projecto, como se processavam as transacções de livros e o que era preciso fazer para abrir “filiais” do BLE noutras partes do país mudou tudo. “O post foi partilhado até à exaustão. Centenas de pessoas gostaram, comentaram e elogiaram a ideia. No dia seguinte, o telefone

Todos os dias chegam manuais para separar e catalogar



FERNANDO VELUDO/NFACTOS

“Agências” a abrir por todo o país

Em poucos dias, os voluntários mobilizaram-se e criaram “dependências” do Banco do Livro um pouco por todo o país. Até agora, há oito sítios no continente e um no Faial, Açores, onde podem ser depositados e levantados os manuais. Há uma base de dados comum e, se for necessário num ponto um manual que apenas exista noutra cidade, o transporte dos livros é assegurado por voluntários.

Porto Av. Antunes Guimarães, 63, 3.º dto. Telefone 912 447 177;

Braga Av. João XXI, 694. Telefone 933 930 399;
Régua Rua da Cadeia. Telefone 919 461 437;
Póvoa de Varzim Av. Vasco da Gama, 32 r/ch. Telefone 910 175 425;
Coimbra Rua da Casa Branca, 97. Telefone 239 724 600;
Lisboa Av. Almirante Reis, 152. Telefone 218 476 678; Rua das Galés, lote 4.43.01 O, Parque das Nações Norte. Telefone 218 966 187;
Linda-a-Velha Rua Diogo Couto, 19. Telefone 214 195 302.

O Banco do Livro Escolar também está no Facebook

não parou, com ofertas, pedidos e propostas de adesão”, conta Henrique Cunha. O Banco do Livro Escolar começou então a assumir uma dimensão nacional. E a expectativa é que, para o ano, os Bancos do Livro espalhados pelo país possam servir muito mais crianças e jovens em idade escolar.

“Claro que todo este processo implica muito trabalho”, comenta Henrique Cunha. E, com a gratuidade dos serviços como condição fundamental, só com base no voluntariado e no “fazer o bem, sem olhar a quem” se viabiliza a iniciativa. Para manter o BLE no Porto a funcionar, Henrique conta com a ajuda de familiares, que separam e catalogam os livros que todos os dias vão chegando ao banco, onde já estão milhares de manuais, ao mesmo tempo que atendem o telefone que não pára de tocar.

Paula Bruno, dinamizadora do BLE do Parque das Nações, em Lisboa, aderiu à iniciativa para, como cidadã, “poder dar um pequeno contributo”. Para esta voluntária, o exemplo do explicador do Porto foi fundamental: “Se uma pessoa sozinha consegue fazer a diferença, imagino como será se formos vários a ajudar”. É esta colaboração que a faz acreditar que, para o ano, se falará de um “Banco Nacional do Livro Escolar”.

Henrique Cunha não antevê as consequências da “nacionalização” do seu banco. “Quando a onda começa, ninguém sabe qual será a dimensão do tsunami”, diz, reafirmando que o seu objectivo é apelar à racionalização das utilizações. Para já, é certo que conseguiu colocar o “assunto da reutilização na ordem do dia”. E “o melhor de tudo” é que, com isso, até pode ajudar centenas de famílias.

Acompanhe Vasco Câmara no Festival de Veneza <http://blogues.publico.pt/festivaldeveneza2011>

Explicador do Porto fundou Banco do Livro Escolar, que tem cada vez mais depositantes

Isabel Sottomayor

“Comprar livros escolares novos não pode ser a regra, tem de ser a excepção”, é o princípio que Henrique Cunha quis instituir ao criar o Banco do Livro Escolar

● Neste banco podem-se “depositar” e “levantar” livros de todas as disciplinas, do ensino primário ao secundário, com a particularidade de as “transacções” serem absolutamente gratuitas. Fundado há anos pelo explicador Henrique Cunha, proprietário de um centro de estudos no Porto, o Banco do Livro Escolar (BLE) tem vindo a ganhar dimensão, desde que se instalou no Facebook, há cerca de duas semanas. Em poucos dias, espalhou-se por todo o país e abriu oito novas “agências”, com o apoio de voluntários. Nos próximos dias, com o regresso às aulas, espera-se a abertura de mais pontos de entrega e recolha de manuais em várias cidades.

Henrique Cunha explica que o projecto, “mais do que uma acção de solidariedade”, é uma iniciativa que visa “educar para a reutilização”. O Banco do Livro Escolar não foi criado para apoiar apenas as famílias desfavorecidas - todas as crianças em idade escolar podem, e devem, entregar os livros que já não usam e levar aqueles de que precisam. “Há o estigma de que só os mais pobres usam os livros usados. Isso não tem



Todos os dias chegam manuais para separar e catalogar

de ser verdade. Reutilizar deve ser uma atitude cívica”, explica.

A ideia da partilha dos manuais escolares surgiu há três anos, de uma forma simples: Henrique Cunha, no seu centro de estudos, pedia, no final do ano, aos explicandos que deixassem os livros no centro, para que fossem novamente utilizados. Da partilha de livros de Matemática e Geometria Descritiva - as disciplinas que Henrique Cunha lecciona - à criação do BLE foi um passo. Há dois anos que, no mês de Setembro, Henrique Cunha disponibiliza um espaço do centro de estudos para alojar o Banco do Livro. Mas foi só este ano, graças ao Facebook, que a ideia se espalhou por Portugal.

“Até agora, o Banco do Livro tinha

uma dimensão local, estava reservado quase a amigos, alunos e amigos dos meus alunos.” Um post explicando o que era o projecto, como se processavam as transacções de livros e o que era preciso fazer para abrir “filiais” do BLE noutros pontos do país mudou tudo. “O post foi partilhado até à exaustão. Centenas de pessoas gostaram, comentaram e elogiaram a ideia. No dia seguinte, o telefone não parou, com ofertas, pedidos e propostas de adesão”, conta Henrique Cunha. O Banco do Livro Escolar começou então a assumir uma dimensão nacional. E a expectativa é que, para o ano, os Bancos do Livro espalhados pelo país possam servir muito mais crianças e jovens em idade escolar.

“Agências” a abrir por todo o país

Em poucos dias, os voluntários mobilizaram-se e criaram “dependências” do Banco do Livro um pouco por todo o país. Até agora, há oito locais no continente e um no Faial, Açores, onde podem ser depositados e levantados os manuais. Há uma base de dados comum e, se for necessário num ponto um manual que apenas exista noutra cidade, o transporte dos livros é assegurado por voluntários.

Porto Av. Antunes Guimarães, 63, 3.º dto. Telefone 912 447 177;
Braga Av. João XXI, 694. Telefone 933 930 399;

Régua Rua da Cadeia. Telefone 919 461 437;

Póvoa de Varzim Av. Vasco da Gama, 32 r/ch. Telefone 910 175 425;

Coimbra Rua da Casa Branca, 97. Telefone 239 724 600;

Lisboa Av. Almirante Reis, 152. Telefone 218 476 678; Rua das Galés, lote 4.43.01 O, Parque das Nações Norte. Telefone 218 966 187;

Linda-a-Velha Rua Diogo Couto, 19. Telefone 214 195 302.

O Banco do Livro Escolar também está no Facebook.

Restauração vive “época de medo” nos Açores por causa da crise

● O aumento de impostos e o agravamento dos custos pode levar ao encerramento de “muitos” restaurantes nos próximos meses nos Açores, afirmou ontem Luís Duarte, representante na região da Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal. “Estamos completamente estrangulados, não conseguimos aguentar mais impostos, não conseguimos aguentar mais custos”, disse o porta-voz à agência Lusa, admitindo que “os próximos seis meses vão ser a machadada final para muitos restaurantes” nos Açores.

Luís Duarte salientou que o sector da restauração está a passar por momentos difíceis em todas as ilhas do arquipélago. “Estamos a viver numa época de medo, o mercado interno está assustadíssimo”, afirmou, salientando que, apesar de o turismo não ter sofrido uma grande quebra no arquipélago, o número de visitantes “distribuídos por tanta restauração, dá muito pouco para cada um”. Por outro lado, a conjuntura económica está a levar muitos açorianos a voltar “ao tempo das marmitas”, o que também tem um impacto negativo nas receitas dos restaurantes.

População de Monsaraz mantém touros de morte

● A população da vila medieval de Monsaraz, no Alentejo, promete voltar a cumprir, hoje à tarde, a tradição de matar um touro no final de uma novilhada popular, apesar de ser um espectáculo proibido por lei.

O abate vai ocorrer durante as festas em honra de Nosso Senhor Jesus dos Passos, que se realizam anualmente no segundo fim-de-semana de Setembro e que incluem uma tourada com a morte do último touro na arena, na antiga praça de armas do castelo da vila antiga sede de concelho. De acordo com a população e com as autarquias locais, o espectáculo taurino - de carácter amador e popular e que termina com a morte do touro - realiza-se desde 1877, sem interrupções.

No entanto, segundo a Lusa, a Inspeção-Geral das Actividades Culturais voltou a recusar, pelo décimo ano consecutivo, a autorização excepcional para o espectáculo com touro de morte, proibido por lei. A população garante, porém, que vai cumprir a tradição, apesar da proibição e de ainda decorrerem acções administrativas nos tribunais relativas ao incumprimento da legislação em anteriores.



DR. JOSÉ GONÇALVES SAPINHO

FALECEU

Sua Família participa o seu falecimento. O corpo encontra-se em câmara-ardente no Centro Cultural da Benedita (Alcobaça), de onde sairá hoje, sábado, pelas 15.30 horas, para homenagem junto da Câmara Municipal de Alcobaça pelas 16.00 horas. Será celebrada Missa de corpo presente pelas 17.00 horas no Mosteiro de Alcobaça, seguindo-se o funeral para o Cemitério de São Martinho do Porto.

Loja Alcântara

Servilusa - Número Verde Grátis 800 204 222
Serviço Funerário Permanente 24 Horas

Tiros para evitar choque de aves com aviões nos Açores

● Os meios de dissuasão da presença de aves na pista do Aeroporto das Lajes, na ilha Terceira, nos Açores, foram reforçados para evitar embates com aeronaves idênticos aos verificados nos últimos dias. “As visões em torno da pista, a emissão de ultra-sons e o uso de canhões de ruído de tiros foram aumentados de forma extraordinária para evitar novos embates de aves com aeronaves”, disse à Lusa o coronel Eduardo Faria, chefe do Estado-Maior da Zona Aérea dos Açores.

No início desta semana, entre segunda e quarta-feira, aviões da TAP e da SATA sofreram embates de aves na pista das Lajes que provocaram estragos em dois aviões, originando atrasos significativos nas ligações aéreas que os aparelhos deveriam assegurar. Eduardo Faria recordou que “a média de colisões [com aves nas Lajes] é de quatro por ano, sem consequências”, salientando, por isso, que “tem re-

sultado bem” o plano geral de prevenção de acidentes com aeronaves e o plano para colisão com aves que estão em vigor. O problema era mais grave “quando existia um hangar dos militares norte-americanos, entretanto demolido, que originava a concentração de aves”, disse.

Por outro lado, o coronel revelou que, ainda que informalmente, as associações de protecção do ambiente “avisam os responsáveis militares nos períodos em que as aves migratórias estão a cruzar os céus dos Açores para evitar colisões em altitude”. “De uma forma excepcional, também a torre de controlo está a prevenir os pilotos das aeronaves da hipótese de se cruzarem com aves”, acrescentou.

Outra medida, em vigor antes dos recentes embates, é o melhoramento da drenagem da pista para evitar lençóis de água que prejudicam as aeronaves e atraem as aves.

Anexo III

Público • Segunda-feira 23 Janeiro 2012 • 19

Encapuzados assaltaram padaria na Maia

Dois encapuzados assaltaram ontem, sob ameaça de arma de fogo, uma padaria em Águas Santas, Maia. De acordo com fonte policial, os assaltantes levaram o dinheiro

que se encontrava na caixa registadora, cerca de 130 euros, e puseram-se em fuga a pé. O crime ocorreu cerca das 7h00 e está a ser investigado pela Judiciária.



Assinaturas, entendimentos, compromissos e legitimidade <http://blogs.publico.pt/aeducacaodomeuumbigo>

Pescador caiu ao rio, em Gaia, quando a GNR o surpreendeu na apanha ilegal de meixão

Isabel Sottomayor

Homem chegou a recusar ser socorrido pelos bombeiros enquanto a GNR não abandonasse as margens do rio Uima

● Um homem de 49 anos teve de ser socorrido durante a madrugada de ontem, depois de ter caído, ao fugir às autoridades, no rio Uima, um afluente do rio Douro, junto à Barragem de Crestuma, em Gaia. O acidente ocorreu perto das três

horas da manhã quando o homem, que pescava meixão (enguias em estado larvar), foi abordado pelos militares durante uma fiscalização nocturna, e se pôs em fuga, acabando por cair da embarcação.

Os militares chamaram de imediato os Bombeiros Voluntários de Crestuma, que, à chegada ao local, se depararam com o homem agarrado a um ramo de uma árvore, "provavelmente tentando esconder-se", disse ao PÚBLICO o comandante António Amaral.

A primeira tentativa de o puxar para terra com uma corda acabou por não resultar porque o pescador não

colaborou, alegando que "só queria sair dali quando a polícia fosse embora", explicou.

Um dos bombeiros, atado a uma corda, avançou então pelo ramo e

350 euros, às vezes mais, é quanto pode chegar a valer o quilo destas enguias-bebé, cuja captura está proibida

segurou o homem pelos braços até à chegada dos meios de socorro aquático dos Bombeiros Sapadores de Gaia, referiu a mesma fonte.

O homem, residente em Lever, Vila Nova de Gaia, foi resgatado quase meia hora depois de ter caído ao rio e, por se encontrar em estado de hipotermia, foi encaminhado para o Hospital de Santos Silva, em Vila Nova de Gaia.

A GNR apreendeu as duas redes que estavam a ser utilizadas na pesca e lançou ao rio o meixão que o homem tinha apanhado.

Por ser uma espécie em vias de extinção, a captura de enguias-bebé é proibida. O meixão é, no entanto, uma iguaria muito apreciada na cozinha e chega a ser vendida pelos pescadores a 350 euros o quilo.

Porto CDU quer obras no Bairro da Maceda

● O vereador da CDU na Câmara do Porto denunciou ontem a degradação na zona envolvente e de acesso ao Bairro da Maceda, em Campanhã, e apelou à colaboração do presidente da autarquia no sentido de corrigir a situação. No final de uma visita ao bairro, Pedro Carvalho disse à Lusa que irá levar o assunto à reunião do executivo, ocasião que aproveitará para insistir na necessidade de legalização das 33 casas que compõem o bairro.

Lisboa Homem morreu num incêndio em casa

● Um homem de cerca de 50 anos morreu na madrugada de ontem num incêndio que destruiu parcialmente o apartamento onde vivia com uma familiar idosa, num prédio de cinco pisos na Rua da Alegria, em Lisboa. O alerta foi dado por volta das 00h48 por um vizinho e o incêndio foi dado como extinto em menos de uma hora. Segundo alguns vizinhos, as chamas terão começado no quarto onde a vítima mortal dormia.

Olhão Homem assassinado com tiro na cabeça

● Um homem, estrangeiro, foi assassinado na madrugada de ontem, com um tiro na cabeça, por outro estrangeiro que se pôs em fuga, em Olhão. Segundo a PSP de Faro, o alerta foi dado à 1h52 de ontem, por um homem que terá convidado os dois, seus conhecidos, para irem a sua casa consumir haxixe e depois saiu para comprar cigarros. Quando chegou a casa, um dos convidados jazia no chão, com um tiro na cabeça. O outro tinha desaparecido.

Montalegre Vaca deu à luz numa corte em chamas

● Um incêndio consumiu anteontem parte de uma corte de vacas na localidade de Mourilhe, em Montalegre. Apesar das chamas, uma vaca conseguiu dar à luz com sucesso enquanto os restantes animais foram retirados ilesos. Segundo os bombeiros, o fogo terá tido origem numa vela, colocada dentro de uma garrafa pelo dono do curral, que estava a ajudar a vaca a parir e pretendia daquela forma ter alguma iluminação.

Câmara quer terreno cedido à Fundação Ilídio Pinho, na Foz

● A Câmara do Porto quer que a Fundação Ilídio Pinho devolva um terreno que lhe foi cedido, sob a forma de direito de superfície, para aí instalar a sede da instituição. Em causa, segundo a autarquia, está o incumprimento de prazos fixados.

O executivo deverá aprovar uma proposta assinada pelo vereador do Urbanismo, Gonçalo Gonçalves, que activa a cláusula de reversão de uma parcela de terreno com 6.600 m², situada nas ruas de Diogo Botelho, de Fernando Lopes e dos Prazeres, na Foz do Douro. O direito de superfície do terreno foi cedido à fundação, em 2002, com o pressuposto que esta construisse, no prazo de cinco anos, a sua sede no local. Contudo, o prazo acabou por não ser cumprido e, em Abril de 2007, as duas entidades introduziram uma nova cláusula no acordo, concedendo à Ilídio Pinho novos prazos.

A fundação passava a ter três anos para concluir a obra, contados a partir "da data de emissão do alvará de licença de obras de construção". A nova cláusula do acordo dizia ainda que a fundação deveria "requerer o licenciamento das obras de construções para a mencionada parcela no prazo máximo de dois anos a contar da data de outorga da escritura".

Segundo a autarquia, a fundação ainda apresentou o pedido de licenciamento, mas sem que tenha sido pedido o respectivo alvará dentro dos prazos previstos, o que levou à declaração de "caducidade" do pedido. Por este motivo, o município exige agora a devolução do terreno.

Patrícia Carvalho

Deputado pediu esclarecimentos sobre projecto do pólo da Cinemateca no Porto

Jorge Marmelo

● O deputado comunista Honório Novo entregou na Assembleia da República uma pergunta relativa ao projecto de criação de um pólo da Cinemateca Portuguesa no Porto, reclamado por um movimento de cidadãos e prometido pelo anterior Governo.

Faça as notícias recentes dando conta de que a Secretaria de Estado da Cultura já não pretende instalar aquele equipamento na desactivada Casa das Artes, Honório Novo quer saber se o Governo se propõe transferir o projecto para outro local da cidade do Porto ou se, pelo contrário, aquele anúncio constitui um abandono definitivo da ideia.

O deputado comunista pretende ainda ver esclarecido que destino pretende a Secretaria de Estado da Cultura dar à Casa das Artes, edifício projectado por Eduardo Souto de Moura e que está há vários anos sem utilização - "incompreensivelmente",



Casa das Artes está sem utilização há anos

considera Honório Novo. "Tenciono ou não o Governo apresentar um projecto mobilizador para a Casa das Artes?", questiona. Ao que o PÚBLICO conseguiu apurar, a Direcção-Geral

das Artes apresentou já uma proposta para a revitalização do edifício da Rua de António Cardoso, estando a sua concretização à espera de decisão política.

Inegi aposta nos mercados internacionais

● O Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (Inegi), no Porto, vai estabelecer "no curto prazo" presença no Brasil e olha já para outros mercados internacionais, como a China, como forma de crescer. O vice-presidente do Inegi, Alcibiades Guedes, afirmou que ainda este mês, ou no início de Fevereiro, será aberta uma delegação em S. Paulo, no Brasil, onde o instituto já marca presença na área de negócios renováveis, sobretudo na eólica.

"O negócio atingiu dimensões que justificam abrir uma delegação", disse, acrescentando que o Brasil tem "um plano bastante forte na energia eólica" e o Inegi "tem a noção clara de que é lá fora que vai fazer o seu percurso, até porque em Portugal não de prevêem muitos investimentos" nesta área. Alcibiades Guedes salientou que "os mercados internacionais já representam um terço do volume de negócios na área da energia eólica".

Com um volume de negócios global de 6,5 milhões de euros, o Inegi, que comemora, em 2012, 25 anos de existência, tem o objectivo de "continuar a crescer". Criado em 1986 no seio do departamento de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (UP), o Inegi conta atualmente com 62 associados, como a Sonae, BPI, Salvador Caetano, Adira, Silampas e AEP, entre outras, sendo a UP o parceiro fundador com maior peso. Lusa

Seara quer regressar à advocacia no fim do mandato

O presidente da Câmara de Sintra, Fernando Seara, quer regressar à advocacia, da qual tem "saudades", e ao ensino universitário quando terminar o terceiro mandato

autárquico. "Quero regressar à minha vida profissional. Tenho saudades de ir a tribunal", afirmou, citado pela Lusa. Mas Seara não exclui concorrer a outro município.



Assinaturas, entendimentos, compromissos e legitimidade <http://blogs.publico.pt/aeducacaodomeuumbigo>

Incêndio em prédio de habitação em Lisboa provoca uma vítima mortal e uma desalojada

Marisa Soares

Chamas terão começado no quarto onde dormia um homem, que acabou por morrer, e alastraram ao corredor do apartamento

● Um homem de cerca de 50 anos morreu na madrugada de ontem na sequência de um incêndio que destruiu parcialmente o apartamento onde vivia com uma familiar idosa, num prédio de cinco pisos na Rua da Alegria, em Lisboa. O alerta foi dado por volta das 00h48, por um vizinho, e o incêndio foi dado como extinto em menos de uma hora.

Segundo os relatos de alguns vizinhos, as chamas terão começado no quarto onde a vítima mortal estava a dormir. Ao ver o fumo e as chamas que saíam pela janela do quarto andar, um vizinho apressou-se a chamar



O apartamento ficou parcialmente danificado

os bombeiros. Segundo fonte dos Sapadores Bombeiros de Lisboa, quando estes chegaram ao local o homem estava já morto.

A tia da vítima, uma mulher idosa que morava com ele, conseguiu sair da habitação e teve de ser realojada pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Apesar do aparato, as chamas destruíram apenas um quarto e o corredor do apartamento, segundo fonte do Regimento de Sapadores Bombeiros.

As chamas, dadas como extintas à 01h24, foram combatidas por cerca de 30 bombeiros, apoiados por oito viaturas. As causas do incêndio estão agora a ser investigadas pela Polícia Judiciária. Ontem à tarde, os vestígios das chamas resumiam-se a vidros partidos e paredes tingidas de negro em volta dos caixilhos das janelas do quarto andar. O assunto era ainda tema de conversa entre vizinhos, que lamentavam a vítima mortal e lembravam o perigo que têm sentido. "Esta zona está cheia de prédios antigos e alguns devolutos, com soalhos e paredes de madeira", dizia um morador.

Em Outubro passado ardeu um edifício devoluto na mesma rua, junto ao Jardim Botânico. Já em Dezembro de 2009, outro sinistro destruiu o edifício da Praça da Alegria onde funcionava o Hot Clube de Portugal.

Massamá

Dois detidos por furto de combustível

● A PSP deteve em flagrante dois homens quando tentavam roubar 87 litros de combustível na estação de comboios de Barcarena/Massamá, no sábado, às 22h. Fonte da PSP de Lisboa disse que os indivíduos, de 29 e 35 anos, escalaram a grade de segurança naquela estação da Linha de Sintra e roubaram o combustível de uma máquina industrial. A polícia deteve-os quando se preparavam para fugir.

Montalegre

Vaca dá à luz em curral em chamas

● Um incêndio consumiu ontem à tarde parte de uma vacaria em Mourilhe, Montalegre. Apesar das chamas, uma vaca conseguiu dar à luz com sucesso e os restantes animais saíram ilesos. Fonte dos Bombeiros Voluntários de Montalegre disse à Lusa que o dono do curral tinha encaixado uma vela numa garrafa de vidro para ter luz para ajudar no parto e tinha saído por instantes. Quando regressou, deparou com o fogo provocado pela vela.

Pescador cai ao rio após GNR o surpreender a apanhar meixão

● Um homem de 49 anos teve de ser socorrido na madrugada de ontem, depois de ter caído num afluente do rio Douro, junto à Barragem de Crestuma-Lever, em Gaia, quando pescava meixão (enguias-bebês).

O acidente ocorreu perto das 3h, quando o homem foi abordado por elementos da GNR durante uma fiscalização nocturna e se pôs em fuga, acabando por cair da embarcação. Os militares alertaram os Bombeiros Voluntários de Crestuma, que, à chegada ao local, se depararam com o homem agarrado a um ramo de uma árvore, "provavelmente tentando esconder-se", disse o comandante António Amaral. O pescador não colaborou na primeira tentativa de o puxar para terra com uma corda, alegando que "só queria sair dali quando a polícia se fosse embora". Um bombeiro, atado a uma corda, avançou pelo ramo e seguiu o homem pelos braços até à chegada dos meios de socorro aquático dos Sapadores de Gaia. O homem, residente em Lever, foi resgatado quase meia hora após ter caído ao rio e, por se encontrar em estado de hipotermia, foi encaminhado para o hospital de Vila Nova de Gaia. A GNR apreendeu duas redes e lançou ao rio o meixão que o homem tinha apanhado. I.S.

Histórica Livraria Portugal vai encerrar

● A Livraria Portugal, a funcionar há sete décadas na Rua do Carmo, no Chiado, em Lisboa, vai encerrar devido à quebra nas vendas, revelou um dos sócios, António Machado. A histórica livraria, que faria 71 anos em Maio, chegou a ter 50 funcionários, restando hoje cerca de uma dezena.

A livraria é propriedade da Dias & Andrade Lda, que deverá ceder o espaço a outro negócio dentro de dois meses. António Machado, que trabalha na Livraria Portugal há 40 anos, afirmou que a situação começou a tornar-se "insustentável com as grandes alterações no mercado livreiro, a

quebra das vendas e a insuficiência de meios para pagar as despesas".

"Os livros vendem-se hoje em todo o lado: nas grandes superfícies, na Internet, nos correios, a preços e com condições que não podemos acompanhar", referiu o livreiro, citado pela Lusa. Dado o agravamento da situação económica, e após os maus resultados nas vendas durante o período do Natal, os sócios decidiram há poucos dias, em reunião da assembleia geral, ceder o espaço a outra empresa.

A Livraria Portugal é uma livraria generalista, que vende desde roman-

ces e livros técnicos a dicionários. Com dois pisos no centro histórico de Lisboa, o espaço foi frequentado por escritores portugueses de renome como Fernando Namora, Aquilino Ribeiro e Jaime Cortesão.

"O que me dói mais é que contactámos livreiros para tentar deixar este espaço a quem continue no mesmo negócio, mas nenhum se mostrou interessado", lamentou António Machado.

Os funcionários serão indemnizados, mas a empresa não irá ser dissolvida, mantendo em sua posse o nome registado de Livraria Portugal.

Comboio histórico para museu nacional

● A CP vai ceder ao Museu Nacional Ferroviário a composição histórica de via estreita que está estacionada na Régua, depois de, há meses, ter tentado vendê-la a espaços museológicos europeus.

Ricardo Cardoso, director do museu dos caminhos-de-ferro português, disse ao PÚBLICO que o comboio estava pedido à CP desde o início de 2011. E foi com surpresa que soube que a empresa o procurou vender ao estrangeiro, "porque as negociações que decorriam eram no sentido de o material cá ficar". A Federação Europeia das Associações de Caminhos-de-Ferro Turísticos defendeu que o comboio histórico

deveria manter-se em Portugal. Em causa estão sete peças, incluindo uma locomotiva a vapor de 1923 vinda da Alemanha como indemnização da I Grande Guerra, uma máquina diesel e três carruagens antigas – uma belga de 1908, outra alemã de 1925 e uma portuguesa de 1913.

O director do museu mostra-se tran-



A venda da composição foi boicotada pela Federação Europeia das Associações de Caminhos-de-Ferro Turísticos

quilo quanto ao destino do comboio, que deverá integrar o futuro núcleo museológico de Sernada do Vouga, concelho de Águeda. O Museu Nacional Ferroviário tem sede no Entroncamento e secções museológicas espalhadas pelo país. Em Águeda existe já a de Macinhata do Vouga, onde estão as oficinas do material que circula na linha de via estreita entre Espinho e Aveiro. É em Sernada (de onde antes partia a Linha do Dão para Viseu) que o museu ferroviário pretende constituir um núcleo expositivo, em parceria com a Câmara de Águeda e com recurso a fundos comunitários e do Turismo de Portugal. Carlos Cipriano

Ria Formosa

Apanha de bivalves proibida após descarga

● A apanha de bivalves na ria Formosa, junto à cidade de Faro, está proibida pelo menos até quarta-feira, devido a uma descarga de esgotos domésticos junto à doca da cidade, disse fonte da Capitania de Faro, citada pela Lusa. A descarga, detectada na sexta-feira, deveu-se a um entupimento que impediu as águas residuais de chegarem à estação de tratamento e causou um refluxo para a ria. O problema já foi resolvido.

Olhão

Homem assassinado com tiro na cabeça

● Um homem, estrangeiro, foi assassinado na madrugada de ontem com um tiro na cabeça por outro estrangeiro que se pôs em fuga, em Quelfes, concelho de Olhão. Fonte do Comando da PSP de Faro disse à Lusa que o alerta foi dado à 1h52 por um homem que tinha convidado os dois, seus conhecidos, para irem a sua casa consumir haxixe e depois saiu para comprar cigarros. Quando regressou, um deles jazia no chão com um tiro na cabeça. O outro tinha desaparecido.

Economia

Greve Ontem foram suprimidos mais de 900 comboios e hoje ainda haverá perturbações

Sector dos transportes arrisca nova paralisação

Sindicatos admitem avançar com mais greves ainda este ano caso o Governo não reveja plano de reestruturação das transportadoras públicas

Raquel Almeida Correia

Os sindicatos que representam os trabalhadores dos transportes admitem a possibilidade de avançarem com uma nova paralisação como a de ontem. Além da adesão à greve geral de 24 de Novembro, organizada pela CGTP e pela UGT, poderá haver uma nova vaga de protestos no sector até ao final do ano, se o Governo não reequacionar o plano de reestruturação das transportadoras públicas.

Depois de um dia de fortes perturbações nos transportes, especialmente na circulação de comboios, o coordenador do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário (SNTSF) avançou ao PÚBLICO que "é possível que haja uma nova greve, se se mantiver a actual situação no sector". Hoje, os diferentes sindicatos que estiveram envolvidos na paralisação vão reunir-se e este assunto "poderá ser analisado", acrescentou.

Os protestos que ontem também fecharam o metro em Lisboa e causaram constrangimentos nas ligações de autocarros e de barcos serviram para contestar as medidas de austeridade. E, sobretudo, para fazer frente ao plano de emergência definido pelo Governo para viabilizar financeiramente as transportadoras públicas.

Um plano que vai passar pela fusão das empresas no Porto e em Lisboa, culminando na redução da oferta e em despedimentos.

"Se não houver uma alteração do que está a ser planeado, não descartamos a hipótese" de fazer uma nova paralisação, confirmou ao PÚBLICO Amável Alves, coordenador da Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações (Fectrans). "Não desistiremos de lutar por aquilo que consideramos ser justo e contra medidas como estas", acrescentou, lembrando, ainda assim, que, neste momento, "os esforços serão concentrados na greve geral" de 24 de Novembro - à qual o sector vai aderir e cujo pré-aviso vai ser entregue hoje pelas duas centrais sindicais.

Menos 900 comboios na CP

Durante o dia de ontem, os principais impactos da paralisação foram sentidos na circulação ferroviária. Os sindicatos situaram a adesão nos 95% e a CP confirmou os impactos na operação. Ao final do dia, a empresa registava um total de 936 comboios suprimidos em todo o país, esperando-se que as perturbações continuem hoje, pelo menos, durante a manhã.

Na estação do Cais do Sodré, em Lisboa, várias pessoas esperaram, desde as 7h30, que algum comboio

partisse para Cascais. Mané Sarry, que trabalha na outra ponta da linha, prometeu esperar até às 12h, se assim fosse preciso. Já Fernanda Cruz, a trabalhar em São Pedro do Estoril, equacionou a possibilidade de voltar para casa. "Fica muito caro ir de táxi. Gasto numa viagem mais do que aquilo que ganho num dia de trabalho", lamentou.

No Norte, a greve na CP levou mesmo ao encerramento da estação de Viana do Castelo, a uma paralisação praticamente total dos serviços em Braga e a fortes perturbações nas estações do Porto. Conseguir apanhar um comboio foi "uma sorte", mas também "um risco" para quem precisava de fazer o percurso de volta. Uma estudante da escola artística Soares dos Reis, no Porto, conseguiu apanhar um comboio em Ovar, depois uma hora de espera, mas mostrava preocupação com o regresso a casa. "Só vim às aulas porque tinha um teste, senão nem tinha arriscado", disse.

Metro salvou o Porto

No metro (que parou em Lisboa entre as 6h e as 10h30), os vagões foram inundados de pessoas, assim que as portas reabriram. Quem foi de autocarro, acabou por nem sentir as perturbações no serviço da Carris, já que a adesão à greve não foi tão expressiva. Os protestos destes trabalhadores, marcados para o período entre as 10h e as 16h, deixaram 115 viaturas da transportadora paradas, correspondentes a cerca de 20% da operação programada para ontem.

No Porto, quem tinha planeado apanhar um autocarro teve uma tarefa mais difícil, já que a greve na STCP (também entre as 10h e as 16h), levou a uma paralisação de cerca de 90% da frota, de acordo com o sindicato. O incómodo foi, apesar de tudo, minorado pelo funcionamento em pleno das linhas do metro, cujos trabalhadores não aderiram aos protestos.

Menos sorte tiveram os passageiros que perderam, em Lisboa, o barco das 14h para Cacilhas - o último que circulou antes da paralisação da Softusa e da Transtejo. Foi um plenário que afectou a operação, só tendo sido retomada depois das 18h. Com o passe do transporte fluvial na mão, as pessoas voltaram para o metro, que já estava normalizado a essa hora. **com Ana Rita Oliveira e Isabel Sottomayor**

Trabalhadores contestam plano de reestruturação dos transportes



Aviação paralisa na greve geral

Tripulantes e controladores juntam-se ao protesto

O transporte aéreo deverá ficar praticamente paralisado no dia da greve



contestam o facto de a NAV estar obrigada, tal como as

restantes empresas públicas, a uma redução dos custos quando é "exclusivamente financiada por receitas próprias". Esta obrigação vai "conduzir inevitavelmente a uma redução da receita e do valor exportador", argumentam.

Ao final do dia de ontem soube-se ainda que também o Sindicato Nacional do Pessoal da Aviação Civil vai juntar-se à greve, depois de os associados terem votado, "com uma maioria clara", a adesão ao protesto. A decisão abrange os tripulantes de cabina da TAP, da sua companhia regional Portugal e da açoriana SATA. Também os pilotos estão prestes a votar a convocação de uma paralisação, numa assembleia agendada para 15 de Novembro. Ainda assim, será um protesto independente, já que o sindicato que os representa não está ligado à CGTP e à UGT. **R.A.C.**

Em conjunto, os cinco sindicatos da empresa fizeram saber que o "sim" à paralisação se ficou a dever ao facto de considerarem as medidas previstas no Orçamento do Estado uma "violação dos acordos em vigor". Além disso,

Principais impactos da greve de ontem

CP

Até às 18h de ontem, a CP só tinha conseguido realizar 170 das 1106 ligações previstas. O sindicato apontou para uma adesão de 95%. As perturbações mantêm-se hoje e voltam a intensificar-se sexta-feira, com a greve dos maquinistas.

Metro de Lisboa

A empresa parou entre as 6h e as 10h, só tendo começado a abrir os portões a partir dessa hora. De acordo com a transportadora, a adesão foi de 90%, embora não tenha indicado o número de metros que ficaram por realizar.

STCP

Foram afectadas 56 das 65 linhas operadas pela empresa. Às 10h30

e às 14h, 17 linhas não tinham serviço e 39 tinham perturbação, mantendo-se nove normais. A greve durou das 10h às 16h.

Carris

A empresa conseguiu assegurar cerca de 80% da operação, durante a greve de seis horas. Dos 557 veículos programados para ontem, circulam 442 viaturas.

Transtejo

Cerca de 15 mil passageiros ficaram sem ligações fluviais entre as 14h e as 18h, durante um plenário de trabalhadores.

Refer

A empresa situou a adesão à greve em 15%, mas fará o apuramento final hoje.



Os relatórios redigidos por Gago Coutinho e Sacadura Cabral sobre a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, em 1922, foram incluídos no Registo Internacional da Memória do Mundo da UNESCO, anunciou ontem a Marinha. A candidatura tinha sido entregue em Março de 2010

Estudantes do superior criticam exclusão de candidatos às bolsas por dívidas ao fisco

Samuel Silva

Pode um aluno ser excluído dos apoios do Estado quando as dívidas são dos pais? Não, defendem as associações académicas

Os estudantes cujas famílias tenham dívidas ao fisco ou à Segurança Social não vão ter apoio do Estado no próximo ano lectivo. A medida consta do novo regulamento de atribuição das bolsas de estudo e está a ser criticada. Os alunos apontam uma "contradição" ao Governo, que não incluiu as dívidas de empresas participadas por membros do agregado familiar como motivo para a exclusão.

"Se alguém de um agregado familiar tem uma dívida, deve ser responsabilizado, não podendo o estudante, que é de maior idade, ser privado da

bolsa de estudo", aponta o presidente da Associação Académica da Universidade do Minho, Luís Rodrigues, lembrando que a responsabilidade das dívidas à Segurança Social ultrapassa muitas vezes os trabalhadores. Os estudantes "não entendem" como, face a este critério, pode o Governo ter determinado que os familiares que tenham sociedades e que se encontrem numa situação de dívida ao Estado "não tenham qualquer responsabilidade nesta situação".

Esta foi uma das principais críticas feitas ao novo regulamento de atribuição de bolsas de estudo durante uma reunião dos dirigentes das principais associações académicas que aconteceu ontem no Porto. No encontro, que serviu para analisar o documento publicado há duas semanas pelo Governo, os estudantes contestaram também a legalidade da decisão. "As matérias atinentes à

Propinas não sobem Porto e Coimbra afastam cenário de aumentos

As Universidades do Porto e de Coimbra não vão recorrer ao aumento de propinas para compensar os cortes no financiamento das instituições. Apenas mestrados e doutoramentos mantêm margem para aumentos, asseguram os reitores das duas instituições. "Teríamos de aumentar tanto as propinas que depois não teríamos alunos", defendeu ontem João Gabriel Silva, da Universidade de Coimbra, citado pela Lusa. Ambos os reitores dirigiram também ao Governo um pedido de "mais autonomia".

acção social escolar são objecto de regulação por via de diploma legal", defende Luís Rodrigues. O novo regulamento de atribuição de bolsas de estudo, por ser uma matéria relativa à acção social escolar, teria de constar de um diploma legal e não de um regulamento aprovado por um despacho do secretário de Estado, apontam os estudantes.

Entretanto, o Governo definiu o prazo de candidatura a bolsas de estudo para os estudantes que começam agora um mestrado. Os alunos podem concorrer entre 17 e 31 de Outubro, prazo que também é válido para quem muda de curso ou tenha pedido reingresso no superior, bem como para os novos estudantes que tenham accedido às universidades através de concursos especiais, casos dos praticantes desportivos de alto rendimento e oficiais das forças armadas.



Os Sonic Youth têm sido assíduos

Festival Primavera Sound chega ao Porto em 2012

Isabel Sottomayor

Depois de meses de expectativa, o Porto foi ontem oficialmente anunciado como o palco escolhido para a expansão de um dos principais festivais de música independente do mundo, o San Miguel Primavera Sound. Sob o nome Optimus Primavera Sound 2012, o festival, de quatro dias, terá um cartaz recheado de dezenas de concertos no Parque da Cidade e várias animações noutras zonas do Porto, entre os dias 7 e 10 de Junho de 2012, anunciou José Barreiro, responsável pela organização do festival em Portugal.

Mil bilhetes foram já colocados à venda, a um preço mais reduzido (65 euros), mas o cartaz está ainda a ser negociado, sendo certo que seguirá as mesmas directrizes do evento catalão, com a presença de vários nomes estrangeiros e também de artistas nacionais, apostando numa grande variedade de estilos musicais.

A decorrer sem interrupções desde 2001 em Barcelona, o San Miguel Primavera Sound é um acontecimento de referência, a nível mundial, no panorama da música independente, tendo atingido os 120 mil espectadores na última edição, em Junho. A organização, a cargo da promotora musical Primavera Sound, encontrou no Porto o parceiro ideal para a expansão do evento, por esta ser, nas palavras de Gabi Ruiz, director do festival catalão, "uma cidade cultural, emergente e alternativa, com muitos paralelismos com Barcelona".

Para o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, o importante trabalho que se tem feito na animação da cidade, desde logo com a dinamização da Baixa, foi fundamental para a escolha do Porto, que competia com outras metrópoles europeias para receber o festival.

Manuel Ramalho Eanes, administrador executivo da Sonae (empresa proprietária da Optimus e do PÚBLICO), acredita que a cidade do Porto "tem as condições ideais para replicar o sucesso de Barcelona" na organização do festival.

Alunos Ordem dos Médicos deu prémios de mérito à "geração menos 500 euros"



Ontem, num blogue, já havia quem falasse da "geração menos 500 euros". A existir, José, Regina, Sandra, Diogo, Liane, Miguel, Kristina, Marina, Rute e Tiago pertencem-lhe e deram ontem rosto à iniciativa da Ordem dos Médicos, que se

assumiu como mecenas depois de o Ministério da Educação ter cancelado a atribuição do prémio pecuniário de mérito escolar aos melhores alunos do secundário. Em comum, estes jovens têm o facto de terem sido os melhores nos cursos gerais ou profissionais

das respectivas escolas. O presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares, Manuel Pereira, diz que "a mobilização da sociedade civil foi geral" e que "muitos estudantes" acabaram por receber o dinheiro". A associação

está agora a verificar quantos premiados ficaram de fora e, de entre estes, quais aqueles para quem o dinheiro pode fazer diferença. Vários particulares aguardam estas indicações para fazer uma doação. Graça Barbosa Ribeiro



Um homem foi ontem vítima de electrocussão, quando substituiu a bateria a um condensador de um posto de electricidade, em S. Pedro do Sul. A vítima, de 26 anos, sofreu queimaduras de 1.º e 2.º graus e foi transportado aos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Braga 2012 vai testar na região as novas políticas europeias para a juventude

Samuel Silva

O Projecto Regio Polis é uma das iniciativas incluídas no programa oficial da Capital Europeia da Juventude Braga 2012

● Braga quer ser pioneira na discussão das políticas públicas direccionadas à juventude e vai testar, no distrito, ideias que serão depois propostas ao Parlamento Europeu e aos governos da União. O projecto Regio Polis, uma iniciativa da organização da Capital Europeia da Juventude de 2012 que ontem foi apresentada, visa assumir-se como um *think tank* de temas ligados à cidadania

e participação política dos jovens.

O projecto Regio Polis é o ponto de partida para um conjunto de três acções do mesmo tipo, que será replicado, no próximo ano, a nível nacional e depois a nível europeu. De um primeiro conjunto de reuniões a nível regional, sairá um documento orientador sobre a participação dos jovens que será tido em conta na organização de toda a Braga 2012. O objectivo da organização é fazer a discussão dos temas ligados à juventude patamar a patamar, até atingir o Parlamento Europeu, fazendo propostas concretas aos governos dos países da União Europeia.

A "preparação" de uma nova geração de políticas para os jovens começa a testar ideias já a partir do próximo fim-de-semana. Famacão recebe

no sábado o primeiro encontro do Regio Polis, que há-de passar, até ao final do ano, por todos os concelhos do distrito de Braga.

A iniciativa quer funcionar como um *brainstorming* entre jovens, debatendo temas como a participação política e a cidadania.

14

Serão catorze, um em cada concelho do distrito, os seminários sobre propostas para novas políticas juvenis na UE

A cidadania será um tema fundamental. Vai-se tentar perceber "de que forma é que a juventude pode participar de forma mais próxima e permanente no poder local", explica

o administrador da Braga 2012 Nuno Barreto.

Os temas de cada debate foram escolhidos de acordo com as características de cada município e em articulação com as suas associações juvenis. Os resultados de cada seminário realizado nos 14 concelhos vão ser discutidos num seminário final, a realizar em Janeiro do próximo ano, que será a primeira grande iniciativa do programa oficial da Capital Europeia da Juventude (CEJ).

Braga 2012 vai aproveitar os seminários locais para realizar acções de promoção da CEJ junto das populações. A organização quer envolver as várias associações juvenis dos municípios vizinhos e as respectivas autarquias na Braga 2012, chamando ao evento os jovens de todo o distrito.

BE quer dados sobre morte de trabalhadora na Yazaki Saltano

Sandra Gomes

● Os deputados do Bloco de Esquerda questionaram o Governo sobre as circunstâncias da morte de uma funcionária, registada a 30 de Agosto, em Ovar, nas instalações da Yazaki Saltano, empresa de componentes eléctricos para automóveis.

Segundo o BE, a trabalhadora queixou-se de uma indisposição na manhã daquele dia, tendo sido atendida no posto médico da empresa, onde foi medicada com um comprimido. Depois, foi "mandada para a linha de produção novamente". Mas as queixas continuaram da parte da tarde, altura em que a funcionária foi chamada ao escritório da empresa. O objectivo era assinar um contrato de trabalho, uma vez que, embora trabalhasse na Yazaki Saltano de Ovar há cerca de um ano, mantinha até então "um vínculo laboral com uma empresa de trabalho temporário. Minutos depois acabaria por falecer", pode ler-se no requerimento do BE ao Governo.

Para o Bloco, este caso levanta "inúmeras questões sobre o atendimento médico que foi prestado à trabalhadora" - "aparentemente, apesar das queixas, a prioridade sempre foi indicar à trabalhadora que devia voltar à linha de produção, podendo ter sido colocada em causa a sua saúde", sublinha. O BE quer saber se os ritmos de trabalho da empresa eram os mais adequados, acrescentando que a morte da operária na Yazaki Saltano ("tem um longo historial de trabalhadores com doenças profissionais, sendo também conhecida por tentar sacudir a suas responsabilidades sociais", acusa) "demonstra os resultados nefastos da precariedade laboral que grassa" no país.

O BE também questiona se o Ministério Público está a investigar a morte da funcionária e se o Governo sabe quantos trabalhadores da Yazaki Saltano (cuja posição o PÚBLICO não conseguiu obter em termo útil) estão contratados por empresas de trabalho temporário.

Corpo ontem resgatado no Douro não foi identificado

● O corpo de um homem, com aproximadamente 60 anos, foi resgatado na manhã de ontem do rio Douro, junto à Ponte do Infante, no Porto. Segundo fonte da Capitania do Douro, as características físicas do cadáver, não identificado, não correspondem às do pescador desaparecido anteriormente na Foz, além de que seria impossível que um corpo "subisse o rio, contra a corrente". O cadáver foi transportado ao Instituto de Medicina Legal e ainda não foram apuradas as causas da morte.

As buscas para encontrar o pescador desportivo arrastado por uma onda na madrugada de domingo ainda decorriam ao final da tarde. O homem, de 54 anos, desapareceu quando saía do molhe da Foz do Douro, na companhia de familiares.

As buscas para a recuperação do corpo devem prosseguir ao longo do dia de hoje. **Isabel Sottomayor**

Câmara do Porto notificada para demolir esplanadas da Praça de Parada Leitão

● A Direcção Regional de Cultura do Norte (DRCN) notificou a Câmara do Porto para demolir as esplanadas da Praça de Parada Leitão, objecto de um parecer desfavorável do Igespar, em 2010. A Associação de Bares da Zona Histórica do Porto (ABZHP) pede "bom senso" e aguarda uma posição da Secretaria de Estado da Cultura (SEC).

Segundo a Lusa, a notificação foi enviada à autarquia a 28 de Junho, solicitando "a remoção das esplanadas e a concretização do projecto acordado". O documento refere-se a um projecto alternativo do arquitecto Rui Barros Silva, que recebeu um parecer favorável informal da DRCN em Maio, mas que os comerciantes já recusaram. O ofício não define um prazo para a demolição das estruturas.

A Câmara do Porto disse à agência de notícias que vai aguardar pelo resultado de uma reunião entre a ABZHP e a SEC antes de tomar uma decisão. António Fonseca explica que vai pedir ao secretário de Es-

tado a manutenção das esplanadas por "dois anos", para que os comerciantes possam rentabilizar o investimento feito.

Caso tal não seja possível, o líder

da ABZHP garante que as esplanadas serão demolidas e que "a câmara terá de indemnizar" os empresários, que investiram 250 mil euros na obra. **PÚBLICO/Lusa**



Donos dos cafés investiram 250 mil euros nestas esplanadas

Gaia Obras do Metro complicam trânsito

● A conclusão da estação do metro do Porto de Santo Ovídio, em Gaia, obrigou ontem a "condicionar fortemente" o trânsito em toda a área, anunciou a empresa. De acordo com a Metro, algumas vias de acesso na envolvente da rotunda de Santo Ovídio ficam temporariamente encerradas até ao fim do mês, sendo garantido o acesso à A1 (sentido Norte) através da via a nascente da rotunda.

Porto Jovens debatem casos "à Dr. House" na UP

● Discutir casos clínicos "à moda do Dr. House" é umas das actividades incluídas no 6.º Young European Scientist Meeting, que começa sábado na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Esta edição conta com 400 jovens cientistas de 37 países e com personalidades como Gero Hütter (conhecido pela cura de um doente com HIV através da realização de um transplante de medula óssea).

Marco de Canaveses Detidos por assalto a idosa em casa

● A PJ do Porto deteve dois homens, de 30 e 26 anos, que terão assaltado, na sexta-feira, um mulher de 83 anos, na casa desta. O crime ocorreu às 6h30, em Paços de Gaiolo, Marco de Canaveses, quando a vítima saía de casa. Ameaçada com a réplica de uma arma e agredida, a vítima foi fechada num quarto, enquanto os ladrões se apropriavam de dinheiro e ouro, num valor total de 2775 euros.

Tondela Pena de 25 anos por matar pai e madrasta

● O Tribunal de Tondela condenou ontem a 25 anos de cadeia o homem acusado de ter assassinado o pai e a madrasta com tiros de caçadeira, em Julho de 2010, em Póvoa de Baixo. Paulo Ferraz, que era funcionário do hospital de Tondela, foi condenado por detenção de arma proibida e dois crimes de homicídio qualificado. A defesa discorda da qualificação destes últimos crimes e admite recorrer.

Coimbra Universidade abre novo restaurante

● A Universidade de Coimbra inaugurou ontem um novo restaurante onde serve menus de 1,40 a 5,80 euros, esperando gerar algumas receitas para ajudar nos custos de funcionamento da instituição. O Restaurante Monumentais, com 120 lugares, resulta da requalificação de uma antiga cantina, encerrada desde Fevereiro de 2010. Vai funcionar das 12h às 22h e servir pizzas e pastas.

Anexo VIII

Público • Quarta-feira 14 Setembro 2011 • 23

Mulher colhida pelo Alfa Pendular em Francelos

Uma mulher de 50 anos morreu ontem ao ser colhida por um comboio em Francelos, Gaia. O acidente ocorreu às 8h50 e envolveu um Alfa Pendular, que

partira de Lisboa com destino a Braga e que circulava com 23 minutos de atraso. A circulação ferroviária foi retomada às 10h09 na Linha do Norte.



Joana Amaral Cardoso na Semana de Moda de Nova Iorque <http://blogues.publico.pt/modanovaioorque>

Corpo que deu ontem à costa na Foz não é de pescador

Isabel Sottomayor

Admitiu-se que o cadáver fosse de homem procurado desde domingo, mas será afinal de outro homem ontem desaparecido

● O corpo de um homem deu ontem à costa na praia do Carneiro, na Foz do Douro, por volta das onze horas da manhã. Inicialmente identificado como sendo José Pinto, o pescador desaparecido no domingo, por um irmão deste, o corpo foi transportado para o Instituto de Medicina Legal do Porto, onde acabou por não ser confirmada a sua identidade. “[Ao contrário do tio] os filhos do pescador não reconheceram o cadáver como sendo o do seu pai”, confirmou ao PÚBLICO o piquete da Polícia Marítima.

As buscas para encontrar o corpo

de José Pinto, de 45 anos, arrastado por uma onda quando regressava da pesca lúdica na madrugada de domingo, continuam.

O cadáver ontem encontrado poderá corresponder a outro homem que, de manhã, desapareceu também no molhe norte da Foz do Douro. Fonte da Polícia Marítima confirmou que o aspecto do corpo “indicava que se tratava de um afogamento recente” e o nadador-salvador da praia do Carneiro disse que o mesmo “não apresentava ferimentos visíveis”. Ao final da tarde, o Instituto de Medicina Legal afirmava que ainda não era conhecida a identidade do cadáver.

O desaparecimento da manhã de ontem ocorreu por volta das 8h, quando um homem, que aparentava 60 anos, terá avançado pelo molhe, numa altura em que este era varrido por vagas violentas. Rui Xavier, um pescador que ali se encontrava, ainda



Sinalização nem sempre é respeitada

o terá avisado que não era prudente prosseguir, mas o homem avançou até ao farol, saindo do campo de visão dos pescadores, que alertaram a

Capitania do Douro. As autoridades acorreram ao local, mas o homem já não foi encontrado.

Os incidentes são frequentes nesta

zona da Foz. O agente da Polícia Marítima que estava ontem a impedir a passagem de peões para o paredão disse ao PÚBLICO que as pessoas não respeitam a placa de sinalização. “Mesmo quando há forte ondulação, continuam a avançar, até para tirar fotografias”, explica, acrescentando que muitas vezes a imprudência se paga “com a própria vida”.

José Gaspar, que pratica há vários anos a pesca lúdica apeada perto do molhe da Foz, admite que algumas “pessoas facilitam”, mas garante que ele e muitos colegas tomam as devidas precauções. “Quando o mar está neste estado, não nos atrevemos a avançar, porque sabemos o que nos espera.” José Gaspar receia agora que estes acontecimentos levem as autoridades a fechar o paredão. “Os pescadores é que vão ficar prejudicados”, se perderem esta zona “muito boa para a pesca do robalo”.

PUBLICIDADE

Chile é o destino de empresas inovadoras do Porto

Sete empresas portuenses foram seleccionadas para o StartUp Chile, que apoia jovens empreendedores de todo o mundo que estejam disponíveis para se instalar naquele país. *Textos de Isabel Sottomayor*

• São já sete as empresas do Porto –seis delas provenientes do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto (Uptec) – que foram seleccionadas para rumar ao Chile, ao abrigo do StartUp Chile (SUC). O programa é apoiado pelo Governo chileno e financia empresas de todo o mundo com 30 mil euros, disponibilizando ainda aos promotores uma vasta rede de contactos e um visto de trabalho por um ano. Portugal, a par da Índia, ocupa o terceiro lugar na lista dos 30 países com maior número de empresas seleccionadas, sendo apenas suplantado pelos Estados Unidos e pela Argentina.

Das seis empresas pré-seleccionadas na Uptec – Vendder, Blip, Nonius Group, Claan, PraticalWay Software e Tecla Colorida –, cinco já se instalaram em Santiago do Chile, com a PraticalWay Software a ter de adiar, para já, a sua experiência na cidade dos Andes.

A Universidade do Porto (UP) tem, desde finais de 2010, um protocolo com a organização do programa, no qual se assumem como parceiros. O Parque de Ciência e Tecnologia da UP selecciona, anualmente, através de concurso interno, cinco empresas para se instalarem no Chile, ao abrigo deste programa. Como explica Feli-

pe Costa, responsável pelo protocolo entre a universidade e a organização da SUC, a Vendder, que comercializa uma plataforma de criação de lojas *on-line* e que foi sido incubada na Uptec, desbravou o caminho. Participou, em 2010, na fase-piloto do programa, e correu bem. “Após uma experiência muito positiva desta *startup* no Chile, a Uptec desenvolveu esforços no sentido de chegar a um acordo com a organização”.

O objectivo era “assegurar vagas para mais empresas portuguesas” e “potenciar os projectos com um modelo inovador e uma visão internacional”. Acordou-se que a Uptec enviaria cinco empresas por ano. Para Felipe Costa, cinco é o “número ideal”, para garantir “que as empresas seleccionadas já passaram por uma fase de incubação e desenvolveram a maturidade suficiente para garantir sucesso na internacionalização”.

Vocacionada para o “desenvolvimento de soluções *real-time* de localização de pessoas e objectos em ambientes *indoor*”, a EZ4U também nasceu no Porto, mas chegou ao Chile por outro caminho. Tal como a Vendder, foi seleccionada por candidatura directa ao programa. A selecção dessas candidaturas é feita por um grupo de peritos de Silicon Valley,

Nascidas no Porto e estabelecidas em Santiago

Blip

Está na fase de expansão do software Loveblip, uma rede social que promove encontros.

Claan

O seu produto, Leafer, permite

converter documentos simples em publicações multimédia.

EZ4U

Desenvolve soluções *real-time* de localização de pessoas e objectos em ambientes *indoor*.

Nonius Group

Presta serviços de consultoria que visam servir de apoio a novos investigadores e empreendedores.

Tecla Colorida

Esta a expandir o *amiguinhos*.

pt (schools.com), software colaborativo para escolas.

Vendder

Criou uma plataforma que permite criar, administrar e configurar pagamentos em lojas *on-line*.

Iilha da Páscoa

Um palco diferente para uma apresentação

O produto comercializado pela empresa Claan, o Leafer, foi apresentado aos investidores, a 30 de Agosto, na ilha da Páscoa. A 3700 quilómetros da costa, esta é a ilha, em todo o mundo, que está mais afastada do país a que pertence, o Chile. “Escolhemos a ilha da Páscoa por ser um paradoxo curioso lançar uma ferramenta de comunicação no local mais isolado do mundo”, afirma Clara Vieira, CEO e co-fundadora da Claan. A “versão beta” do Leafer para a web, uma ferramenta que permite publicar trabalhos na Internet de forma fácil, rápida e acessível, será disponibilizada de forma gratuita aos empreendedores locais. Aliás, segundo Clara Vieira, “um arqueólogo local queria publicar um livro sobre a ilha há muito tempo. Agora vai poder fazê-lo finalmente através do recurso ao Leafer”. A empresa trabalha agora numa versão do Leafer destinada aos telemóveis.



MARTIN THOMAS/REUTERS



nos Estados Unidos. Aos concorrentes, exige-se a apresentação de ideias de negócio inovadoras em qualquer área, desde que tenham como objectivo o mercado global.

Com uma economia em franco crescimento (o banco central chileno projectou para 2011 um crescimento superior a 6 por cento), o Chile tem na extracção de minério uma das suas principais fontes de rendimento. No entanto, estudos efectuados por empresas governamentais concluíram que, “dentro de aproximadamente 40 anos, o minério existente no Chile acabará”, explica Felipe Costa.

Numa tentativa de antecipar soluções para o problema, o Governo chileno decidiu que o país se devia orientar para outro tipo de serviços e tornar-se o “centro (*hub*) de inovação e empreendedorismo” da América Latina: “Podemos mudar o mundo através da inovação”, proclamou Juan Andrés Fontaine, ex-ministro da Economia.

O StartUp Chile, na fase-piloto, em 2010, chamou ao país 23 empresas de todo o mundo. Em troca, as empresas seleccionadas montaram escritório no país por um período mínimo de seis meses e desenvolveram produtos e contactos a partir de lá. O sucesso do primeiro programa motivou o

“

Temos vários mentores a ajudarem e, no período de um mês, já tivemos contacto com seis investidores interessados no nosso projecto

Frederico Câmara, da Loveblip

”

alargamento da iniciativa e, em 2011, foram já admitidas 110 novas empresas. E está prevista, já para o final de Setembro, a selecção de mais uma centena de projectos. Até 2014, o programa estima vir a apoiar um total de mil empresas de todo o mundo.

Apesar de ser apenas obrigatória a permanência de seis meses na capital chilena, o período pode ser alargado. A Vendeer, primeira empresa portuguesa a chegar ao Chile, já lá está há mais de seis meses e, para já, não pretende sair do país. Filipe Gonçalves, sócio da empresa no Chile, afirma que “há ainda muito mercado a explorar em toda a América Latina”, a começar pelo Chile: “O programa permite-nos uma ligação privilegiada à indústria chilena, que procura investimentos”, explica.

Ademar Aguiar, da Tecla Colorida, que comercializa a aplicação *escolinhas.pt* (*schools.com*, na versão internacional) um *software* colaborativo – no qual se transpõe o ambiente escolar para o meio digital, permitindo interação e partilha para alunos, professores e pais –, afirma que a empresa pondera seriamente a hipótese de ficar mais tempo no Chile para, a partir daqui, expandir o negócio para os outros países da América Latina.

Frederico Câmara, da Blip, que

procura apoios financeiros para desenvolver o projecto de uma rede social que promova encontros entre pessoas com interesses comuns, o *Loveblip.com*, sublinha o apoio dado pela organização. “Temos vários mentores a ajudarem e, no período de um mês, já tivemos contacto com seis investidores interessados em apoiar o nosso projecto.” A versão chilena do *Loveblip* deverá ser lançada no final de Outubro.



Escritórios cedidos em Santiago

A “troca de ideias, o *networking*, o ambiente rico, com ligações a pessoas de todo o mundo”, refere Clara Viera, da Claan, são outros factores que fazem do programa chileno uma vantagem ímpar para as *startups* que concorram ao programa.

StartUp Pirates

A Uptec acolherá, a partir de hoje, mais três *startups*, que serão seleccionadas de um conjunto de sete ideias, desenvolvidas e apresentadas no Porto, no evento StartUp Pirates.

Esta iniciativa, nascida em Fevereiro deste ano, contou com 30 participantes que, durante uma semana, amadureceram e desenvolveram ideias de negócio. Um dos mentores do projecto é Filipe Gonçalves, da Vendder, que veio do Chile para acompanhar os projectos que hoje são apresentados.

O StartUp Pirates, que pretende promover o espírito empreendedor e apoiar uma forma ousada de desenvolver os projectos, termina hoje, com as apresentações das ideias. Os três projectos seleccionados ganham seis meses de incubação na Uptec. Findo este período, espera-se que as empresas iniciem a expansão do seu negócio. Que pode, quem sabe, passar também pelo Chile.

Local Porto

Leça da Palmeira Conflito antigo entre moradores e espaços de animação nocturna

Câmara promete fechar mais cedo bares de “Sonho”

Cerca de 130 famílias exigiram à autarquia uma solução que defenda o direito ao descanso, perturbado diariamente pelos bares

Isabel Sottomayor

● Para corrigir aquilo que descreve como “um dos piores erros urbanísticos da Câmara de Matosinhos”, o presidente da autarquia, Guilherme Pinto, promete propor a “restrição do horário” de funcionamento dos seis bares que foram licenciados na urbanização O Sonho, em Leça da Palmeira. Segundo o autarca, estes estabelecimentos serão obrigados a fechar à hora “a partir da qual a lei impede o ruído”, a meia-noite.

“A câmara tem de tomar uma decisão e, neste caso, a legislação protege claramente os moradores”, explica. A promessa de Guilherme Pinto foi feita na sequência da entrega de um abaixo-assinado, subscrito por quase 60 moradores do condomínio, e da realização de uma reunião na câmara em que os queixosos e o proprietário de um dos bares esgrimiram argumentos.

Queixas com 17 anos

“Os moradores mais antigos nem acreditam que a situação se vá resolver”, afirma um dos proprietários da urbanização O Sonho. A primeira queixa, a que o PÚBLICO teve acesso, data efectivamente de 1994. Ao longo dos anos seguintes, depois de apelarem à Polícia, Câmara de Matosinhos e Junta de Leça, sem verem solução, os moradores recorreram também ao Governo Civil do Porto, ao provedor de Justiça, ao Tribunal Constitucional e até ao Presidente da República. Em resposta, as entidades contactadas remeteram-nos sempre para a Câmara de Matosinhos, a “entidade com competência para actuar”, no caso em apreço.

Os seis bares da urbanização, na maioria com horários entre as 21h e as 2h, estão devidamente licenciados pela Câmara de Matosinhos. Fizeram obras de isolamento de som e já realizaram medições que demonstram que os valores-limite de exposição ao ruído são respeitados. Por estarem dentro da legalidade, os proprietários avisam que não se conformarão, caso a câmara os obrigue a fechar às 24h. Fechar a essa hora significa “a falência”, protesta Pedro Pinho, dono do bar Oahú, estabelecido na zona há 17 anos. “A maioria dos bares abre às nove da noite. Se tiverem de fechar à meia-noite, não têm condições de sobreviver.”

Os primeiros andares dos prédios da urbanização estão quase todos desabitados e moradores do 2.º andar garantem “distinguir claramente a música que está a tocar no bar”, dois pisos abaixo. No 3.º andar, a música não é tão perceptível, mas sente-se a “batida”, explica um habitante daquele piso. “Muita gente que vive aqui tem de se levantar às sete da manhã. Acha normal que quem tem de acordar a essa hora só consiga adormecer depois das duas da madrugada?”, questiona um dos membros da Comissão de Ruído da urbanização.

O proprietário do Oahú garante que estas queixas não têm fundamento. Afirma que os vizinhos “estão a agir de má-fé: querem correr com os bares daqui para fazerem da urbanização um condomínio privado e valorizar as casas”, acusa.

Por causa das muitas queixas apresentadas ao longo dos anos (ver caixa), os moradores afirmam já terem sido alvos de ameaças e agressões. Esse é o motivo pelo qual preferem não ser identificados. Um dos relatos ouvidos pelo PÚBLICO foi o de uma ex-moradora que diz ter sido ameaçada por pessoal de um dos bares. “Encostaram-me uns cabos de bateria ao pescoço, avisando que, se eu não parasse com as queixas, ia ter

Moradores dizem que a batida da música se sente até no 3. andar



problemas.” A moradora optou por vender o andar, “que tinha remodelado”, por um preço muito inferior ao valor real do imóvel, com medo de ser agredida. Os condóminos falam de outras atitudes intimidatórias e de retaliações, como o aumentar do volume da música, quando a polícia se vai embora. A câmara diz não ter conhecimento de queixas de violência, mas o PÚBLICO teve acesso à queixa da ex-moradora, em 2007, em que a mesma refere ter recebido “uma ameaça de morte”. A PSP, também contactada pelo PÚBLICO, não confirmou nem desmentiu a recepção deste tipo de queixas.

Pedro Pinho garante que, por parte dos proprietários dos bares, nunca houve agressões nem qualquer ti-

po de manifestações de hostilidade dirigidas aos moradores. Para este proprietário, a existência dos bares até favorece os vizinhos, na medida em que o movimento associado é um factor de promoção da segurança na zona, que, sem eles, “se tornaria perigosa, nomeadamente em termos de assaltos”.

Ainda assim, Pedro Pinho afirma que os bares estariam disponíveis para negociar uma solução: “Ou a câ-



Guilherme Pinto afirma que o licenciamento dos bares na zona residencial O Sonho foi um grave erro urbanístico

ra nos arranja um lugar alternativo ou temos de ser indemnizados”.

O fecho às 24h é que está fora de questão: “Se os horários forem reduzidos vamos recorrer. Já no ano 2000 tive de o fazer, por causa de uma medida idêntica, e ganhei. A câmara teve de realargar o horário.”

Guilherme Pinto diz que, para já, a única solução é antecipar a hora de fecho, embora já saiba que os “bares vão recorrer”. Para o autarca, ambas as partes têm a sua razão: “os moradores, que têm direito ao descanso, e os proprietários, cuja actividade foi licenciada naquele horário”. Certo é que a autarquia quer antecipar a hora de fecho dos bares e avisa que, logo a seguir, “haverá fiscalização intensa”, no sentido de a fazer cumprir.

Local Porto

Matosinhos Presidente da câmara admite suspender investimentos

Autarca diz que não vai poder fazer obras nas escolas



NFACTOS/FERNANDO VELUDO

Guilherme Pinto chama “lei tonta” à proibição de aumentar dívida

Autarquia está muito longe de esgotar o seu limite de endividamento, mas não poderá pedir empréstimos durante o próximo ano

Aníbal Rodrigues

● O presidente da Câmara de Matosinhos, Guilherme Pinto, criticou ontem o facto de as autarquias não poderem aumentar o seu endividamento de um ano para o outro. Dizendo tratar-se de uma “lei tonta”, o autarca anunciou ao PÚBLICO que se vai bater para que a mesma seja considerada inconstitucional. “Vou tentar arguir a inconstitucionalidade do diploma porque acho que é inconstitucional”, anunciou. Por outro lado, avisa que, em 2012, poderá simplesmente acabar com o investimento em educação e na reabilitação de habitação social devido a esta lei.

Guilherme Pinto considera que a proibição legal de aumentar o endividamento líquido é “injusta” para câmaras como a que dirige. Segundo dados adelantados pelo próprio autar-

ca, Matosinhos tem uma capacidade de endividamento de “70 milhões de euros” e só está a utilizar “17 milhões”. Ou seja, como tem um grau de endividamento menor do que outras autarquias também amortiza menos e, portanto, tem menos margem para pedir empréstimos no ano seguinte. Neste sentido, o autarca entende que a lei “penaliza” as autarquias com menos dívida e “beneficia” as sobreendividadas. Estas, como devem montantes superiores, amortizam mais; logo, podem pedir maiores quantias no ano seguinte. “Beneficia quem, devendo muito, foi pagando muito”, lamenta.

O presidente da Câmara de Matosinhos admite que este ano poderá não estar já a respeitar a lei porque “é impossível cumprir os limites com obras em curso”. Isto deverá impedir a autarquia de recorrer a empréstimos no próximo ano. “Não posso

pedir nada para o ano, o limite é zero.” Como, a somar a este aspecto, também são esperadas descidas nos diferentes tipos de receitas municipais, Guilherme Pinto avisa que as obras nas “escolas e a reabilitação urbana poderão parar por completo”, não apenas em Matosinhos, mas também noutros concelhos do país. “Entretanto, os cidadãos é que são os prejudicados”, critica.

Se bem que em modos algo diferentes, o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, também se referiu a esta lei durante a última sessão da Assembleia Municipal do Porto. O autarca invocou a impossibilidade de aumentar o endividamento líquido para justificar a procura de receitas extraordinárias, que espera obter com a privatização de 45% da empresa municipal Águas do Porto, a concessão do estacionamento a privados e a venda do Silo-auto. Mas Rui Rio acrescentou ainda

mais um dado: para o autarca do Porto, mesmo que não existisse esta limitação legal, o problema manter-se-ia, uma vez que a banca não tem capacidade para conceder os empréstimos necessários.

Já o seu congénere de Matosinhos afasta a hipótese de ser afectado por esta última contingência. “Não conheço exactamente quais são as actuais condições, mas a Câmara de Matosinhos nunca teve problemas em ir à banca e penso que também não os teria agora”, apreciou. Se lhe fosse permitido recorrer a empréstimos durante o próximo ano, Guilherme Pinto calcula que pediria emprestados “10 milhões de euros”. “O que representaria um total de cerca de 30 milhões de euros em obras”, uma vez que os 10 milhões destinam-se-iam a assegurar a fatia de comparticipação nacional em obras apoiadas por fundos comunitários.

Urbanização O Sonho

Moradores de Leça esperam há mais de sete anos por uma solução

Isabel Sottomayor

● Os moradores da urbanização O Sonho, em Leça da Palmeira, esperam há sete anos pela solução prometida pela Câmara de Matosinhos para os problemas de ruído provocados pelo funcionamento dos bares do rés-do-chão durante a madrugada.

Há quase dois meses, Guilherme Pinto garantiu aos moradores que a autarquia iria efectuar diligências no sentido de reduzir o horário de fecho dos bares para a meia-noite, duas horas mais cedo do que até agora, mas, até à data, estes continuam a funcionar no mesmo horário.

Segundo afirma um representante dos habitantes da urbanização, esta solução já está prometida desde 2004. Documentos a que o PÚBLICO teve acesso comprovam que, em 2004, depois de uma reclamação, o delegado de Saúde de Matosinhos tentou apurar junto da CMM quais as medidas que estariam a ser tomadas para resolver a situação. O município referiu estar a adoptar medidas de redução do horário dos estabelecimentos e o reforço da vigilância por parte da Polícia Municipal.

No dia 25 de Outubro, depois de uma nova queixa da comissão de ruído criada pelos moradores da urbanização, o delegado de Saúde reuniu-se com representantes da autarquia, que afirmaram estarem a ser tomadas medidas para a redução dos horários de fecho, as mesmas que tinha prometido em 2004. A edilidade garantiu ao PÚBLICO estar “interessada em solucionar o problema”, e estar a efectuar diligências nesse sentido.

Até ao momento, porém, a situação apenas “piorou”, segundo afirma um dos moradores. Desde que começaram as reuniões na câmara e depois de a situação ter sido denunciada pelo PÚBLICO, em Outubro passado, elementos dos bares têm, dizem, retaliado, colocando a música mais alto ou obrigando-os a descer as escadas a meio da noite para descolar as campainhas que tocam incessantemente porque foram bloqueadas com fita-cola. Só em 2011 há registo de 24 participações na polícia.

No rés-do-chão da urbanização O Sonho funcionam seis bares, com horários entre as 21h e as 2 horas. Os estabelecimentos estão devidamente licenciados, tornando mais difícil à autarquia diminuir o horário de funcionamento. Se tal acontecesse, os bares “não teriam hipótese de sobreviver”, garante um dos proprietários de um deles.

Local Porto

Património Ex-libris do Porto tenta “consertar-se” com a cidade e o mundo

Não houve tempo para deixar o relógio da Torre dos Clérigos a mostrar a hora certa

A boa notícia é que o relógio propriamente dito já funciona bem. A má notícia é que a noite caiu antes de os alpinistas ligarem o mecanismo aos ponteiros dos quatro mostradores

Isabel Sottomayor

● O relógio da Torre dos Clérigos, no Porto, está de novo a trabalhar e, presume-se, acertado. Mas os portugueses só o deverão poder comprovar ao final desta manhã, após uma quarta entrada em cena dos “relojeiros-alpinistas”. Ontem foram surpreendidos pelo cair da noite, antes de terem terminado a ligação dos ponteiros dos quatro mostradores (um em cada alçado) ao mecanismo do relógio e de efectuarem as afinações finais. Se tudo correr como prevê a empresa que a Irmandade dos Clérigos contratou para lhe acertar o relógio, a empreitada deve estar concluída “à hora de almoço” – que nesta altura mais vale não marcar uma hora muito precisa.

A reparação, iniciada em Dezembro passado, está a ser bem mais complicada do que aquilo que se imaginava. A altura a que se encontram os mostradores – 70 metros – ditou a solução “radical”: os alpinistas, presos por cordas ao cimo da torre, desceram pela primeira vez, a 22 de Dezembro, até à altura dos relógios.

O problema foi detectado na mudança para a hora de Inverno, no último domingo de Outubro. A primeira incursão dos alpinistas na torre não foi bem sucedida, porque o que se pensava ser apenas um dano ligeiro num dos ponteiros era, afinal, uma fratura irremediável, que danificara até o mecanismo do relógio. Foi necessário retirar o ponteiro partido – supõe-se que por uma gaivota mais distraída – e todo o mecanismo, para reparar o conjunto.

Anteontem, voltaram a ver-se homens suspensos na torre, que procederam à limpeza dos mostradores. E ontem cumpriu-se a intervenção (quase) final, que permitiu ao relógio da Torre dos Clérigos recuperar do atraso que acumulava para o resto do mundo. De manhã, havia muitos olhos postos nos “relojeiros-acrobatas”, a avaliar a sua coreografia, lenta mas arriscada.

Manuel Barros vive em Viana do Castelo e veio ontem, “por acaso”, ao Porto. Quando olhou para a torre, estava bastante longe, mas percebeu que estava “um homem a escalá-la”. Aproximou-se para “ver melhor” e aproveitou para tirar fotografias. Enquanto disparava, comentava que nem soubera da avaria, mas achava muito bem que o relógio de um dos ex-libris do Porto fosse reparado. “Quan-

Os ponteiros têm sido o pau na engrenagem da torre



Torre faz 250 anos em 2013
Cámaras, Sala Nazoni e chocolates

Para assinalar os 250 anos da Torre dos Clérigos, em 2013, estão a ser programadas várias actividades de remodelação e divulgação do monumento. Está prevista uma revisão geral à escadaria e ao corrimão da torre e ainda a colocação de câmaras de videovigilância para melhorar a segurança no local. Estão igualmente a ser realizadas obras de conservação e restauro na igreja e no espaço entre a igreja e a torre, onde se criará, entre



outras coisas, uma sala dedicada à obra de Nicolau Nazoni, o arquitecto que projectou o conjunto. Além disso serão lançadas diversas publicações comemorativas, de autores como Germano Silva. E estão também a ser programadas iniciativas menos convencionais, como a criação da marca de chocolates “Clérigos” ou uma reprodução da torre com várias toneladas de chocolate, candidata a figurar no Livro do Guinness.

do se fala no Porto, fala-se na Torre dos Clérigos”, justificava.

Leonel Tavares era outras das pessoas paradas no passeio, com o queixo apontado para o cimo da torre. Ontem veio à Baixa com dois objectivos: ver as obras na Praça de Lisboa, ali ao lado; e as manobras dos alpinistas à volta do relógio.

Florbel Silva, proprietária da Tabacaria dos Clérigos, aos pés da torre, contava que por várias vezes lhe entraram pela loja a perguntar o que era feito dos “ponteiros”. Se a ausência daqueles braços mecânicos que ditam o tempo incomodava quem se limitava a passar na zona, “imagine-se” a falta que faziam a quem trabalha ali há anos, exclama a comerciante. Para Florbel Silva, aliás, ver as horas no relógio da torre tornou-se quase um tique. “Às vezes estou a chegar à loja e ainda olho para o relógio para sa-

ber se estou atrasada. Só depois é que me lembro que não está a funcionar”, contava durante a reparação. Carlos Correia, da Casa Oriental, a conhecida mercearia à sombra da torre, concorda que olhar para aquele relógio “é um instinto”. E lamenta que a reparação não tenha acontecido mais cedo.

O padre Américo Aguiar, da Irmandade dos Clérigos, responsável pela igreja e torre, lamentava era o frio da manhã. Com o conserto estava satisfeito. E adiantava que a reparação e limpeza das quatro faces do relógio da torre foram “a primeira intervenção visível” do conjunto de obras de remodelação que a Irmandade dos Clérigos prevê realizar até 2013 (ver caixa), ano em que se comemoram os 250 anos da torre. Para já, “dá corda” ao relógio da torre: “É uma referência horária no Porto. Como o Big Ben, em Londres.”

LocalPorto

Animação Comerciantes acreditam que os clientes são atraídos para as ruas iluminadas

Crise reduz luzes de Natal e a esperança do comércio

Com as poupanças feitas no Porto, e noutras autarquias, os comerciantes temem que se agrave ainda mais a difícil situação do sector

Isabel Sottomayor

● Tradicionalmente, a Rua de Cedofeita é uma das passagens obrigatórias para os milhares de pessoas que por alturas de Natal visitam o Porto para ver as iluminações. Mas este ano aqueles que vierem para o tradicional passeio nocturno para ver as luzes de Cedofeita ficarão desiludidos. “Este ano a iluminação não tem graça nenhuma”, afirma Maria Guilhermina, comerciante na Rua de Cedofeita, no Porto.

Este Natal, as luzes só se acenderam a partir de ontem, e com horários limitados: das 20h à meia-noite durante a semana e até à uma da manhã ao fim-de-semana. Além disso, os cortes na ordem dos 50% no orçamento para as iluminações anunciados pela câmara municipal fazem com que as estruturas iluminadas da rua sejam mais pobres e colocadas mais afastadas umas das outras. Mesmo assim, na conjuntura actual, Maria Guilhermina pode dar-se por satisfeita: a Rua de Cedofeita foi uma das poucas ruas portuenses que sobreviveram aos cortes orçamentais.

O presidente da Associação de Comerciantes do Porto (ACP) esclareceu que se prevê que sejam colocadas iluminações de Natal em menos de 20 ruas da cidade, um número muito reduzido, se compararmos com anos anteriores (ver entrevista). A par do Porto, muitas cidades do distrito têm diminuído o número de decorações natalícias para poupar alguns milhares de euros. Vila do Conde previu gastar menos 23% e a Póvoa de Varzim nem sequer terá iluminação nas ruas patrocinada pela autarquia.

Matosinhos será uma das cidades menos afectadas pela contenção das despesas. Este ano serão gastos em iluminações cerca 123 mil euros, menos 17 mil do que no ano de 2010. A Câmara de Matosinhos considera que os gastos em iluminação nesta quadra são um investimento, uma vez que “as

decorações de Natal constituem um factor de atracção do concelho, sendo inúmeros os curiosos que se deslocam às ruas de Matosinhos para observar as iluminações e fazerem as suas compras de Natal”, lia-se na proposta para a abertura do concurso público. Há autarquias, no entanto, que cortaram por completo as iluminações de rua nesta quadra.

Faça às reduções, muitos comerciantes têm reagido. José da Cruz Santos, proprietário da livraria Modo de Ler, na Praça Guilherme Gomes Fernandes, no Porto, enviou uma carta ao presidente da câmara, Rui Rio, sugerindo que se façam cortes em outros sectores que permitam canalizar verbas para “iluminar na quadra de Natal algumas das ruas onde a falta desse ar de festa mais se faz sentir”. O proprietário sugere que se supri-

16 comerciantes da Rua do Bomjardim juntam-se e repartem as despesas de iluminação nesta artéria do Porto

mam um ou dois números da revista da câmara para se apurar o valor necessário. Apesar do “pedido” e da “sugestão”, José da Cruz Santos ainda não recebeu qualquer resposta por parte da câmara e a Praça Guilherme Gomes Fernandes está este ano sem luzes de Natal.

Luzes por conta própria

No meio da crise há comerciantes que se mobilizam e pagam dos próprios bolsos as decorações que servirão de chamariz aos clientes. Na Rua do Bomjardim, em plena Baixa portuense, vive-se o verdadeiro ambiente de Natal. Anjos iluminados e pais-natal coloridos enfeitam as ruas, e ouvem-se músicas alusivas à quadra vindas de diversas colunas de som dispostas em pontos estratégicos. A atmosfera natalícia é o resultado da mobilização

Há 17 anos que na Rua do Bomjardim são os comerciantes que pagam as iluminações



de cerca de 16 comerciantes. António Moura Santos, proprietário da ourivesaria Pratil, na Rua do Bomjardim, é o grande impulsionador. Todos os anos, em meados de Novembro, contacta várias empresas de iluminação, escolhe a que lhe oferece o melhor serviço, ao melhor preço, e depois divide com outros lojistas da rua o valor do serviço. “Faço isto há 17 anos e acho que realmente vale a pena”, afirma.

Maria Guilhermina conhece o caso da Rua do Bomjardim e acredita que, se os proprietários das lojas em Cedofeita se unissem e contribuíssem para o pagamento de estruturas de luz mais vistosas, as iluminações de Cedofeita poderiam ser muito melhores.

Na famosa Rua comercial de Santa Catarina, a câmara municipal encarregou-se de montar as estruturas de iluminação, que este ano têm motivos de estrelas cadentes. Mas uma rua abaixo, em Sá da Bandeira, Maximino Sousa, da Casa Barral, estabelecida ali há quase 80 anos, lembra que este é o primeiro ano em que aquela zona não é iluminada. E sem luzes de Natal, acredita, a “actividade dos comerciantes de Sá da Bandeira será muito prejudicada”. Mesmo que a iluminação seja pouca “e pobrezinha”, os motivos de Natal nas ruas “chamam muita gente”, argumenta, de Cedofeita, Maria Guilhermina.

Três Perguntas a Nuno Camilo, da ACP

No distrito do Porto há aproximadamente 20 lojas a feci

Que participação tem a Associação de Comerciantes do Porto (ACP) na iluminação das ruas na altura de Natal?

Durante vários anos a Associação de Comerciantes do Porto tinha um protocolo com a Câmara Municipal do Porto e recebia anualmente entre 500 a 800 mil euros da autarquia para fazer face às despesas com a iluminação da cidade. Em 2006 a autarquia considerou que as iluminações de Natal eram estratégicas para a cidade e passou a assumir sozinha todos os gastos com iluminação. A ACP era consultada para seleccionar algumas ruas que considerava fundamentais. Nessa altura seleccionávamos com base em critérios objectivos como o número

de lojas por metro quadrado. Mas o número de ruas tem diminuído. Em 2004 foram colocadas iluminações de Natal em 120 ruas da cidade. Este ano, por iniciativa da câmara, serão iluminadas menos de 20.

Que estratégias estão a ser pensadas pela ACP para fazer face à diminuição drástica na iluminação das ruas?

A ACP efectuou diversas diligências no sentido de conseguir, mesmo com poucos recursos, trazer algo apelativo para os clientes do comércio tradicional e consequentemente para os comerciantes. Conseguimos 15 mil lugares de estacionamento gratuito, sacos de papel com o slogan “Eu vou ao comércio tradicional” e também



Anexo XIII (2)

Público • Sexta-feira 9 Dezembro 2011 • 29

Concerto de Natal da Câmara do Porto

O concerto de Natal da Câmara do Porto realiza-se nos próximos dias 21 e 22, no Teatro Rivoli, com entradas gratuitas. O espectáculo baseia-se no musical *Nós, da*

cantora Anabela, e terá como convidados especiais Miguel Gameiro e Simone de Oliveira. Miguel e Simone vão cantar a solo e em dueto com Anabela.



IMPACTOS/FERNANDO VELUDO

A reacção

Em Guimarães e Aveiro os lojistas assumem parte dos custos

Os cortes em iluminação e animação nesta quadra natalícia estendem-se um pouco por todas as autarquias do país, não sem contestação. Em Guimarães, por exemplo, anunciaram, o corte permitiu à autarquia poupar cerca de cem mil euros, valor gasto em cada um dos últimos três anos.

O presidente da Guimarães 2012, João Serra, chegou a anunciar a intenção do organismo de apoiar as instalações de iluminação de Natal no centro da cidade, mas a proposta acabou por nunca avançar. Em alternativa, a Associação Comercial e Industrial propôs aos seus associados com estabelecimentos situados nas principais artérias da cidade que apoiassem a instalação das ornamentações. Na reunião decidiu-se que seriam iluminados cinco pontos da cidade.

Também em Aveiro a Associação Comercial e alguns comerciantes reuniram a quantia necessária para fazer face à despesa da colocação de iluminações. O investimento permitirá que as zonas iluminadas sejam a mesmas que no ano anterior. A Câmara de Aveiro apoiou esta iniciativa e suportará os custos da electricidade, afirmou Maria da Luz Nolasco, vereadora para as áreas da Cultura, da Acção e da Habitação Social e da Saúde Pública do Concelho de Aveiro.

Em Coimbra a iluminação natalícia custará, este ano, menos 77 mil e 500 euros do que em 2010. Os 12 mil e 500 euros que serão despendidos este ano contemplam, segundo a autarquia, "um perímetro significativamente mais pequeno". A redução da despesa passará também pelo menor gasto em energia, graças à utilização de microlâmpadas, fio luminoso néon e redes luminosas LED, iniciativas que permitirão uma poupança no consumo de electricidade na ordem dos 70 por cento.

Braga gastará este ano 40 mil euros em iluminações, custo que será suportado integralmente pela câmara municipal. Apesar do contexto de crise, a opção é justificada pelo presidente, Mesquita Machado, pelo facto de a ausência de iluminações poder resultar em "perdas" de receita para o comércio tradicional "mais significativas" do que a poupança que daí pudesse resultar para os cofres municipais.

Em Matosinhos, também foram anunciados cortes na casa dos 20 por cento, mas mesmo assim o orçamento para as iluminações natalícias este ano ultrapassou os 120 mil euros.

nar a cada dia

papel de embrulho. Houve também a preocupação de ligar o Natal às memórias e portanto teremos uma charrete com o Pai Natal, que distribuirá balões e rebuçados às crianças. Também está programado um carro com som que andará pela cidade convidando as pessoas a vir ao comércio tradicional.

Há uma ideia do número de lojas que poderão encerrar devido à crise até ao final do ano?

Acredito que muitas lojas podem encerrar até ao final do ano. O Estado prevê arrecadar, até ao final do ano, 800 milhões de euros com os cortes no subsídio de Natal. Isso deve significar uma quebra nas receitas do comércio de aproximadamente 500 milhões de euros. Neste momento, em Portugal encerram cerca de 100 lojas por dia. No distrito do Porto são aproximadamente 20 lojas a fechar diariamente. É uma realidade que não pode deixar de ser observada.



Douro Património Mundial.

10 anos passados.
10 anos futuros.

14 Dezembro 2011

Museu do Douro
Peso da Régua



Programa Evocativo

09H30 Conferência Evocativa

Ricardo Magalhães, Estrutura de Missão do Douro
Armando Moreira, Liga dos Amigos do Douro Património Mundial
Artur Cascarejo, Comunidade Intermunicipal do Douro

11h30 Douro, 10 Anos: um Retrato Patrimonial

Fernando Bianchi de Aguiar

12h00 Encerramento

Francisco José Viegas, Secretário de Estado da Cultura

Porto de Honra e Brinde ao Douro, Confraria dos Enófilos da Região Demarcada do Douro
Exposição fotográfica "10 Regiões Vinhateiras Património da Humanidade"
Alves Redol - Exposição Biobibliográfica do Centenário do Nascimento

15h30 Conferência Inaugural do ciclo "Que Douro na Próxima Década?"

Arlindo Cunha | Miguel Cadilhe | Paulo Gomes
Moderador: João Rebelo

18h30 Concerto de Concertinas

Escola de Concertinas de Lamego



Confirmações de presença e outras informações: www.ccdri-n.pt/douro10anos

Solidariedade Associação percorre as ruas para entregar alimentos e roupa

Pequeno almoço na “cama”, um mimo das crianças para os sem-abrigo do Porto

Todos os domingos, um grupo diferente de crianças acompanha a associação Adra na ronda que leva o pequeno-almoço aos sem-abrigo. Ontem, foi a vez de escuteiros de Guimarães

Reportagem

Isabel Sottomayor

● Nas reentrâncias das garagens do Largo de Ferreira Lapa, homens e mulheres, uns dez, ainda estão deitados. Alguns estão apenas tapados pelos cobertores, cabeça incluída. Os pequenos casulos em que parecem estar metidos servem dois propósitos: não deixam entrar a luz e minimizam os efeitos do frio que se faz sentir nesta manhã gelada. Ao ouvirem um chamamento, destapam as cabeças ou espreitam para fora dos abrigos e, ainda estremunhados, aceitam o copo de cevada e o saco com pão e *croissants* que crianças, vestidas de escuteiros, lhes oferecem.

“Tentem deixar este mundo um pouco melhor do que o encontraram”, escreveu Baden-Powell aos escuteiros, seguidores do movimento que ele próprio criou. Ontem de manhã, na cidade do Porto, um grupo de Vermil, Guimarães, procurou honrar as palavras do fundador e juntou-se à Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência (Adra) para ir levar o pequeno-almoço aos sem-abrigo da cidade.

Todos os domingos de manhã, a Adra sai à rua com um grupo de crianças - de escolas, instituições ou movimentos - e percorre alguns pontos da cidade do Porto onde geralmente se concentram mais sem-abrigo. “Há muitos meninos como vocês” - diz Álvaro Bastos, voluntário da Adra, num pequeno *briefing* antes da saída para a ronda - “que neste momento estão em casa a jogar computador ou a ver televisão, mas vocês estão a fazer uma coisa muito importante”. O voluntário da Adra termina dizendo que “nem que seja apenas para ajudar uma pessoa, vale a pena o que vamos fazer”.

Os sacos que as crianças vão entregar aos desalojados têm dois pães com creme de chocolate - porque, “de vez em quando, gosto de variar da manteiga”, explica Áurea, voluntária da associação -, dois *croissants* que os escuteiros trouxeram de uma padaria vimaranense, porque “não quiseram vir de mãos a abanar”, e uma garrafa-termo com cevada bem quente. Na carrinha da associação, vem também um saco com roupa lavada, meias, roupa interior e artigos de higiene que os

As tendas improvisadas abrigam várias pessoas que vivem nas ruas



voluntários vão distribuindo.

Vinte minutos depois da chegada ao Largo de Ferreira Lapa, aparece, efusivo, Adriano Cabral, um cabo-verdiano de 50 e poucos anos. Até há umas semanas, trabalhava ali - a arrumar carros - e pernoitava numa das tendas improvisadas que ali se vêem, feitas com aquela criatividade que surge, imperiosa, da necessidade. Molas da roupa, plásticos, caixas de cartão, cobertores e lençóis, tudo se dispõe de forma a simular um abrigo. Mas agora a vida deste homem mudou: cedeu a sua “casa” a outra pessoa e o seu “posto de trabalho” nas imediações do largo também está prestes a ser ocupado por um colega.

De regresso a casa

Adriano está temporariamente em casa de um benfeitor e, no final da próxima semana, está de partida - com bilhete de avião pago e algum dinheiro no bolso - para a sua terra natal, S. Vicente, em

Cabo Verde. Graças a várias acções de solidariedade, foi possível arrecadar o dinheiro necessário para a viagem e, ao fim de quase 20 anos, o ex-sem-abrigo vai voltar a ver a família. “Já tenho para aí 20 netos”, exclama entusiasmado enquanto fala dos preparativos para a partida. Por hoje, Adriano vem ali ver os amigos - porque na rua se fazem verdadeiros amigos - e agradecer aos voluntários da associação todo o apoio que lhe permitiu estar prestes a realizar um sonho com muitos anos.

A última paragem deste serviço de “quartos” voluntário é por baixo do viaduto da Avenida de Sidónio Pais. O homem que ali vive não está, de momento, mas os voluntários fazem questão de ali deixar uma roupa lavada, ainda que saibam, como nota Áurea, que “este homem vai lavar a sua própria roupa a um tanque que há aqui ao lado”. As crianças acotovelam-se para ver o local onde pernoita este sem-abrigo:

Camas de Papelão

Relatos de voluntários compilados em livro

Centrado no tema dos sem-abrigo, Álvaro Bastos prepara o seu terceiro livro, que deverá estar pronto no próximo ano. Num trabalho que vem desenvolvendo ao longo do tempo, *Camas de Papelão* irá contar a experiência do autor no trabalho com os desalojados, além de compilar vários testemunhos de voluntários com missões idênticas. Álvaro Bastos é representante local da Adra no Porto. A Adra-Porto trabalha em colaboração com mais de 20 países, além de apoiar projectos sociais em Portugal, com especial incidência no trabalho com os desalojados. A associação está presente em 125 países de todo o Mundo.

é que a “cama”, impecavelmente feita, é encabeçada por uma moldura de Jesus Cristo e há uma porta de entrada, improvisada com uma tábua e ornamentada com um puxador e uma pintura de uma natureza-morta. A voluntária lembra as crianças: “Os milhares de pessoas que aqui passam todos os dias nem imaginam que, debaixo do viaduto, vive uma pessoa”.

Antes da partida para Guimarães, os escuteiros fazem um pequeno balanço da manhã. Juliana, de 12 anos, decidiu fazer esta experiência porque achou que “seria inesquecível”. E foi. “Sinto mesmo que fizemos uma boa acção”, resume. Para os voluntários da Adra, no entanto, é difícil acabar uma ronda com o sentimento de missão cumprida. Áurea confessa que regressa sempre a casa angustiada: “Acho que a comida que deixamos nunca é suficiente. Levamos o pequeno-almoço, mas, depois, o que é que eles vão almoçar e jantar?”

Natal No Bairro da Biquinha, Matosinhos, os festejos podem durar três a quatro dias

Entre os ciganos, às vezes nem a banca da feira chega para juntar toda a família

Bacalhau com feijão, galinha com arroz de funcho, música e dança pela noite fora. O Natal dos ciganos é “quase igual” ao de outros portugueses, mas tem as suas diferenças

Reportagem

Isabel Sottomayor

● Não será pelos doces, que, dizem-nos, até são iguais aos que outros portugueses confeccionam. Mas, em famílias grandes como costumam ser as de etnia cigana, às vezes nem a banca da feira chega para todos os que, por estes dias, se juntam para festejar. Dias no plural, que o Natal, para esta comunidade, pode durar três ou quatro. No Bairro da Biquinha, em Matosinhos, a festa até já começou ontem.

As tradições enraizadas na cultura cigana fundem-se com os costumes universais de celebração da época. Num dos blocos de apartamentos do Bairro da Biquinha, onde se concentram mais de 20 famílias de etnia cigana, há quem tenha deixado para trás as tradições familiares e festeje de forma “normal”, como os próprios definem, e há quem reconheça que os festejos têm algumas diferenças.

Aqui, mesmo que “a lei cigana” seja a mesma, as famílias distinguem-se”, explica Elia, uma jovem de 18 anos. Os “ciganos portugueses” têm uma cultura mais enraizada, seguem mais as suas tradições. Os galegos “não cumprem tudo”. A família de Elia faz parte da comunidade de ciganos portugueses. E a mãe, Rosa Maia, explica que as principais diferenças se prendem com a gastronomia típica. O bacalhau faz parte da ementa, mas vem acompanhado de “feijão rosa cozido, a qual se junta salsa, cominhos, vinagre e polpa de tomate”.

Em substituição do peru, costumam comer “galinha dura”, que é como quem diz galinha caseira, acompanhada de arroz de funcho e grão de bico. Já nos doces não há diferenças. “Comemos rabanadas e aletria”, afirma Rosa Maia.

Se a comida é farta, a mesa não chega para todos. “Nem usamos a mesa, usamos banca da feira”, explica Rosa, assumindo que, “mesmo assim, há pessoas que não cabem”. A nossa família é enorme, esclarece. Depois, pensando no que acabou de dizer, questiona, com um sorriso: “Mas já viu alguma família cigana que fosse pequena?”

É o caso, evidente, do Sr. Alfredo, o cigano mais velho da comunidade da Biquinha. Com 87 anos, é pai de 28 filhos e avô de “mais de 150 netos”. Sentado à soleira da porta,

A festa de Natal no bairro foi animada por um grupo de Custóias



PAULO PIMENTA

entretido a entretecer fios de cobre que transforma em minúsculos cestos, assume que não consegue reunir toda a família nesta época. Festeja “apenas” com alguns dos seus filhos que também vivem no bairro.

Festa começou ontem

Natal é sinónimo de alguma saudade para as famílias de etnia cigana. Nestas alturas, “sentem a falta das meninas”, explica Paula Allen, psicóloga da Associação de Planeamento da Família (APF) que apoia os habitantes da Biquinha desde 2004 (ver caixa). Depois de casarem, as “ciganas saem de casa e vão viver com os sogros”, muitas vezes para comunidades distantes, explica. Por saber que é “uma questão de tradição”, Elia desvaloriza a saudade. “Para nós isso é normal. Por exemplo, se uma rapariga desaparece, vocês [não ciganos] ficam assustados, acham que foi raptada ou assim... Nós [ciganos] pensamos: pronto, casou.”

Apoio na Biquinha

A Associação para o Planeamento Familiar (APF) desenvolve um trabalho de intervenção comunitária no Bairro da Biquinha desde 2004. Na sede da associação na Biquinha trabalham duas psicólogas - Paula Allen e Liliiana Oliveira - e o coordenador do projecto, Nuno Teixeira. Juntos desenvolvem projectos sobretudo na área da saúde sexual e reprodutiva. A intervenção no bairro visa a prevenção de comportamentos de risco, como a toxicod dependência, a propagação de doenças sexualmente transmissíveis, ou a gravidez na adolescência. Paralelamente, a associação trabalha junto de alguns residentes, promovendo competências pessoais e sociais.

O Natal da comunidade cigana da Biquinha começa hoje “e só acaba na segunda-feira”, esclarece Elia. E, como é tradicional nas festas ciganas não falta “música e dança pela noite fora” ao longo dos três dias. Este ano, em bom rigor, até serão quatro os dias de festejos. É que ontem o bairro inteiro foi convidado para uma festa de Natal organizada pela APF.

A partir das duas e meia da tarde a sede da associação foi-se inundando de crianças que vinham buscar o presente de Natal. Paula Allen dividiu os brinquedos, doados pela escola E.B. 1 de S. João da Foz, em pequenos montinhos destinados a cada uma das crianças que ali habitam. E os adultos também não foram esquecidos. “Há uns baralhos de cartas e canecas para oferecer aos mais velhos”, explicava.

Depois de receberem os presentes, crianças e adultos dirigem-se até outra das salas da associação, onde um palco

improvisado recebeu a actuação de um grupo de crianças de outro bairro de Matosinhos, o de Custóias. Munidos de instrumentos de percussão - todos feitos à mão a partir de sucata - as crianças de Custóias animaram a festa, gerando imensa curiosidade. Os tambores são, afinal, bidões, e as marracas são latas com milho para pipocas lá dentro.

Foram ensaiados por Franklin Monteiro, o “Frankão”, que veio do Brasil, onde também trabalhava com “grupos de risco”. Mudou-se para Portugal “por causa de uma namorada” e colabora agora com a Associação para o Desenvolvimento de Matosinhos (Adeima). Por cá tem desenvolvido o mesmo trabalho que realizava nas favelas do Sul do estado do Rio de Janeiro: educar comunidades para a música, de forma a torná-las autónomas ao ponto de desenvolverem os seus próprios projectos.

Local Porto

Cultura Espólio doado em 1926 à instituição esteve guardado até agora

Universidade do Porto vai mostrar segunda maior colecção de arte egípcia do país

Exposição permanente vai abrir em Setembro, numa sala do edifício da Reitoria que está a ser especificamente redesenhada para evocar o ambiente do interior das pirâmides

Isabel Sottomayor

● A Universidade do Porto (UP) possui uma das mais importantes colecções de arte egípcia de Portugal, que passará a estar disponível ao público, de forma permanente, a partir de 22 de Setembro, no edifício da Reitoria. O acervo, propriedade do Museu de História Natural da UP, só é suplantado pelo do Museu de História Natural, de Lisboa, mas esta é a primeira vez que a instituição portuense, enquanto detentora do património, o expõe.

“É fundamental mostrar os tesouros que a Universidade tem, não só à comunidade científica, mas também ao público em geral”, afirma Manuel Janeira, pró-reitor da UP, responsável pela área da Cultura, Desporto e Lazer da instituição. A colecção foi oferecida ao Estado português pelo Governo alemão (ver caixa) em 1926. No entanto, durante muito tempo e por motivos diversos esteve “escondida numa reserva da universidade e indisponível ao público”, explicou.

A riqueza e a variedade das peças fizeram com que fossem movidos esforços no sentido de as poder ter em exposição permanente: “A colecção egípcia do Museu de História Natural da UP que agora está a ser preparada testemunha bem a variada produção artística e utilitária de uma das mais notáveis civilizações que a Humanidade conheceu, fazendo do acervo portuense um importante núcleo didáctico à disposição do público”, afirma Luís Manuel Araújo, comissário científico da exposição.

A colecção conta com mais de uma centena de obras de arte, várias estatuas e duas múmias numa enorme variedade de peças “que representam praticamente todas as grandes épocas da história do antigo Egipto” explica o comissário. A inauguração da exposição, integrada nas comemorações do centenário da UP será precedida de uma palestra acerca das colecções de arte egípcia presentes em Portugal, e pelo lançamento de um catálogo sobre a exposição com informação detalhada das peças.

Mais colecções guardadas

A mostra estará patente no terceiro piso do edifício nobre da Reitoria, num espaço especialmente concebido para o efeito pelo professor Rui Mendonça, responsável pela imagem gráfica da universidade. “Houve um

UP está a fazer obras numa sala da Reitoria para acolher exposição



Alemanha doou espólio

Colecção oferecida “como atitude de gratidão”

O acervo egípcio do Museu de História Natural da Universidade do Porto não foi obtido através de compra ou de campanhas arqueológicas. Como explica Luís Manuel Araújo, o espólio que ficará exposto em Reitoria da UP foi uma oferta do Museu de Berlim feita em 1926, em troca de um lote de antiguidades assírias descobertas por arqueólogos alemães na Mesopotâmia e que se encontravam num barco alemão ancorado no rio Tejo durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1916 o Governo

português capturou esse e outros 70 barcos alemães, ficando essas antiguidades no país. Finda a guerra, o Governo alemão insistiu para que esse espólio lhe fosse devolvido, o que aconteceu em 1926, oferecendo então, como “atitude de gratidão”, as peças egípcias que posteriormente ficaram a cargo da UP.

O Museu de Berlim ofereceu 134 peças, sendo que dessas apenas se encontram 103 na universidade. Luís Araújo acredita que as 31 peças que faltam terão desaparecido por volta dos anos 30 ou 40.



investimento forte na preparação da sala que acolherá a exposição e o espaço terá um duplo impacto - pela riqueza das peças ali expostas e também pelo design da sala que vai acolhê-las”, afirma Manuel Janeira. As obras de recuperação e adaptação do espaço estão na sua fase terminal e recriarão o ambiente de uma gruta, com alguns nichos onde serão expostas as peças da colecção, lembrando em certa medida o ambiente funerário das pirâmides egípcias. A colecção estará organizada de acordo com um equilibrado critério expositivo de ordem temático-cronológico, inspirado no acervo egípcio do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa.

Os dirigentes da UP mostram vontade de repetir iniciativas como esta, até porque há mais colecções que estão armazenadas e que “faria todo o sentido mostrar ao público em expo-

sição permanente”, defende o pró-reitor. É o caso, por exemplo, de uma “colecção de estatuas africanas ou de um conjunto de uma dezena de vasos gregos que estão empacotados”. Manuel Janeira afirma que têm sido encetados esforços no sentido de encontrar um espaço para poder mostrar este património, ainda que este esforço tenha de ser feito “de forma contida”, sobretudo por motivos financeiros.

“Conceber um conjunto de exposições permanentes que permitam mostrar a riqueza e a história da universidade é um contributo importante não só para a instituição, mas também para a própria cidade do Porto”, sublinha, lembrando que as exposições patentes na Reitoria da Universidade do Porto têm atraído, nesta altura do ano, bastantes turistas.

Local Porto

Cultura Centro de Arte Moderna Gerardo Rueda é inaugurado esta tarde

Centro de arte ocupa um espaço originalmente concebido para servir de parque de estacionamento

FERNANDO VELUDO/IMPACTOS



Matosinhos quer ser um “porto das artes”

O Centro de Arte Moderna que é hoje inaugurado em Matosinhos, contará com cerca de duzentas obras de artistas plásticos que ajudaram a “escrever” a história da arte do século XX

Isabel Sottomayor

● Matosinhos tem, a partir de hoje, um espaço totalmente dedicado às artes plásticas do século XX, com a inauguração do Centro de Arte Moderna (CAM). O CAM é inaugurado esta tarde, às 16h, na presença do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, e do antigo primeiro-ministro espanhol José María Aznar.

Em exposição estão cerca de 200 das mais de quatro mil obras de arte moderna e contemporânea da colecção da fundação espanhola Gerardo Rueda. Rueda foi dos mais importantes artistas espanhóis do século XX, destacando-se sobretudo na pintura abstrata. Além de pintor e escultor, destacou-se pela sua paixão colecção-

nista e a amizade que cultivou com muitos dos mais importantes artistas com quem chegou a conviver, como Picasso ou Miró, foi decisiva para a importância da colecção que foi construindo.

Miró, Saura, Millares, José Guimarães e Noronha da Costa são alguns dos artistas cujas obras estarão em exposição na remodelada Galeria Nave dos Paços do Concelho de Matosinhos. Concebido para ser o parque de estacionamento do edifício, o espaço nunca serviu esse propósito, tendo sido sempre utilizado para a apresentação de exposições de obras de arte. A transformação da galeria no actual centro de arte foi um trabalho “relativamente simples”, sendo apenas necessária uma pequena inter-

venção no sentido de definir núcleos que permitissem acolher as três exposições distintas que fazem parte do CAM, explicou o vereador da Cultura de Matosinhos, Fernando Rocha. “O espaço tinha sido já transformado pelo arquitecto Siza para uma exposição do Siza Vieira que aqui se realizou”, acrescentou.

Dois dos três núcleos serão preenchidos com uma mostra permanente de pinturas e esculturas do próprio Gerardo Rueda e com parte da sua vasta colecção, em que se incluem obras de quatro artistas portugueses: José de Guimarães, Albuquerque Mendes, Alberto Carneiro e Noronha da Costa. Um terceiro núcleo será utilizado para a realização de exposições temporárias, que se prevê terem duração de

três meses. Neste momento, está aqui patente *Noronha da Costa: a transformação da imagem*, com trabalhos do pintor e escultor português. A esta exposição seguir-se-á uma outra dedicada à obra de Vieira da Silva, de quem Rueda era amigo pessoal, antecipou ao PÚBLICO o presidente da Câmara de Matosinhos.

Para Guilherme Pinto, a cidade tem “vontade e determinação de ser um ponto de partida e de chegada de todo um movimento que gira à volta da cultura. Matosinhos quer ser o porto das artes”. Foi esta determinação que presidiu à assinatura do protocolo, em Maio deste ano, entre a autarquia e a Fundação Gerardo Rueda. O CAM em Matosinhos é o primeiro núcleo da fundação espanhola no estrangeiro.

Além do empréstimo das obras que se encontram em exposição a partir de hoje o protocolo prevê ainda uma co-ope-ração da autarquia na organização de exposições em Madrid. Esta premissa permitirá divulgar internacionalmente alguns artistas portugueses ligados a Matosinhos, como Augusto Gomes ou António Carneiro.

Guilherme Pinto acredita que, com este centro de arte, “a área metropolitana do Porto fica mais rica em termos de oferta turística” e que, para os turistas que a visitam, se tornará “irrecusável uma ida a Matosinhos”. A Fundação de Serralves também pretendia criar um polo museológico em Matosinhos, mas acabou por adiar o projecto em Outubro do ano passado, em nome da contenção financeira.

Última sessão do ciclo *O que é a América hoje?*

A pergunta que deu o mote ao ciclo de conferências que hoje termina na Casa da Música, *O que é a América hoje?*, é justamente a questão a que vão responder às

21h30o ex-Presidente da República Jorge Sampaio e o embaixador dos Estados Unidos, Allan J. Katz. A sessão é moderada pela directora do PÚBLICO, Bárbara Reis.



Mais informação, menos conhecimento <http://projectopne.blogspot.com>

Inauguração do Centro de Arte Moderna de Matosinhos marcada por vaias a Passos Coelho

Isabel Sottomayor

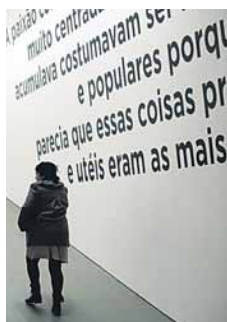
Equipamento de Matosinhos é financiado por seis mecenas. Vai exibir obras da colecção de Gerardo Rueda

● O primeiro-ministro Pedro Passos Coelho foi ontem vaiado e insultado por dezenas de pessoas, à entrada e saída do Centro de Arte Moderna (CAM) Gerardo Rueda, que inaugurou em Matosinhos. À saída foi mesmo necessária a intervenção policial para afastar uma mulher mais exaltada, com uma criança ao colo, que ainda bateu algumas vezes com a mão na viatura do primeiro-ministro. Em contraponto, houve também pessoas

que fizeram questão de cumprimentar Passos Coelho, incentivando-o e aplaudindo-o.

Esta foi a primeira manifestação popular de hostilidade contra o chefe do Governo, que se deslocou a Matosinhos acompanhado pelo ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares pelo secretário de Estado da Cultura. Presente esteve também o antigo primeiro-ministro espanhol José María Aznar, amigo da família Rueda, e o presidente da Fundação Gerardo Rueda, José Luis Rueda Jiménez, filho do artista desaparecido em 1996.

As quase 200 obras dos séculos XX e XXI que podem ser contempladas no CAM fazem parte da vasta colecção da Fundação Gerardo Rueda, com a qual foi assinado, em Maio, o protocolo de cooperação entre a Câmara de



Entrada custa 3,5 euros

Matosinhose a instituição espanhola. O protocolo é válido por três anos, ao longo dos quais deverão ser renovadas as obras em exibição, para fazer passar pelo CAM as cerca de quatro mil peças do acervo da fundação, que inclui pinturas de Picasso, Miró ou Vieira da Silva.

O acordo prevê o pagamento pelo CAM de 150 mil euros anuais à fundação, quantia que será suportada integralmente por seis empresas, nacionais e estrangeiras, em regime de mecenato. Além disso, se as receitas obtidas pelo CAM (nomeadamente, com a venda dos ingressos, que custam 3,5 euros por pessoa) forem superiores aos custos de manutenção do equipamento, a Fundação Gerardo Rueda deverá beneficiar de uma percentagem não revelada dos lucros.

Nove detidos por assalto a estação de serviço da A1

● Um grupo de nove pessoas foi detido ontem de madrugada pela GNR em flagrante delito num assalto à estação de serviço da A1 de Pombal, disse fonte policial à Lusa. O grupo "foi detido cerca das 2h30 na estação de serviço no sentido Norte-Sul depois de ter assaltado um armazém de produtos alimentares uma hora antes em Trouxemil, em Coimbra".

Os detidos, entre os 21 e os 40 anos, faziam-se transportar em três viaturas ligeiras furtadas. Transportavam alicates de corte de ferro, uma marteleta elétrica, um martelo pneumático, gorros, quatro pares de luvas e diverso material furtado nas bagageiras das viaturas. Segundo a mesma fonte, o grupo é "suspeito de vários furtos em território nacional, incluindo caixas de Multibanco".

Detidos cinco suspeitos do homicídio de empresário encontrado numa lagoa

● A Polícia Judiciária de Braga anunciou ontem a detenção de quatro homens e uma mulher suspeitos do homicídio de um empresário de Esporão. A vítima foi encontrada em meados de Setembro numa lagoa de extracção de caulinos, em Alvarães. Depois de quase três meses de investigações, a PJ deteve os quatro homens e uma mulher, com idades entre os 18 e os 45 anos. Três são residentes em Fragoso, no concelho de Barcelos, um em Ponte de Lima e,

o crime ocorreu em Panque, no concelho de Barcelos. O homem de 70 anos foi atingido com um tiro de caçadeira, que lhe causou a morte e, posteriormente, atirado à lagoa de extracção de caulinos, em Alvarães. Depois de quase três meses de investigações, a PJ deteve os quatro homens e uma mulher, com idades entre os 18 e os 45 anos. Três são residentes em Fragoso, no concelho de Barcelos, um em Ponte de Lima e,



A vítima do crime investigado pela PJ era Manuel Pires da Rocha, proprietário de um café em Vila Chã, Esporão

outro em Darque, Viana.

Segundo a PJ, na origem dos acontecimentos poderá estar uma tentativa de roubo mal sucedida, "uma vez que alguns dos suspeitos, todos desempregados, registam já antecedentes por este tipo de crime".

O corpo do empresário foi encontrado, a 26 de Setembro, na lagoa de extracção de caulinos. O cadáver estava "amarrado a uma base de cimento" e só foi retirado das águas com recurso a um bote dos bombeiros. O alerta às autoridades foi dado por um funcionário da empresa de de caulinos, que avistou "as pernas do cadáver". Os peritos que se deslocaram ao local concluíram que o corpo já se encontraria naquele local "há cerca de uma semana". **Andrea Cruz**



CICLO INTEGRAL DAS SONATAS PARA PIANO DE LUDWIG VAN BEETHOVEN

POR ANTÓNIO ROSADO **PIANISTA**

15 DEZEMBRO • 21h30
Cine-Teatro Constantino Nery

QUARTETO DE CORDAS DE MATOSINHOS

22 DEZEMBRO • 21h30
Cine-Teatro Constantino Nery

Vitor Vieira, *violino I*
Juan Carlos Maggiorani, *violino II*
Jorge Alves, *viola*
Marco Pereira, *violoncelo*

Estimada financiada por:
dgARTES DEPARTAMENTO GERAL DE ARTES

ANTENA 2

PRÓXIMOS CONCERTOS 2012

QUARTETO DE CORDAS DE MATOSINHOS
19 de janeiro/22 de fevereiro/20 de março/12 de abril/17 de maio/14 de junho
CICLO INTEGRAL DE SONATAS PARA PIANO DE BEETHOVEN
26 de janeiro/16 de fevereiro/5 de abril/26 de abril/24 de maio/28 de junho

BILHETES À VENDA
Cine-Teatro Constantino Nery – Teatro Municipal
Av. Serpa Pinto, s/n.º - 4450-275 Matosinhos
Informações e reservas através do telefone: 229 392 320
www.cm-matosinhos.pt

Equipa responsável pela implosão da torre 5 do Aleixo já trabalha no local

● Desde ontem que está a ser restringido o acesso à torre 5 do Bairro do Aleixo, no Porto, que amanhã deverá ser destruída por implosão. Os preparativos para a implosão começaram com 48 horas de antecedência e, se tudo correr como o previsto, a torre deverá cair entre as 11h30 e as 12h, em cinco a dez segundos.

São 150 quilos de explosivos que a empresa Restradas está a colocar na única torre já totalmente devoluta do

Aleixo. As cargas colocadas no interior e no exterior do edifício terão duas funções distintas - cortar o prédio, provocando o colapso da estrutura sobre si mesma; e projectar a água que funcionará como barreira de protecção, diminuindo a projecção de poeiras resultantes da implosão.

No interior do edifício ficarão 550 cargas explosivas. Nos pisos 0, 1, 2 e 8 ficarão as cargas destinadas ao corte da estrutura, nestes mesmos pisos e

também nos pisos 3 e 9 estarão cargas em sacos com capacidade para um metro cúbico de água, para o controlo de dispersão de poeiras. Dos 150 quilos de explosivos, 25 deles serão colocados em torno do edifício, em dez piscinas de plástico, também para impedir a dispersão de poeiras.

Mais de 530 pessoas serão retiradas daquela área, amanhã de manhã, por habitarem dentro do perímetro de segurança. **Patrícia Carvalho**

PJ detém 12 suspeitos de tráfico de armas

Natália Faria

Segurança da Polícia Judiciária baleado numa perna quando tentava interceptar um dos detidos nas portagens de Albergaria-a-Velha

● A Polícia Judiciária (PJ) do Porto deteve 11 homens e uma mulher acusados do crime de tráfico e posse de armas de fogo proibidas, no âmbito de uma operação que culminou na apreensão de diversas armas e milhares de munições. Um segurança da PJ foi hospitalizado com ferimentos de bala numa perna.

A maioria dos detidos, de nacionalidade portuguesa e com idades entre os 30 e os 70 anos, tinha antecedentes criminais - alguns com penas de prisão efectiva, por crimes que vão do homicídio à violência doméstica, passando pelo roubo e pelo tráfico de estupefacientes. Deverão ser hoje ouvidos pelo tribunal, depois de terem passado a noite no estabelecimento prisional da PJ.

Além de uma metralhadora, foram apreendidas 39 caçadeiras, nove carabinas, cinco pistolas e igual número de revólveres e "milhares de munições de diversos tipos e calibres e diversas armas brancas", segundo um comunicado da PJ. Recusando revelar pormenores sobre um processo que está a ser investigado pelo Ministério Público, Batista Romão, da directoria do Norte da PJ, adiantou que o armamento se destinava ao tráfico.



A polícia apreendeu um arsenal destinado ao mercado negro

A investigação decorria há cerca de um ano e meio e a operação policial, baptizada *Covil das Armas*, mobilizou "perto de uma centena de inspectores e contou com a colaboração da PSP e da GNR", tendo abrangido as localidades de Vila do Conde, Maia, Porto, Valongo, Gondomar, Torre de Moncorvo, Castelo Branco e Aveiro. Foi neste distrito, em Albergaria-a-Velha, que um segurança da PJ acabou por levar um tiro numa perna, quando tentava imobilizar um dos suspeitos em fuga. Este ofereceu resistência e conseguiu sacar de uma

arma de fogo. Internado no hospital de Aveiro, o segurança teve de ser operado para remoção do projectil e está "livre de perigo".

Batista Romão sublinhou que, nos últimos 24 meses, a PJ deteve 80 suspeitos sob a acusação de tráfico e posse de armas de fogo proibidas só na Região Norte do país. Das várias operações desencadeadas por esta polícia, a mais mediática foi a *Guns N'Roses*, que levou à detenção de 23 pessoas (22 homens e uma mulher) residentes no Grande Porto e cujo núcleo duro viveria há anos do tráfico

de armas para venda no mercado negro, algumas das quais teriam sido utilizadas em assaltos. Parte dos implicados nesta operação estariam ligados às chamadas "cobranças difíceis". Nas dezenas de buscas então efectuadas na Maia, Matosinhos, Amarante, Porto e Gaia, foram apreendidas duas metralhadoras, 15 caçadeiras, 17 pistolas de diferentes modelos e calibres e milhares de munições, nomeadamente a armeiros e a uma oficina de reparação de armas cujos proprietários seriam cúmplices dos detidos.

Alcântara Governo deixa cair projecto ferroviário

● O Governo excluiu do plano de investimentos da Rede Ferroviária Nacional o projecto de ligação da linha ferroviária de Cintura à Linha de Cascais e ao porto de Lisboa. Numa resposta aos deputados do PSD, o Ministério da Economia explica que o investimento de 200 milhões de euros não é compatível com a situação do país. O projecto inseria-se na ampliação do terminal de contentores de Alcântara e no prolongamento da concessão da Liscont, um polémico negócio firmado pelo anterior Governo e desfeito pelos deputados no ano passado. O terreno reservado para a ligação ferroviária "poderá agora ser aproveitado para a cidade se aproximar do rio", diz o presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres.

Alcácer do Sal Esgotos vão deixar de correr para o Sado

● A Câmara de Alcácer do Sal recebeu luz verde do Tribunal de Contas para avançar com as obras de requalificação da avenida marginal de Alcácer do Sal. Em comunicado, a autarquia informa que a obra vai permitir "a criação de condições para encaminhar os esgotos para tratamento, deixando estes de ser descarregados no rio Sado". A intervenção, que abrange 34 mil metros quadrados, está incluída no Programa de Regeneração Urbana de Alcácer do Sal e representa um investimento de 2,3 milhões de euros, comparticipados em 80 por cento por fundos comunitários. Com prazo de execução de um ano, a obra prevê a criação de espaços verdes e de estacionamento, esplanadas, um edifício para posto de Turismo e uma escola de actividades náuticas.

Linha de Sintra Utentes da CP contra alteração de horários

● A Comissão de Utentes da Linha de Sintra criticou ontem a alteração dos horários dos comboios da CP na Grande Lisboa, considerando que aumentaram os tempos de espera e que os utilizadores que trabalham à noite são prejudicados. Desde domingo que o tempo de espera entre cada comboio aumentou cinco minutos durante a semana em hora de ponta (para 15 minutos), e dez minutos aos fins-de-semana e feriados (para 30 minutos). A comissão diz que "os comboios já circulavam exageradamente cheios" e que os novos horários causam "ainda maior desconforto aos utentes". Critica também a redução de oito comboios no período até às 10h nas estações de Sintra e Mira Sintra-Meleças, e o encerramento da linha 30 minutos mais cedo.

Pedro Passos Coelho foi vaiado em Matosinhos

Isabel Sottomayor

● Pedro Passos Coelho foi ontem vaiado e insultado por dezenas de pessoas, na inauguração do Centro de Arte Moderna (CAM) Gerardo Rueda, em Matosinhos. À saída foi mesmo necessária a intervenção policial para afastar uma mulher mais exaltada, com uma criança ao colo, que ainda bateu algumas vezes com a mão na viatura do primeiro-ministro. Em contraponto, houve também que tenha feito questão de o cumprimentar, incentivando-o e aplaudindo-o.

Esta foi a primeira manifestação popular de hostilidade contra o chefe do Governo, que estava acompanhado pelo ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e pelo secretário de Estado da Cultura. Presente esteve também o antigo primeiro-ministro espanhol José María Aznar, amigo da família Rueda, e o presidente da Fundação Gerardo Rueda, José Luís Rueda Jiménez, fi-

lho do artista desaparecido em 1996.

As quase 200 obras dos séculos XX e XXI que podem ser contempladas no CAM fazem parte da vasta colecção da Fundação Gerardo Rueda, com a qual foi assinado, em Maio, o protocolo de cooperação entra a autarquia e a instituição espanhola. O protocolo é válido por três anos, ao longo dos quais deverão ser renovadas as obras em exibição, para fazer passar pelo CAM as cerca de quatro mil peças do acervo da fundação, que inclui pinturas de Picasso, Miró ou Vieira da Silva.

O acordo prevê o pagamento pelo CAM de 150 mil euros anuais à fundação, quantia que será suportada integralmente por seis empresas, nacionais e estrangeiras, em regime de mecenato. Além disso, se as receitas (nomeadamente, com a venda dos ingressos, que custam 3,5 euros) forem superiores aos custos de manutenção do equipamento, a Fundação Gerardo Rueda deverá beneficiar de uma percentagem não revelada dos lucros.



**MARIA ISABEL DE
CANEDO CORREA LEAL
TEMES DOMINGUES**

MISSA DE 7.º DIA

A Família participa que será celebrada Missa de 7.º Dia, amanhã dia 16, pelas 19.15 horas, na Igreja de Santo Condestável - Lisboa.

P.N.

A.M.

Loja Oeiras

Servilusa - Número Verde Grátis 800 204 222
Serviço Funerário Permanente 24 Horas



Um acidente que envolveu cinco viaturas ligeiras provocou ontem um morto, dois feridos graves e dois ligeiros, na A1, na zona dos Carvalhos. O acidente ocorreu depois das 19h, no sentido norte-sul, quilómetro 276, obstruindo duas das três faixas de rodagem do local.

Hoje é dia de “Inaugurações simultâneas” no Quarteirão de Miguel Bombarda no Porto

Isabel Sottomayor

Destaca-se a exposição *pré-86 e pós-86*, que reúne trabalhos de Ângelo de Sousa, falecido este ano

● Hoje é dia de “inaugurações simultâneas”, a partir das 16h, naquele que já é conhecido como o “quarteirão das artes” no Porto, ou seja, o quarteirão em torno da Rua Miguel Bombarda.

Entre as exposições que ficarão, a partir de hoje, abertas ao público, destaca-se a exposição *pré-86 e pós-86*, uma mostra de trabalhos de Ângelo de Sousa (1938-2011), na Galeria Quadrado Azul. A exposição reúne trabalhos em diferentes suportes e disciplinas – pintura, escultura e vídeo –, ou não fosse Ângelo de Sousa o mestre da experimentação. A par da Galeria Quadrado Azul, 17 outras galerias renovam as suas mostras e inauguram novas exposições, maioritariamente de artistas portugueses.

As “inaugurações simultâneas”, evento que assume contornos festivos, com animações de rua e diversas intervenções artísticas, é um acontecimento a que as galerias das ruas Miguel Bombarda, Manuel II e do Rosário, já habituaram os amantes das artes do Porto. Com uma periodicidade de, pelo menos, seis vezes por ano, várias galerias de arte reúnem-se e apresentam novas exposições de artistas plásticos nacionais e internacionais. A união dos vários



MANUEL ROBERTO

As inaugurações costumam animar o quarteirão e a Baixa do Porto

espaços, concertando as datas das inaugurações, confere uma visibilidade maior às mostras propostas pelas galerias que, pela sua proximidade geográfica, proporcionam a quem as visita uma tarde e início de noite particularmente ricos em termos culturais, com a possibilidade de ficar a

conhecer diversas coleções de arte contemporânea.

O acontecimento extravasa o plano meramente cultural e contribui para a dinâmica da Baixa do Porto. As inaugurações são habitualmente acompanhadas de renovações das montras e das coleções das lojas ad-

Galerias e exposições

Arthobler Carlos No, *Morro*, escultura; **Serpente** Rita Melo, pinturas (*Ultra*) **Passadas**; **Vantag** Marcela Navascués, *Luz de Amor*; **Por Amor à Arte** Beatriz Pacheco Pereira; **Presença** Isaque Pinheiro, *Mão livre*; **Quadrado Azul (553)** Ângelo de Sousa, *pré-86 e pós-86*; **Quadrado Azul (578)** Ângelo de Sousa, *pré-86 e pós-86*; **Fernando Santos** Pedro Cabrita Reis; **Nuno Centeno** Pedro Magalhães, *The low ride pleasure*; **Simbolo** António Domingos, *Sete Mares*; **João Lagoa** Nuno Raminhos, *Break On Through*; **Ól Maja** Babic Kosir, *I will eat you for breakfast* **I love you**; **Ap'arte** João Noutel, *OUT SERIES*; **Trindade** Catarina Garcia, *Sonho Imaginado*; **Metamorfose** Renata Carneiro, *Histórias Contadas*; **111** Martinho Costa, *O Diário de Robert Stern*; **São Mamede** Gil Maia, *Construções in Ecclesia*; **Artes em Partes** Arbole Bonsai; **Tile land**; **Artes Solar de Sto. António** Raquel Gralheiro, *Pet-à-porter*.

acentes às galerias, remodelações em espaços mais alternativos. Ateliers de arquitectura e design também abrem as portas e mostram o seu trabalho. As próximas “inaugurações simultâneas” estão marcadas para Fevereiro de 2012. Até lá, as galerias manterão as exposições hoje inauguradas.

Jardim Botânico do Porto ganha amanhã busto de Sophia

● A poetisa portuguesa Sophia de Mello Breyner Andresen, que morreu há sete anos, vai ser homenageada amanhã com o descerramento do seu busto no Jardim Botânico do Porto, local onde teve contacto pela primeira vez com a poesia.

O busto de Sophia de Mello Breyner Andresen (1919-2004) vai ser descerrado pelas 11h no Jardim Botânico do Porto que outrora constituiu a Quinta do Campo Alegre, residência dos avós da escritora, João e Joana Andresen.

Segundo Ruben Andresen, primo da autora de *Geografia* e de *O Jardim e a Casa*, foi no Campo Alegre que Sophia teve o primeiro contacto com a poesia quando, numa festa de Natal, uma criada dos Andresen a ensinou a recitar *A Nau Catrineta*. A família Andresen tem ligações à Quinta do Campo Alegre que remontam a 1895, data em que o espaço verde foi adquirido por João Henrique Andresen Júnior. A Quinta do Campo Alegre foi vendida ao Estado português em 1949 e, dois anos depois, integrada na Universidade do Porto (UP), para a instalação do Jardim Botânico, espaço que já acolheu exposições como *A Evolução de Darwin* ou *Harold Edgerton - Fragmentos de Tempo*.

A cerimónia do descerramento do busto de Sophia, uma iniciativa conjunta da família da escritora, da UP e da Fundação Engenheiro António de Almeida, vai contar com a presença do reitor, do presidente da fundação e dos cinco filhos da escritora.

FALACIA
M12
CARL DIERASSI
CENÁRIOS JOSÉ CARLOS BARROS
DIREÇÃO JÚLIO CARDOSO
É erro de palmatória, não ver este espectáculo. Oportunidade raríssima. SEIVA TRUPE no Teatro do Campo Alegre
Reservas: 226 063 000
Estrutura financiada
PÚBLICO
Rua João de Barros, n.º 313, 1.º, 4.º
4150-414
Tel. 226 120 100/101

Câmara de Lisboa quer alguns serviços a funcionar apenas quatro dias por semana

José António Cerejo

● Os trabalhadores da Câmara de Lisboa vão sofrer de imediato um forte rombo nos seus rendimentos mensais: as horas extraordinárias, que representam em média 12 por cento das suas remunerações, vão tornar residuais e está em estudo uma redução de cinco para quatro dias de trabalho semanal, o que poderá significar um corte de mais 20% dos salários. Esta hipótese, nos termos da lei em vigor, exige, porém, o acordo individual dos trabalhadores abrangidos. A notícia, que colheu de surpresa os funcionários e os sindicatos, consta de um despacho assinado por António Costa, a 14 de Outubro, e publicado anteontem no Boletim Municipal.

Com efeitos imediatos, o autarca socialista determinou “a proibição de autorização de prestação de trabalho extraordinário”, exceptuando

situações pontuais, que ficam rigorosamente condicionadas à verificação de diversos pressupostos e à sua aprovação prévia e conjunta por dois vereadores, sob proposta do dirigente do serviço respectivo.

Em todo o caso, verificados aqueles pressupostos, só os trabalhadores da área operacional dos serviços de ambiente urbano (nomeadamente recolha de lixo e limpeza), das obras municipais, bombeiros e protecção civil e os trabalhadores da secretaria geral poderão ser autorizados a fazer horas extra. E mesmo esses só o poderão fazer até que entrem em vigor os novos regimes de horários “que evitem o recurso ao trabalho extraordinário” e que terão de ser propostos no prazo de 30 dias. Além disso, o presidente da câmara estabeleceu que a compensação deste trabalho extra só será autorizada através de “descanso compensatório”, ficando o seu pagamento reservado para si-

tuações excepcionais “devidamente relacionadas” e “por estrita e fundamentada conveniência de serviço”.

O orçamento da Câmara de Lisboa para este ano prevê despesas com pessoal de 170,7 milhões de euros,

e 20,8 milhões (12%) correspondem a horas extra. Para lá das decisões respeitantes às horas extraordinárias, que estão em vigor desde quinta-feira, António Costa abriu a porta a duas outras medidas.

Uma delas consiste no eventual encerramento dos serviços não operacionais um dia por semana, sem prejuízo do atendimento ao público. Para habilitar o executivo a tomar uma decisão sobre esta matéria, e sem nada acrescentar quanto ao efeito que ela poderá ter no tempo de trabalho e na remuneração do pessoal desses serviços, o despacho fixa um prazo de 30 dias para a elaboração de um estudo sobre o impacto financeiro nas contas do município, ficando no ar a possibilidade de ser adoptada já em Janeiro.

A outra tem a ver com o abandono total ou parcial da recolha do lixo ao sábado (ao domingo já só se faz nos restaurantes e no Bairro Alto).



Também há corte nas horas extra

Local



Quatro moradores de um prédio em Vilar do Paraíso, Gaia, tiveram ontem de receber tratamento hospitalar na sequência de um incêndio que teve início na caldeira de um dos apartamentos. As quatro pessoas ficaram com problemas respiratórios devido ao fumo.

Assembleia Municipal do Porto contra fusão de freguesias

Álvaro Vieira

Moção da CDU foi aprovada com votos do PS, BE e do presidente da Junta de Nevogilde, que saiu do PSD

● A Assembleia Municipal do Porto aprovou antontem à noite uma moção da CDU, contra a "extinção de freguesias", que mereceu o voto favorável do agora independente João Luís Rozeira, presidente da Junta de Nevogilde. Esta é uma das sete freguesias do concelho condenadas à fusão, de acordo com os critérios previstos no *Documento Verde da Reforma da Administração Local* - as outras são Vitória, Sé, S. Nicolau, Miragaia, Santo Ildefonso e Massarelos.

Intitulada *Em Defesa do Poder Local Democrático*, a moção da CDU, aprovada com 28 votos favoráveis, da CDU, PS, BE e do ex-PSD João Luís Rozeira, contra 26 da coligação PSD-CDS, rejeita "os pressupostos para a extinção de freguesias enunciados no *Documento Verde*" e manifesta "solidariedade e apoio ao movimento Freguesias Sempre".

Rejeitadas foram as moções do PS e do BE. A primeira sustentava que a reforma em causa só faria sentido se incorporasse também a criação das regiões administrativas e um reforço dos meios e competências das freguesias. Propunha que se solicitasse à câmara um "estudo técnico" e de um "debate público abrangente e descentralizado" sobre o tema e que se solicitasse ao Governo "um calendário mais alargado" para a discussão.

O PSD contrapôs que incluir aqui a regionalização, além de dispensável, impediria que qualquer decisão fosse tomada dentro dos prazos acordados com a *troika* (Julho de 2012). O BE considerou "lamentável" a ideia do PS de pôr a assembleia municipal a pedir à câmara para fazer o estudo técnico. A moção do BE preconizava, precisamente, que a própria assembleia criasse um grupo de trabalho que apresentaria um relatório dentro de "60 dias".

Andreia Júnior foi uma das deputadas do PSD que intervieram em defesa do *Documento Verde*, que o deputado da CDU Belmiro Magalhães fez questão de designar sempre por "Livro Negro". A social-democrata afirmou que o Porto tem 15 freguesias muito "disparadas" e que a população só teria a ganhar se ficasse com freguesias

"mais robustas", com "real capacidade" de intervenção.

Em momentos diferentes, José Castro, do BE, e Artur Ribeiro, da CDU, protestaram que há muitos municípios em Portugal e na Europa com menos de cinco mil habitantes, uma das condições que o *Documento Verde* exige às futuras freguesias portuguesas. Para José Castro, este critério significa que é também com os municípios que Governo e *troika* querem "rebenotar". Artur Ribeiro criticou os "pressupostos economicistas" do *Documento Verde*, salientando, contudo, que a economia resultante da fusão de sete das 15 freguesias do Porto representará uma poupança insignificante, que não irá além dos 4% do orçamento municipal.

Após a assembleia, à qual o executivo não compareceu, José Luiz

Rozeira explicou ao PÚBLICO que a desfiliação do PSD, formalizada a 10 de Outubro, não teve a ver com a eventual extinção da freguesia que lidera desde 1985.

Rozeira contra câmara

Essa decisão decorreu do facto de a vereadora da Educação ter denunciado o protocolo relativo ao ATL que a junta dirige "há 30 anos". Impedido por lei de se recandidatar, Rozeira diz que nas próximas autárquicas o PSD poderá de novo contar consigo, partindo do princípio de que "as pessoas na câmara serão outras". E garante que não será por si que o PSD perderá a maioria na assembleia municipal, onde o presidente, o social-democrata Valente de Oliveira, é frequentemente obrigado a usar o voto de qualidade.

Várias propostas de Serralves para preparar o Natal em família

Isabel Sottomayor

● O tradicional bazar de Natal do Museu de Serralves já abriu e estará disponível todos os dias da semana até 31 de Dezembro. O bazar, com várias ideias originais para presentes de Natal, é uma das propostas do museu para esta época, que contará ainda com várias actividades gratuitas para toda a família e ainda actividades de férias para as crianças.

Cola-Canela é o nome de uma peça de teatro que estará em exibição aos sábados e domingos entre 3 e 18 de Dezembro. Com produção da ACE Teatro do Bolhão, *Cola-Canela* é uma divertida história acerca da importância da fita-cola nos preparativos do Natal.

Outra ideia divertida é a oficina *Nataloteca*, nos dias 17 e 18 de Dezembro, onde se abordará a temática das

50 euros por criança é o preço da inscrição em cinco das sessões propostas nas Férias de Natal de Serralves

novelas de Natal. Podem participar famílias com crianças de idade superior a cinco anos. Paralelamente, e à semelhança do que acontece todos os domingos do ano, realizar-se-ão as oficinas de família. Em época de Natal, as oficinas serão também ao sábado e os trabalhos realizados orientados para a vivência do espírito da época.

Nas férias há actividades de ocupação dos tempos livres para crianças dos quatro aos 12 anos. O preço para cinco sessões é de 50 euros.

Câmara da Feira vai demolir piso de prédio que viola PDM

Sara Dias Oliveira

● A Câmara de Santa Maria da Feira terá de demolir o terceiro e último andar de um prédio situado em Lourosa, indemnizar as famílias que moram em quatro fracções e realojar temporariamente os moradores do segundo andar durante a intervenção.

O processo anda nos tribunais há 15 anos e várias instâncias judiciais confirmam que o edifício, de 13 apartamentos, violou o Plano Director Municipal (PDM). A última decisão do Tribunal Central Administrativo do Norte fixou em três anos, a contar da data do trânsito em julgado da decisão, o cumprimento da sentença de Junho de 2008.

Depois de várias diligências, a câmara garante que agora estão reunidas as condições para cumprir a sentença. Os proprietários de todas as fracções e a administração do condomínio serão notificados da decisão e posteriormente do início das obras. Os moradores afectados serão realojados em habitações do município e caberá ao vereador das Obras

Públicas negociar o valor das indemnizações, com base em avaliações já realizadas e em consultas efectuadas ao mercado. Segundo uma avaliação externa contratada pela autarquia, as fracções que serão demolidas valem, no total, cerca de 200 mil euros. As obras ultrapassam esse valor.

Durante o processo, a autarquia sempre defendeu que o edifício se "encontrava integrado no conjunto edificado não pondo em causa a qualidade urbana nem criando impacte negativo de relevo". No entanto, o tribunal considerou nula a licença camarária concedida ao edifício,



No terceiro piso do edifício moram quatro famílias

que houve violação do PDM, e que a demolição poderia ser parcial, por parte da construção ainda poder ser legalizada, tendo que ser emitido o respectivo acto válido de licenciamento.

Queixa de um vizinho

O caso chegou a tribunal em 1996 pelas mãos de Fernando Fontes, vizinho do prédio. Um ano antes, tinha feito uma exposição à câmara para que não licenciase a obra que dizia ser ilegal. Em Março de 1996, bateu à porta da justiça e pediu a intervenção da Inspeção-Geral da Administração do Território. Quinze anos depois, continua a defender que o prédio devia ser totalmente demolido e, há cerca de um mês, avançou com mais um processo. "Só será feita justiça se o presidente da câmara Alfredo Henriques pagar essa factura pesadíssima para os municípios do seu próprio bolso e seguidamente perder o mandato", refere ao PÚBLICO. A sua exposição já seguiu para o Ministério Público e para o procurador-geral da República.

Urgências de Vigo acessíveis a 80 mil portugueses

● Oitenta mil portugueses podem passar a ter os hospitais de Vigo como "referência" e os habitantes de Vigo podem ser encaminhados para o hospital de Viana do Castelo em casos de acidentes vasculares cerebrais. Estas duas alterações acontecerão caso avance a proposta de cooperação transfronteiriça na área da saúde entre Portugal e Galiza.

Esta é uma das conclusões de um estudo que os municípios do vale do Minho, no distrito de Viana do Castelo, com o apoio dos congéneres galegos, encomendaram sobre a necessidade de cuidados transfronteiri-

ços na área da Saúde. O documento, já entregue ao Governo Regional da Galiza e à Administração Regional de Saúde do Norte (ARS-N), prevê para os cerca de 80 mil habitantes de Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Melgaço e Paredes de Coura os hospitais de Vigo como "referência" para os casos de urgência, por serem mais próximos do que o de Viana.

Os hospitais de Vigo, a maior cidade da Região Autónoma da Galiza, com cerca de 300 mil habitantes, distam cerca de 30 quilómetros da fronteira de Valença. Para o Hospital Distrital de Viana do Castelo, onde funciona

uma Unidade de AVC, a distância é de cerca de 80 quilómetros, menos vinte do que a actual unidade mais próxima, em Santiago de Compostela.

"Isto seria uma correcta gestão dos recursos na fronteira", defendeu à Lusa Rui Solheiro. O autarca de Melgaço lidera também a associação de municípios Uniminho - que reúne cerca de duas dezenas de autarquias do Alto Minho e da Galiza -, entidade promotora do estudo. "Trata-se de utilizar da melhor forma possível os recursos técnicos e humanos que existem dos dois lados, muitos dos quais que até foram conseguidos com recurso

a financiamentos comunitários. É a própria Comunidade Europeia que defende este tipo de cooperação", sublinha.

O documento, na sua versão técnica, já está a ser analisado pelas entidades portuguesas e galegas, mas ainda falta definir as "formas de compensação financeira" destes serviços entre os dois Estados. "É um processo que tem de ser feito e que numa altura de crise se justifica ainda mais", assume Solheiro, que espera ter uma equipa técnica, formada em conjunto com o governo galego e ARS-N, a trabalhar até final deste ano.

Reportagem

João queria um jantar romântico e roubou dois pacotes de camarão

Pequenos furtos desencadeiam milhares de processos que podem durar anos nos tribunais. Os artigos têm valor reduzido mas podem custar aos “criminosos” e ao Estado muito dinheiro

Texto de Isabel Sottomayor e fotografia de Paulo Pimenta

● A história de “uma senhora condenada por roubar um frasco de descafeinado” num supermercado não sai da memória de Julieta Teixeira, chefe da secretaria do 1º juízo Criminal do Tribunal de Pequena Instância Criminal do Porto (TPIC). “Lembras-te disso?”, pergunta a uma colega da mesa ao lado. A colega não só se lembra, como sabe exactamente onde está o processo, no meio dos milhares que encham as prateleiras da secretaria. Basta ler as poucas linhas da acusação do Ministério Público para perceber porque: uma mulher já reformada tentou furtar num supermercado da cadeia Lidl um frasco de descafeinado que custava 2,98 euros. Por esse crime foi condenada ao pagamento de uma multa de 540 euros, mais as custas do processo, um valor total de 642 euros. Posteriormente apresentou comprovativos dos seus rendimentos e foi dispensada do pagamento das custas, mas foi obrigada a pagar a multa.

Os dados disponíveis da PSP indicam que no primeiro semestre de 2010 foram apresentadas 796 denúncias de furtos, só da parte dos supermercados. As perdas no comércio a retalho em Portugal, entre Julho de 2010 e Junho deste ano, ascendem a 372 milhões de euros, segundo o Barómetro Global do Furto no Retalho, realizado pelo centro britânico de Pesquisa do Negócio a Retalho. Não é de estranhar, portanto, que da parte dos supermercados haja “tolerância zero” para qualquer furto, independentemente do valor em causa. Janin Moreira, do departamento de comunicação da Lidl, explica que a queixa às autoridades é o “único meio de defesa ao alcance das empresas”, e defende que “a prática de furto, consumado ou não, não deixa de o ser em razão do seu valor monetário”. A lei é clara: de acordo com o artigo 203º do Código Penal, qualquer furto, mesmo que na forma tentada, é punível com uma pena que pode ir de multa até três anos de prisão.

O recurso à polícia é uma norma, que raras vezes, ou mesmo nunca, vê excepção. Ricardo Teixeira, que trabalhou seis anos na Lidl, cinco deles como subgerente, lembra que qualquer que fosse “o valor

No primeiro semestre de 2010 houve 796 denúncias de furtos, diz PSP



do furto, era sempre comunicado” às autoridades. “Ainda no passado mês de Setembro fui testemunha no julgamento de um indivíduo que tinha tentado roubar um artigo de 1,75 euros”, nota. No caso do supermercado onde trabalhava, só no ano de 2009 Ricardo Teixeira participou “cerca de 40 casos de furto”, adianta, acrescentando que ele era apenas um de quatro gerentes. “Se multiplicar 40 casos pelos quatro gerentes, estará próximo do número de participações anuais, só daquele supermercado.”

Nos casos em que o valor dos artigos furtados é reduzido, como o do descafeinado, as custas processuais terão sempre um valor muito superior ao do furto em questão. Há três semanas, o PÚBLICO noticiou o caso de um sem-abrigo que aguarda julgamento por ter tentado furtar seis embalagens de chocolates de um supermercado. O facto de viver na rua atrasou todo o processo por não ser possível notificá-lo. Para o constituir arguido, foi necessário proceder à sua detenção. O processo arrasta-se há mais de um ano e meio, com custas judiciais extra, pelo facto de a polícia ser

obrigada a andar à procura do homem pelas ruas da cidade de cada vez que é preciso notificá-lo.

No final, o caso irá custar ao Estado centenas de euros, por uma tentativa de furto de valor inferior a 15 euros. Isto porque, apesar de as custas serem sempre imputadas ao condenado, este pode requerer a dispensa do pagamento, se se provar que os seus rendimentos não lhe permitem fazer face a essa despesa. “Quase sempre os arguidos pedem a dispensa do pagamento das custas”, explica a chefe da secretaria do TPIC, “e em mais de 90% dos casos a dispensa é concedida”, acrescenta. No caso de a dispensa ser concedida, o Estado não é ressarcido das despesas que teve com o processo.

O TPIC está preparado para julgar casos de furto simples no próprio dia, ou nos dias seguintes, à apresentação da queixa-crime. Um exemplo de um processo sumário que decorreu de forma célere é caricato: João N., na casa dos 50 anos, “devia estar a planejar um jantar romântico, porque trazia um saco de uma loja de *lingerie*, com um embrulho dentro”, conta Maria do Céu, do Ministério Público do TPIC. De passagem

por um supermercado Pingo Doce tentou trazer, sem pagar, dois pacotes de camarão congelado. A tentativa saiu frustrada, porque o segurança da loja estava a vigiá-lo. A ocorrência foi no passado dia 7 de Julho e o processo chegou ao fim uma semana depois. Nem o facto de João N. ser deficiente auditivo atrasou o caso: foi convocado um intérprete da Federação Portuguesa das Associações de Surdos que comunicou ao arguido, em linguagem gestual, a sentença - condenação ao pagamento de uma multa de 90 dias à taxa de seis euros por dia.

Muitos dos casos, no entanto, arrastam-se no tempo, ou porque há algo mais a apurar, ou porque não é possível notificar o arguido. Aí o processo tem de ser enviado para o Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) para que seja aberto um inquérito. Foi o que aconteceu com o sem-abrigo ou com a mulher condenada por furtar o frasco de descafeinado. Neste caso, o processo foi enviado para o DIAP, porque a morada que a arguida forneceu não existia e, portanto, as notificações eram devolvidas. Só depois de uma investigação do DIAP foi possível localizar a mulher e constitui-la arguida. O julgamento só aconteceu sete meses depois da queixa.

As penas a aplicar variam e dependem de vários factores, como os antecedentes criminais do arguido, os valores envolvidos no roubo, se os artigos roubados são, ou não, bens essenciais, ou se o arguido confessou o crime. “Pelo que tenho assistido”, explica Paulo Vila Pouca, escrivão auxiliar no TPIC há mais de 11 anos, “estes crimes são geralmente condenados com uma pena de multa, à taxa mínima de cinco euros. Mas, se tiverem antecedentes, até podem ser condenados a uma pena de prisão.” A multa tem de ser paga obrigatoriamente. Em caso de incumprimento, é convertida em dias de trabalho comunitário, ou dias de prisão. Certo é que “nunca um arguido de casos destes é absolvido”, esclarece a chefe da secretaria, e “raramente é aplicada a pena mais leve”, a admoestação, o chamado “puxão de orelhas”, em que o juiz “dirige uma solene advertência ao arguido”.

Uma reformada tentou furtar

um frasco de descafeinado, de 2,98 euros.

Foi condenada numa multa de 540 euros, mais as custas do processo.

Um total de 642 euros.

Novidades

Toyota Yaris Nova geração a partir de 12.980€

A terceira geração do Toyota Yaris já chegou ao mercado luso, com preços a partir de 12.980€ (no caso do 1.0, a gasolina, e 69cv) e já com um trunfo na manga: cinco estrelas nos testes de segurança da Euro NCAP. A Toyota optou por integrar logo no equipamento de entrada, o Active, sistemas como os airbags (frontais, de cortina, laterais à frente e de joelhos para o condutor) ou de controlo de estabilidade, bancos dianteiros com protecção cervical e sistema Isofix. Também a segurança dos peões foi tida em conta com a utilização de materiais que reduzem danos em caso de atropelamento.

Mas não há apenas novidades na segurança. A preocupação com o conforto é visível nos materiais usados no interior de "qualidade sensorial superior", nos vidros eléctricos dianteiros ou no volante ajustável e com comandos áudio e de telefone. Mas também é mais confortável pelo aumento do espaço: o novo Yaris cresceu ligeiramente, mas isso foi suficiente para o interior ganhar espaço para ocupantes e bagagem (a mala cresceu 12 litros).

Na vida a bordo, a novidade está no sistema multimédia Toyota Touch que coloca o utilitário na dianteira da conectividade entre os seus pares; é possível usá-lo, através de sistema táctil, para ouvir música importada por ligação Bluetooth ou por entrada USB, usá-lo como visor para a câmara traseira de apoio ao estacionamento ou do computador de bordo. Mas, no equipamento de topo, o Sport, o Toyota Touch pode transformar-se num sistema de navegação com possibilidade de ligar o veículo ao telemóvel e aí receber SMS, ligar-se à internet ou fazer o *download* de aplicações, tais como uma para aceder ao Facebook ou para saber onde encontrar combustíveis.

Onde há menos novidades é nos motores. Pelo menos visíveis. Os blocos são os mesmos do Yaris de 2.ª geração: o 1.0 litros com 69cv geridos por uma caixa manual de cinco velocidades, o 1.33 de quatro cilindros e 99cv (com caixa manual de seis ou automática) e o 1.4D-4D, a gasóleo, com 90cv (caixa manual de seis ou semi-automática pilotada). Mas apresentam-se melhorados em emissões e consumos. O motor a gasolina 1.0 com 110 g/km e 4,8 l/100 km; a versão a gasóleo regista 109 g/km e 4,1 l/100 km. O 1.33, que chegará mais tarde, 127 g/km e 5,5 l/100 km.

Para entrega, já estão disponíveis duas das três versões apresentadas – o 1.0, desde 12.980€; a versão a gasóleo a partir de 16.980€ (o 1.33 chegará com um preço-base de 14.865€). **Carla B. Ribeiro**



A partir de Novembro de 2012

Pneus novos passam a ter etiqueta com níveis de desempenho

As novas regras de etiquetagem dos pneus por certo ajudarão os automobilistas a fazer melhores escolhas. Isabel Sottomayor conta-lhe como funciona

A partir de Novembro de 2012 todos os pneus novos para veículos ligeiros e pesados comercializados na União Europeia terão de apresentar uma etiqueta que indique o seu nível de desempenho relativamente a três atributos: resistência ao rolamento; aderência em piso molhado e ruído do rolamento exterior. Tecnicamente, a etiqueta é similar à das etiquetas de eficiência energética que já existem nos electrodomésticos, como os frigoríficos ou as máquinas de lavar roupa, mas inclui também informação acerca do desempenho de segurança do produto.

A resistência ao rolamento é a primeira das informações apresentadas, e é identificada numa escala de A a G, sendo que A significa uma maior eficiência ou uma menor resistência ao rolamento. Quanto menor for a resistência, menor será a energia despendida, logo, menor será o gasto de combustível. Segundo Emmanuel Robinet, chefe do Departamento de Avaliação de Pneus na Goodyear Dunlop, "a resistência ao rolamento contribui

para até 20% do consumo de um automóvel e 30% de consumo de um camião". Uma maior eficiência do pneu neste parâmetro pode conduzir a uma redução de 7,5% do consumo de combustível, o que se traduzirá numa poupança estimada de 300 euros durante a vida útil do pneu.

A escala de caracterização do pneu ao nível da aderência em piso molhado, com vista à segurança, é idêntica à anterior, sendo que um pneu de classe A será aquele que garantirá uma menor distância de travagem. "A diferença entre uma classificação G e uma classificação A, para um conjunto de quatro pneus idênticos, pode chegar aos 18 metros de distância de travagem numa estrada com o piso molhado, para um automóvel de passageiros comum, que circule a 80 km/h", explica Robinet.

A etiqueta contempla ainda informação de carácter ambiental. O ruído do rolamento exterior é apresentado na etiqueta sob a forma de ondas (num máximo de três) e medido em decibéis. Ainda que para o condutor do veículo o ruído do rolamento exterior não tenha qualquer expressão, já que este pode não ser audível no interior, uma redução do ruído tem

impactos ambientais significativos. Um pneu com três ondas a preto pode produzir até mais 6 decibéis de ruído do que um pneu com apenas uma onda a preto.

Os três indicadores da nova etiqueta devem ser encarados como um bom ponto de partida para a informação ao consumidor, mas não são, no entanto, suficientes para conhecer totalmente a performance do pneu. A Goodyear Dunlop, por exemplo, tem em conta mais de 50 critérios quando desenvolve um novo produto. A nível de segurança, o nível de resistência ao aquaplaning ou a distância de travagem em piso seco são factores tão importantes como a aderência em piso molhado. A conclusão é que o aconselhamento junto de um revendedor profissional continua a ser necessário para conhecer o desempenho global do pneu que se vai adquirir.

Lancia Thema e Vo Dois mod

Mais dois frutos da relação esteve na apresentação

Porta-estandarte da Lancia

O Thema é o novo topo de gama da Lancia. Uma luxuosa limusina de cinco lugares e quatro portas que herda o nome de um modelo comercializado entre 1984 e 1995 e que vem ocupar o lugar do Thesis, descontinuado em 2009. O Thema é a versão da Lancia do Chrysler 300C, à venda nos EUA, e que é fabricado no Canadá. Embora noutros mercados possa ter motores 3.6, a gasolina, com 239cv, ou 3.0, a gasóleo, com 190cv, para Portugal só virá, a partir de meados deste mês, a versão 3.0, a gasóleo, com 239cv, por 62.100€.

Este motor, com a mesma cilindrada e arquitectura de 6 cilindros em V (com o mesmo diâmetro e curso) do propulsor da anterior geração do Chrysler 300C, de origem Mercedes, foi desenvolvido pela VM Motori, em conjunto com a Fiat Powertrain, para cumprir com a norma Euro V de emissões, tendo agora mais potência e binário e menores emissões do que o propulsor original da Mercedes. A tracção é traseira, o motor está colocado à frente e vem acoplado a uma caixa automática de 5 relações, de funcionamento suave.

Mantendo as mesmas dimensões (5066 mm de comprimento, 1902 mm de largura e 1488 mm de altura), as principais diferenças exteriores do Lancia Thema em relação ao Chrysler residem na grelha e nos grupos ópticos à frente, sendo a traseira idêntica. Por dentro, a Lancia deu-lhe um toque de elegância italiana para adaptar este veículo ao gosto europeu. Pela mesma razão, a suspensão foi revista, pelo que o Thema tem uma direcção mais precisa e menor tendência de adornamento em curva.

É um estradista por excelência e destaca-se pelo conforto de condução e boa insonorização. Ao visual elegante e imponente, à altura de um veículo deste segmento, corresponde um interior requintado, com materiais e acabamentos luxuosos, macios e agradáveis ao tacto. Existem ainda aplicações de cromados discretas no tablier, forrado a pele tal como os bancos ergonómicos e aquecidos, madeiras nobres na consola, painéis, portas e volante, etc. Aos muitos espaços para guardar objectos no habitáculo, junta-se uma mala com 462 litros.